

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)**

**MARINA MIOTTO NEGRÃO**

**REFERENCIAÇÃO: ELEMENTOS ENCAPSULADORES NAS  
ENCÍCLICAS DE JOÃO PAULO II**

**MARINGÁ - PR  
2011**

**MARINA MIOTTO NEGRÃO**

**REFERENCIAÇÃO: ELEMENTOS ENCAPSULADORES NAS  
ENCÍCLICAS DE JOÃO PAULO II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA REGINA PANTE

**MARINGÁ  
2011**

**MARINA MIOTTO NEGRÃO**

**REFERENCIAÇÃO: ELEMENTOS ENCAPSULADORES NAS  
ENCÍCLICAS DE JOÃO PAULO II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA REGINA PANTE

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria Regina Pante  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
Presidente da Banca – Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elódia Constantino Roman  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

---

Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me guiar, a cada passo, na realização desta importante etapa de minha vida; por me abençoar infinitamente em todos os momentos, cercando-me de pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Um agradecimento mais que especial à minha mãe, amiga, companheira, Dona Ivanilda, que é o exemplo dos papéis que eu, como mulher, devo representar na sociedade: sem você não sou nada!

Aos meus irmãos, Márcio e Gustavo, que suportam, o tempo todo, a minha fraqueza, os meus destemperos, por conta da preocupação em fazer tudo com perfeição, e que estão sempre ao meu lado, seja qual for o motivo.

Não poderia faltar o agradecimento a uma pessoa que, juntamente com minha mãe, deu-me a vida, meu pai Fábio, que, infelizmente, não pode ver seus filhos conquistarem o seu maior sonho e, no caso, hoje, em especial, um dos meus sonhos também, que é a conquista de mais uma etapa em minha profissão. Pai, sua passagem ao nosso lado foi curta, porém eterna: obrigada por tudo!

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, especialmente a minha orientadora Maria Regina Pante, pela dedicação dispensada, pelo carinho e pela confiança em meu desempenho, por sempre acreditar em mim e por ter jogo de cintura para lidar com minhas dificuldades. Obrigada minha querida orientadora e eterna professora!

É preciso agradecer carinhosamente duas pessoas muito especiais, que fazem parte do meu trabalho, professoras Elódia e Neiva, que prontamente se dispuseram a fazer a leitura de minha dissertação, orientando-me da melhor forma possível, e contribuindo com seus pareceres para deixar minha pesquisa cada vez mais completa.

Também agradeço ao professor Manoel que, prontamente, aceitou o convite para substituir a professora Neiva na minha defesa.

É preciso agradecer aos amigos e amigas que suportaram minha ausência em muitos momentos, como a Cristiane, a Patrícia, a Carla, a Cicília, o Nicolás, o Alan, o André. Também quero agradecer a três amigas importantíssimas, que me socorreram em vários momentos com as dúvidas durante o Mestrado, Juliana Barbieri, Érica e Daiana.

Também tenho de agradecer imensamente aos meus superiores de cada estabelecimento de ensino em que trabalho, pois tiveram a grandeza de me dispensar nos momentos em que foi preciso e tiveram confiança em mim.

Não poderia faltar o agradecimento aos meus alunos, pois são quase 10 anos em sala de aula, exercendo minha amada profissão. Obrigada pela presença durante esse período e pelo carinho demonstrado.

Caso tenha me esquecido de alguém, espero que essa pessoa se sinta abraçada por mim!

*“Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma. Até quando o corpo pede um pouco mais de alma... Eu sei, a vida não pára...”*

**Lenin**

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a presença de encapsuladores, também chamados de rótulos, em textos argumentativos, denominados *Cartas Encíclicas*, de autoria de Vossa Santidade, o Papa João Paulo II, partindo das ideias de progressão referencial, de objetos-de-discurso e de argumentatividade. Para a pesquisa, selecionou-se a carta *Ecclesia de Eucharistia*, que discorre sobre o que é o princípio da Eucaristia e explica a sua relação (importância) para a Igreja Católica. O foco da análise foi verificar as estratégias de referenciação elaboradas para esse gênero textual, por meio dos elementos lexicais, também chamados de objetos-de-discurso. Procurou-se apresentar algumas características desses objetos, por exemplo, o material linguístico que os constitui, se há influência sobre a argumentação discursiva e, ao mesmo tempo, entendemos qual a importância desses encapsuladores para as cartas encíclicas. Também analisamos a materialidade linguística desses encapsuladores, ou seja, analisamos os elementos empregados em sua construção, bem como a ordem desses elementos no seu interior.

**Palavras-chave:** linguística textual, referenciação, encapsulamento, encíclicas.

## **ABSTRACT**

This study aims to examine the presence of wrappers, also called labels, in argumentative texts, called Encyclicals, written by His Holiness, Pope John Paul II, drawing on ideas of progression framework, object-of-speech and of argumentativeness. For the research, was selected the letter "Ecclesia de Eucharistia, which talks about what the Eucharist is the beginning and explains their relationship (significance) for the Catholic Church. The focus was to assess the strategies of reference drawn up for this genre, by means of lexical items, also called objects-of-speech. We tried to present some characteristics of these objects, for example, the linguistic material that is, if there is influence on the discursive argument and at the same time, to understand the importance of these wrappers to the encyclical letters. We also analyze the materiality of language wrappers, ie, we analyze the elements used in their construction, as well as the order of these elements in its interior.

Keywords: linguistic textual referencing, packaging, encyclicals.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1</b> .....	12
1.1 Referência e Referenciação .....	12
1.2 Estratégias de Referenciação .....	18
1.3 Texto e gênero textual.....	27
1.3.1 A carta.....	28
1.3.2 A carta encíclica.....	29
<b>Capítulo 2</b> .....	31
2.1 O elementos encapsuladores.....	31
2.2 Elemento dêitico e anáfora .....	39
<b>Capítulo 3</b> .....	42
<b>3.1 Material</b> .....	42
<b>3.2 Procedimentos analíticos</b> .....	44
<b>Capítulo 4</b> .....	46
4.1 Análise.....	46
Considerações Finais .....	70
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	73
<b>Anexo</b> .....	78

## Introdução

O ser humano compreendeu que a comunicação é essencial para a vida e, para que ela ocorra de forma completa, pressupõe-se um domínio das formas linguísticas. Além disso, dependendo da intenção do elaborador do texto, os discursos seguem algumas regras, alguns conceitos, que podem estar interligados com teorias sociocomunicativas, sociolinguísticas e sociocognitivas.

Os textos podem ter caráter argumentativo, expositivo, discursivo, descritivo entre outros, além de poderem se apresentar mesclados. Para cada uma dessas possibilidades, acredita-se que exista uma estratégia discursiva, responsável por fazer o texto apresentar uma coesão.

Uma das explicações para essa estratégia discursiva está diretamente relacionada a um tratamento mais articulado do texto em que se considerem as estratégias de construção textual e de progressão e manutenção temática, como os encapsuladores, por exemplo.

A linguística textual explica que os objetos-de-discurso não são pré-existentes, eles se constroem e se reconstroem ao longo do discurso, mediante elementos linguísticos responsáveis por garantir a progressão referencial.

É importante lembrar que as abordagens atuais preferem o termo referenciação ao termo referência, quando se refere aos estudos sobre progressão textual, pois entendem que se leva em conta não somente um sujeito do ponto de vista físico, mas também um sujeito sociocognitivo por meio de uma relação indireta entre os discursos e o mundo.

Nesta pesquisa, a escolha de textos que representam o discurso religioso justifica-se porque eles fazem parte de uma cultura social que estabelece uma relação com o sagrado, a qual recebe o nome de dogmática. Esses textos, embora tenham grande circulação social e possam trazer grandes contribuições no campo dos estudos linguísticos, são pouco estudados. As pesquisas que vêm sendo realizadas não focam as encíclicas, e sim textos religiosos de outro gênero, como as obras moralizantes.

Para material de análise, foi selecionado um *corpus*, bastante interessante, a Encíclica de João Paulo II, em que vislumbramos o discurso persuasivo/autoritário tão característico do discurso religioso.

Acredita-se que uma dessas estratégias seja a Referenciação e, para melhor compreensão dessa estratégia, abordamos conceitos apresentados por linguistas como Bertucci (2006), Cavalcante (2003) e Chagas (2008), entre outros, que abordam essa estratégia de construção textual.

O objetivo principal da presente pesquisa é, portanto, investigar como os encapsuladores anafóricos e catafóricos se apresentam à função argumentativa inerente ao gênero carta encíclica (religioso católico). Ao mesmo tempo, procura-se, de modo específico:

a) verificar qual é a estruturação sintática dos elementos encapsuladores na carta encíclica, ou seja, analisar o material linguístico que os compõe e a forma como estão dispostos no interior do sintagma que funciona como elemento encapsulador;

b) investigar se, no gênero carta encíclica, os encapsuladores são recursos coesivos que funcionam como uma paráfrase resumidora de uma informação precedente ou subsequente;

c) verificar se o uso desse processo de referenciação realmente demonstra um discurso persuasivo/autoritário, como no caso da argumentação utilizada na carta encíclica.

Esclarecemos que, dentre os diversos elementos linguísticos que colaboram para a tessitura do texto, este trabalho se interessa pelo processo de Referenciação, portanto, dedica um capítulo às definições apresentadas pelos autores que embasam este trabalho, em que são explicitadas algumas estratégias de Referenciação, principalmente a anáfora e a catáfora.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma:

No capítulo 1, apresentamos uma revisão da literatura acerca da referenciação e de seus principais recursos.

Em seguida, no capítulo 2, efetuando um recorte entre os diversos recursos referentes à Referenciação, abordamos, de forma específica, a questão dos encapsuladores, recurso escolhido para desenvolvimento desta pesquisa.

No capítulo 3, justifica-se a escolha do *corpus* e se explica a metodologia utilizada para a elaboração da dissertação.

No capítulo 4, são apresentadas as análises de trechos selecionados do *corpus* da pesquisa e, em seguida, nas considerações finais, é realizada uma retomada do trabalho desenvolvido.

Finalmente, disponibilizamos as referências e o anexo da Encíclica analisada.

## Capítulo 1

### 1.1 Referência e Referenciação

A Linguística Textual<sup>1</sup> tem forte relação com os conteúdos de coesão textual, é um ramo da linguística cujo objeto de estudo é o texto. Beaugrande e Dressler (1981, p. 37), estudiosos dessa linha, explicam que o texto é formado por operações cognitivistas, ou seja, é “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação”, e por isso, a Linguística Textual precisa desenvolver modelos de descrição textual que deem conta de estudar os processos cognitivos dos usuários da comunicação, na descrição e na descoberta de procedimentos das motivações e das estratégias da produção e de compreensão textual.

Esses processos cognitivos tornam a mente humana um processador de informação, ou seja, a mente humana recebe, armazena, recupera, transforma e transmite informação, bem como os processos correspondentes que podem ser estudados como padrões. Dentro desses estudos, surge a teoria sobre progressão referencial, que está diretamente ligada com as estratégias linguísticas que estabelecem relações semânticas que contribuem para a progressão textual. Uma dessas estratégias é denominada por alguns linguistas como Referenciação.

Conceitua-se como *Referenciação* a relação semântica estabelecida entre o texto e seus elementos. Ancorada por essa noção, Koch (2005) afirma que a Referenciação

não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em cursos de enunciadores. (KOCH, 2005, p.34)

E acrescenta que

o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material lingüístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas

---

<sup>1</sup> Linguística textual se afirma como um ramo da linguística que dialoga com outros saberes, em uma relação interdisciplinar, que tem a intenção de analisar e explicar o texto em funcionamento.

para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. (KOCH, 2004, p. 61)

Ainda segundo a autora,

nosso cérebro não opera como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ela reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Essa elaboração se dá essencialmente no discurso. Também não postula uma reelaboração subjetiva individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (KOCH, 2004, p. 57),

Ou seja, a Referenciação se estabelece pelas escolhas que o enunciador faz dos objetos de discurso do seu texto, pautadas na intenção da informação a ser transmitida. Essa ideia teve como precursores os estudos de Halliday & Hasan (1976) “certos itens da língua que em vez de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários a sua interpretação”, ou seja, alguns objetos do discurso são retomados, encapsulados, ou apresentados, para que o texto tenha sentido, ou seja, para que nele estabeleça uma coesão.

É importante fazer uma consideração acerca da diferença existente entre referência e Referenciação. Para Menezes, a referência

deve ser considerada a partir da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e lingüísticas, assim como de seus processos de estabilização. (MENEZES, 2009, p.40)

Para Mondada (2005),

A questão da referência atravessa a filosofia da linguagem e a Lingüística, assumindo formas teóricas diferenciadas: para uns, a referência é concebida no interior de um modelo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, de modo que a validade das primeiras é avaliada em um quadro veridicional; para outros, a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. Enquanto a primeira posição se esteia em uma longa tradição filosófica e lógica, a

segunda tem origem em reflexões provenientes das ciências humanas e sociais, que se beneficiaram, a par de aportes de outras correntes teóricas (como a pragmática, a fenomenologia, a teoria social, o interacionalismo simbólico), da abertura contemporânea da Linguística aos dados empíricos, recolhidos em terrenos autênticos, diferenciados, complexos, muito distantes dos dados de gabinete fornecidos durante muito tempo aos linguistas pela sua introspecção. (MONDADA, 2005, p.11)

A Referenciação, por sua vez, é considerada um processo que privilegia

a relação entre as palavras e as coisas e considera os sujeitos socialmente constituídos. Estes são capazes de adequar seus discursos a cada situação, a cada finalidade comunicativa, criando e recriando suas atividades sociais de acordo com as versões do mundo publicamente elaboradas. (BIEZUS e SELLA, s.d, p.4)

Para Marcuschi (2000), a Referenciação é

como um processo de geração de domínios referenciais com objetos discursivos para referir-se a um estado do mundo. Neste caso, a língua é muito mais do que simples mediadora; se explica como atividade cognitiva e não apenas como forma cognoscitiva (mapeadora) da realidade. A realidade não é um dado *a priori*, mas uma construção discursiva motivada. (MARCHUSCI, 2002, p.5)

Portanto a Referenciação é entendida como um processo em que os sujeitos constroem textos, por meio dos *objetos-de-discurso*, e está voltada para os modos de enunciação, e não apenas para as coisas do mundo. A referência, por sua vez, é instável quanto a essa construção de sentidos, pois procura a realidade das coisas, como um espelhamento. A referência é pautada na análise puramente textual, ao passo que a Referenciação é mais ampla e necessita de elementos inter e extralinguísticos.

Na abordagem discursiva, a linguagem envolve todos os processos de seu uso, o que recai na noção de referência no momento em que o discurso é enunciado, uma vez que a linguagem é tida como uma ação. Essa noção faz que a referência passe a ser um processo, ou seja, a Referenciação, à medida que os referentes são modificados.

De forma tênue, as explicações acima sobre Referenciação são muito parecidas, pois elas versam sobre a ideia de que existe um conjunto de fatores ligados ao processo de Referenciação.

Entende-se que, para Koch (1989, p. 31), Referenciação é o processo em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presente(s) ou inferível(is) a partir do universo textual. O primeiro processo, a autora chama de forma referencial ou remissiva, e o segundo, de referência ou referente textual. Segundo Kallmeyer *et al.* (1974), porém, “a relação de referência ou remissão não se estabelece entre a forma remissiva e o elemento de referência, mas também entre os contextos que envolvem ambos”. Mondada (2005), por sua vez, entende a Referenciação como um processo simultâneo cognitivo e de uso de elementos linguísticos, em um material textual e social.

Esses termos que envolvem o processo de coesão textual são selecionados e dependem da informação à qual se quer dar maior ênfase. Nesse caso, surgirão os elementos denominados *anafóricos*.

Segundo Marcuschi (2005), o termo anáfora é utilizado

Para expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial. (MARCHUSCI, 2005, p. 54 e 55)

Marcuschi (2000) ainda esclarece que

poderíamos admitir uma relação direta entre a noção de **objetos de discurso** e **tópico**. Isto se pode dar por várias operações **internas** assim definidas:

**1. Operações de enquadre:** uma determinada expressão pode evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (*frames, cenários, esquemas* etc);

**2. Operações de textualização:** são relações determinadas pelo domínio cognitivo gerado no processo de textualização de um elemento (cotextualidade);

**3. Operações de referenciação:** um elemento designa um universo e fenômenos nomeados por sinonímia ou até mesmo por substituição. (MARCHUSCI, 2000, p. 4)

O que é possível depreender das informações apresentadas pelo autor é que a coesão textual não depende somente de elementos linguísticos, ou seja, de objetos-de-discurso, marcados textualmente, mas também de um conhecimento sociocognitivo. Para reafirmação do pensamento exposto aqui, vejamos a citação do mesmo autor:

Em suma, os objetos de discurso não são uma simples remissão lingüística a algo autônomo, fixo, externo e prévio ao discurso. Neste sentido, também deve ficar claro (como se verá adiante) que não uso a noção de referência e sim de **referenciação** precisamente pelo fato de admitir que a atividade referencial não é pura e simplesmente o ato de designar lingüisticamente objetos do mundo. (MARCUSCHI, 2000, p.5)

Observa-se então que os elementos anafóricos são responsáveis por organizar as informações textuais, referindo-se a elementos já existentes no texto ou não. Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) esclarecem que

os chamados “objetos-de-discurso” não preexistem “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente – desta atividade. (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, *apud* KOCH, 2004, p. 60)

Essa ideia de que os interlocutores precisam compreender elementos lingüísticos, ou não, também pode ser observada nas palavras de Mondada e Dubois (2003):

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo. (MONDADA; e DUBOIS, 2003, p. 29)

Portanto, pode-se dizer que a Referenciação é uma atividade discursiva, que ocorre pela interação verbal dos sujeitos, em que são feitas escolhas de elementos lingüísticos, orientadas pela intenção do locutor, com determinado discurso, ou em determinado ato ilocucional. A progressão referencial se estabelece de forma complexa entre linguagem, mundo e pensamento. Complexa porque o texto não tem uma unidade tópica e linear.

Para deixar mais claro o entendimento sobre Referenciação e coesão, observemos as palavras de Silva (2008):



A interpretação de uma expressão referencial anafórica consiste não somente na localização de um segmento lingüístico – um “antecedente”, mas em algum tipo de informação já introduzida na memória discursiva. Isso implica, necessariamente, que a discursivização do mundo pela linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informações, mas de (re)construção do próprio real, já que, ao usar e manipular uma forma simbólica, nesta concepção, manipulamos também, a estrutura da realidade de maneira significativa. (SILVA, 2008, p.61)

Para melhor exemplificar o que seja a Referenciação, considera-se interessante reproduzir o discurso de Zamponi (2005):

Quando referimos, realizamos um ato de designação por meio da língua. Mas a questão da referenciação não se esgota nessa constatação. Para a questão da referenciação, é necessário ir mais longe. É necessário ponderar que todo ato de referência não se dá fora do tempo, do espaço e de uma relação interlocutiva. Em outras palavras, é necessário ponderar que a referenciação não ocorre no vácuo e não se restringe apenas à atividade do locutor, que não escolhe solitariamente as expressões referenciais. Sempre situado, o ato de referência envolve uma operação colaborativa dos parceiros da interação, que constroem os referentes *no* e *pelo* discurso, atividade lingüística e sociocognitiva, ligada, acima de tudo, à interação e à intersubjetividade. E esse é o meu ponto de partida: postulo que a atividade referencial implica um processo interativamente controlado, em situações específicas de comunicação, isto é, referenciação é uma atividade de construção colaborativa situada e não apenas uma operação lingüística. (ZAMPONI, 2005, p.173)

Como é possível depreender, por Referenciação não se entendem apenas escolhas de elementos lingüísticos, ou seja, dos termos a serem utilizados, mas também da intenção que se tem ao proferir determinado discurso, além de pensar na situação em que ele será proferido.

Compartilhando de alguns conceitos acima citados, Ilari (2005) apresenta uma definição bastante interessante sobre Referenciação:

podemos dizer que a anáfora não é apenas um mecanismo de preservação de referentes, nem mesmo um mecanismo de preservação de conteúdos. Tem pouco a ver com formas, e tem pouco a ver com conteúdos; ao contrário, tem muito a ver com o modo como armazenamos o mundo em algum “buffer cognitivo”. Se estou correto, a anáfora é um forte argumento para que, entre a linguagem e o mundo, queiramos situar uma interface que não é neutra, mas guarda as marcas cognitivas (culturais?, psicológicas?,

sociais?) de nosso envolvimento com determinados grupos sociais que interpretam e conhecem. (ILARI, 2005, p.123 e 124)

Pode-se compreender que a Referenciação envolve uma abordagem por meio da cognição, sobre as coisas do mundo e, também, da interação linguística e discursiva; ela não opera apenas com uma dessas duas linhas. Norteadas pelas teorias de Mondada e Dubois, as autoras Biezus e Sella (s./d) apontam que há

duas linhas argumentativas para o tratamento da referenciação: a primeira trata da categorização, por meio da qual os sistemas cognitivos dão uma estabilidade ao mundo; a segunda trata de uma perspectiva linguística interacionista e discursiva, por meio da qual os processos de referenciação são analisados em termos de construção de objetos-de-discurso e de negociação de modelos públicos do mundo. (BIEZUS & SELLA, s/d, p. 4)

Isso significa que os elementos linguísticos são responsáveis por interagir com as informações que aparecem antes e depois deles; além disso, com a interação dos sujeitos com o mundo extralinguístico, estabelecem uma relação de coesão e coerência textual, ou seja, uma relação discursiva. Ou ainda, como afirmam Biezus e Sella (s/d),

a referenciação é tida como uma atividade discursiva, pois as formas de referenciação são escolhas do sujeito, em interação com outros sujeitos, feitas em função de um querer-dizer, conforme analisam Koch e Elias (2006). E é nesse processo de interação que vão se construindo os objetos-de-discurso. (BIEZUS; SELLA, s/d, p.5)

## **1.2 Estratégias de Referenciação**

As estratégias de Referenciação são processos elaborados para explicar a retomada dos elementos linguísticos que fazem parte do discurso dos interlocutores e que nos ajudam a retomar as ideias formuladas durante uma leitura, ou audição de um texto. Koch (2006) apresenta as seguintes estratégias:

**1. Construção/ativação:** pela qual um “objeto” textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nódulo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em

foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo.

**2. Reconstrução/reativação:** um nódulo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nódulo continua em foco).

**3. Desfocalização/desativação:** ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores. (KOCH, 2006, p. 19)

A **ativação** de um objeto de discurso textual põe uma expressão linguística em foco, a partir da qual passa a construir uma sequência de sentidos que permite não perder a coesão de informações conceituais referentes ao tema sobre o qual se está abordando. Simultaneamente, o processo de reativação vai mantendo a coesão textual em torno do objeto de discurso. Durante esse processo de construção/reativação, pode acontecer também a desfocalização/desativação do objeto de discurso.

Para compreender os processos definidos por Koch (2006), é preciso lembrar que os referentes podem ser modificados pelo processo de compreensão, dependendo do que determinadas informações representarão para o interlocutor discursivo.

Esses processos são explicados por Pante e Bazza (2008) da seguinte forma:

- a) a referência diz respeito, sobretudo, a operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve;
  - b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que é tributário dessa construção;
  - c) eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo sofridas “mundanamente” ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro.
- A visão discursiva sobre a referenciação amplia os horizontes desse processo: no conceito tradicional sobre a referência, o limite para as ancoragens era o texto; mas, nessa nova perspectiva, o limite é a memória discursiva. Isso significa que as categorias se constituem a partir do acúmulo de informações sobre um mesmo assunto, a ponto de caracterizar a prototipicidade, esteja a ancoragem dentro ou além do texto. (PANTE e BAZZA, 2008, p.110)

Ou seja, todos os processos da linguística textual, após uma nova visão de discurso, são ancorados em situações textuais e extratextuais; não se prendem apenas ao que o texto apresenta como material linguístico, mas também aos sentidos que o interlocutor traz para o discurso.

Biezus e Sella (s./d) esclarecem a primeira estratégia:

Quanto à primeira estratégia citada acima (de introdução), Koch e Elias (2006) apontam dois tipos de processos possíveis de serem realizados: ativação “ancorada” e ativação “não-ancorada”. Tem-se uma ativação ancorada sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação.

É o que ocorre, por exemplo, com as chamadas anáforas associativas e anáforas indiretas. A anáfora associativa explora relações meronímicas, de ingrediência. Incluem-se, nesse caso, não somente as associações metonímicas, mas também todas aquelas relações em que um dos elementos pode ser considerado ‘ingrediente’ do outro. (BIEZUS e SELLA, s./d, p.6)

Para exemplificar, elaboramos o seguinte exemplo:

*Os hotéis estão com promoções fora da temporada, mesmo para os quartos mais elegantes.*

A expressão **os quartos** está como um *ingrediente* de **os hotéis**, já que faz parte deles e de todo o processo que envolve o discurso.

A segunda estratégia é assim descrita pelas mesmas autoras:

A segunda estratégia abordada por Koch e Elias (2006) – a retomada – retrata, conforme já citado, a operação responsável pela manutenção do foco em objetos já introduzidos, dando origem às cadeias referenciais responsáveis pela progressão referencial do texto.

As expressões nominais referenciais desempenham funções cognitivas discursivas importantes no processo de retomada, dentre as quais destaca-se a ativação/reativação na memória.

Quando a remissão se dá a partir de elementos já mencionados ou sugeridos no co-texto, as expressões nominais são ativadas na memória do interlocutor. Quando há uma recategorização ou refocalização do referente, elas têm função predicativa, pois trazem

informação nova, e também mostram a avaliação do produtor do texto, pois as expressões anafóricas não são usadas somente para apontar um objeto-de-discurso; elas podem também modificá-lo.

Ao longo da própria atividade discursiva, então, pode ocorrer a reativação ou a modificação dos referentes por meio da recategorização. A inserção de novos sintagmas nominais acrescenta novos indícios para a construção do sentido, confirmando ou afastando determinadas expectativas socialmente construídas para aquela situação de comunicação. (BIEZUS & SELLA, s./d, p.7)

Essa segunda estratégia abordada por Koch (2006) é denominada de “a retomada”, que norteará a presente pesquisa, pois se trata de encapsuladores<sup>2</sup> e de rótulos<sup>3</sup>. Observemos o exemplo que segue abaixo

*As empregadas domésticas de hoje não são mais como as de ontem, elas não têm humildade e querem mandar como se fossem as patroas, mas **essa situação ruim** precisa ser resolvida*

A expressão **essa situação** está presente como elemento de encapsulamento da informação toda sobre as empregadas, ou seja, de que “elas não são mais como as de ontem”, forma sumarizada. Além disso, há o rótulo de ser uma situação ruim. Essa construção anafórica retoma objetos já mencionados no texto e também apresenta um novo indício rotulativo, construindo o sentido de ser algo ruim.

Após as explicações até agora apresentadas, é possível compreender que a Referenciação é um processamento do discurso, realizada por sujeitos ativos, que realizam suas escolhas linguísticas de forma estratégica, dentre muitas possibilidades que a língua oferece. Esse processo diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve. Dessa forma, o sujeito, na interação, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, fazendo escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização do seu projeto de dizer (KOCH, 2003). Ou seja, os processos de Referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer.

---

<sup>2</sup> As anáforas encapsuladoras também são conhecidas por elementos resumitivos ou sumarizadores.

<sup>3</sup> Os rotuladores estão diretamente ligados ao determinante, que será melhor explicado no capítulo seguinte.

Esses procedimentos de progressão textual permitem a construção de cadeias referenciais em que se processa a categorização ou recategorização dos referentes (se são elementos novos ou não).

Galvão (2008) explica que essas estratégias podem ser entendidas como referências ancoradas ou não e, para isso, ele respalda-se nos conceitos apresentados por Koch:

opera-se ativação não-ancorada quando o objeto introduzido no co-texto é totalmente novo e passa a preencher um endereço cognitivo no modelo textual. A categorização ocorre caso esse referente seja introduzido por uma expressão nominal. A ativação é ancorada sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido com o suporte de informações dadas do texto. Nesse caso, o leitor faz um cálculo baseado em algum tipo de associação com essas informações ou com informações do contexto sociocognitivo. A autora inclui, nesse rol, as anáforas associativas e as anáforas indiretas de modo geral, pois apesar de terem estatuto de anáforas, elas não remetem a algum referente pontualizado no co-texto precedente. (GALVÃO, 2008, p. 72)

Entendimento que essas referências não depende apenas da leitura do que está escrito, do que está explícito no texto; o interlocutor precisa ter conhecimento pré-estabelecido para complementar o entendimento do texto e assim fazer as referências associativas de forma correta. Por exemplo, se for observada a frase “Gregório de Matos é considerado o Boca do Inferno.”, é preciso que o interlocutor associe Gregório de Matos a um autor da literatura de língua portuguesa e entender o porquê de ser chamado *Boca do Inferno*. Esse epíteto se deve à forma como ele elaborava seus textos, pois escrevia tudo o que queria, da forma como queria.

Antes de concluir a seção, é importante explicar a diferença entre anáfora direta e anáfora indireta. Enquanto aquela reativa os referentes prévios de um texto, esta apresenta um novo referente textual. Para compreender essa diferença entre ambas, observam-se as palavras de Marcuschi (2005):

no caso da Anáfora indireta trata-se de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou subseqüentes] e que têm duas funções textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global. (MARCHUSCI, 2005, p. 59)

Marcuschi (2000) afirma que as anáforas indiretas

constituem casos de relações referenciais produzidas por sintagmas nominais definidos, verbos, adjetivos, pronomes ou até mesmo orações que não retomam pontualmente ou explicitamente elementos anteriormente (ou posteriormente) presentes na superfície do texto, mas ancoram em elementos do discurso, da situação cognitiva ou outros para ativar ou introduzir um referente novo como se fosse dado. (MARCHUSCI, 2002, p. 02)

A partir das considerações apresentadas sobre a anáfora, vejamos os exemplos de tipos de anáforas, segundo Andreatza e Gregolin (2009):

- **anáfora nominal:** componente da superfície textual, formado basicamente por um nome, que encontra ancoragem num outro componente previamente explicitado, tal como se apresenta no exemplo (4): (4) eu gosto de abacaxi eu gosto muito desta fruta.
- **repetição:** caracterizada pela reiteração de um nome ou sintagma nominal anteriormente apresentado. É um tipo de anáfora nominal. Entretanto, como os textos que analisamos foram produzidos por crianças em fase de aquisição da escrita, esse mecanismo foi tratado separadamente. O exemplo (5) a seguir mostra o uso abusivo da repetição. (5)... O índio ficou muito bravo quando o índio jogou sua flecha no lago o peixe não foi na sua flexa e coitado do pobre índio que levou uma pancada na cabeça do peixe...
- **anáfora pronominal:** é aquela em que a relação anafórica é tecida através do uso de pronomes (ele, ela, eles, elas). A função pronominal, nesses casos, é apenas estabelecer a ancoragem com um termo antecedente, como mostramos a seguir no exemplo (6): (6) O jacaré come, peixe e mato e gente ele vive na água.
- **anáfora associativa:** ocorre quando um elemento é introduzido no texto, sem que haja uma ancoragem explícita com nenhum outro termo anteriormente apresentado, conforme é demonstrado no exemplo (7): (7) Não use a xícara azul. A asa está quebrada.
- **elipse (ou anáfora zero):** consiste na omissão de termos, facilmente inferíveis no decorrer do texto, como no exemplo (8): (8) Ricardo estava dormindo debaixo da árvore e viu um ninho na árvore e não viu o leão atrás da árvore.

Dentre essas várias estratégias que se prestam à Referenciação, a que nos interessa é a anáfora nominal, objeto de nossa pesquisa. As anáforas nominais estão

representadas por um SN (sintagma nominal), que é responsável por fazer uma progressão de sentidos no discurso de forma coerente. Essa ideia de anáforas nominais está presente no texto de Pante e Bazza (2008), as quais se pautaram em Teixeira (*on line*) e apresentaram a seguinte explicação:

A anáfora é um dos elementos de coesão do texto. Por meio dela, realizam-se as retomadas que contribuem para o engajamento e a progressão do texto. Teixeira (*on line*) considera que, *pelo procedimento anafórico, um SN evoca e especifica um referente e uma série de outros co-referem e co especificam esse referente, instituindo-se assim a progressão/ continuidade referencial.*

As anáforas podem ocorrer com base em dois grupos: *pronominais*, ou seja, o referente é um pronome ou *nominais*, quando o grupo referente tem como núcleo um nome. Normalmente, esses grupos são constituídos por um determinante (que pode ser um artigo definido, um indefinido possessivo ou um demonstrativo) e um nome. (PANTE & BAZZA, 2008, p.5)

Chagas (2008) apresenta uma classificação da anáfora indireta pautada nas definições de Schwarz (2000, *apud* Koch, 2005):

#### **Anáfora indireta baseada em papéis temáticos dos verbos**

Deve-se ter em mente uma teoria dos papéis temáticos para os verbos e observar como esses papéis são preenchidos.

(6) L6 [pior ainda é quando você...

acaba e você **perdeu**

aí mesmo que você sai colocando...

defeito em todo mundo que tava no **jogo**

Como se observa o verbo *perder* possui seus papéis temáticos e nesse caso a palavra *jogo* cumpre esse papel que ficou implícito com o uso do verbo.

#### **Anáfora indireta em relação semântica inscrita nos sintagmas nominais definidos**

Pode-se lembrar, particularmente, as relações meronímicas, ou seja, relações parte-todo.

#### **Anáfora indireta baseada em esquemas cognitivos e modelos mentais**

São anáforas indiretas ancoradas em representações conceituais ou relações cognitivas encapsuladas em modelos mentais comumente chamados de frames que representam focos implícitos armazenados em nossa memória de longo prazo como conhecimento de mundo organizados.

(7)

L12 eu sou meio desligado em algumas **aulas**



mas também sou responsável

**Ciências**, porque **ela** cismou com a minha cara

Note-se que o pronome pessoal *ela* não reativa algum referente prévio, mas se ancora no texto precedente, em especial nas palavras *aulas* e *Ciências*, porque neste caso o conhecimento de mundo nos remete a entender que *ela* só pode ser a professora de Ciências, já que em uma aula, normalmente, há uma professora.

#### **Anáfora indireta esquemática realizada por pronomes introdutores de referentes**

Estes pronomes não são retomadas de referentes anteriormente introduzidos, mas ativadores de novos referentes com base em elementos prévios que aparecem no discurso.

(8)

Inf. Deixa ele falar GEN..te

L11 Eu não sou metido não, dona

**eles** que passam por mim e não fala nada

Aqui L11 ativa o pronome *eles* ancorado no elemento implícito na construção *GEN...te* dita pelo informante, pois através deste contexto percebe-se que há mais pessoas participando da conversa.

#### **Anáfora indireta baseada em inferências ancoradas no modelo do mundo textual**

Trata-se de anáforas fundadas em conhecimentos retrabalhados por estratégias inferenciais maximizadas pelo conjunto de conhecimentos textuais mobilizados.

(9)

L13 Os seios das mulheres

todo homem assim, sei que olha

[para os seios da mulher

L4 [Só que não é

esse ponto que ela quer chegar

que geralmente o seio assim para a mulher

laço de feição que o seio é a única coisa

que liga ela ao **filho** assim

O trabalho cognitivo para operar com esse tipo de anáfora é maior do que com os esquemas cognitivos e mentais. No exemplo 9, L4 ativou o sintagma nominal *filho* através de uma situação vivenciada na construção de L13 *seios*, já que a mãe/mulher amamenta o filho em seu seio, trazendo um *laço de feição* que a liga ao filho. É uma construção feita a partir da progressão do texto.

#### **Anáfora indireta baseada em elementos textuais ativados por nominalizações**

Essa anáfora indireta tem uma relação direta com algum verbo do qual mantém a origem.

(10)

L14 Têm vários tipos de **alimentar** o ser humano

têm outros tipos de **alimentação**

como... posso falar também.

Nesse exemplo, alimentar é ativado através do sintagma nominal *alimentação* e essa passagem de um verbo para um nome é tida como um processo de nominalização. (CHAGAS, 2008, p. 70-72)

Todas essas variantes de anáforas apresentadas por Chagas (2008) são consideradas indiretas, pois necessitam de um conhecimento mais profundo sobre o discurso, tanto no nível sintático quanto no nível semântico, pois os referentes não são claramente explícitos; aqui entra o conceito de *âncoras*, pois se constrói de forma inferencial, por meio, também, do conhecimento de mundo do interlocutor.

Para a presente pesquisa, foram selecionados os *encapsuladores anafóricos e catafóricos* como objeto de pesquisa.

Diante dos conceitos apresentados acima, para nós, é importante retomar o que foi explicado como *Anáfora indireta baseada em esquemas cognitivos e modelos mentais*, pois é esse o princípio das anáforas encapsuladoras. Esse tipo de anáfora se ancora não apenas nas informações preenchidas textualmente, de forma material e linguística, mas também no conhecimento de mundo de cada interlocutor, o que é definido como memória de longo prazo.

Antes de passarmos ao próximo capítulo, consideramos interessante transcrever um quadro que foi utilizado por Cordeiro e Toscano (*on line*), para explicar a diferença entre os tipos de anáforas:

<b>Anáfora sem retomada</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Função</b>
Anáfora indireta com categorização de um novo Referente	Introduz um referente novo que mantenha uma relação de parte pelo todo facilmente associável ao seu todo.
Anáfora indireta com recategorização lexical implícita	Modifica o referente por meio de silepse.
Anáfora indireta com recategorização lexical	Reconstrói o referente por meronímia.
Anáfora encapsuladora	Resume proposições do discurso, empacotando-as numa expressão referencial.
Anáfora encapsuladora com dêitico	Resume as proposições do discurso por meio de um dêitico, geralmente um pronome demonstrativo, ou por meio de uma expressão referencial encapsuladora precedida de um dêitico.

**Quadro 1.** Tipos de anáfora sem retomada e suas respectivas funções

As autoras utilizam esse quadro para mostrar que não existe obrigatoriedade da existência de um referente para que ocorra a anáfora, “mas sim a remissão a objetos-de-discurso mencionados ou inferíveis do contexto<sup>4</sup> que lhe serve de fonte.”

No capítulo seguinte, discorreremos sobre o que é, como funciona, e qual a importância dos encapsuladores em textos de cunho religioso, extremamente argumentativos e cujo objetivo primeiro é persuadir o leitor.

### 1.3 Texto e gênero textual

Orientados pelos estudos da linguística textual, consideramos relevante fazer algumas considerações sobre texto e gênero textual. Primeiramente, quando se fala em textos, de forma leiga, entende-se que é um conjunto de frases, ou orações, as quais apresentam sentido e estão interligadas. Mas, para estudiosos da linguística, como Marcuschi (2005, p. 72), “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas.”, que dependem de fatores extralingüísticos para se fazer compreender.

Da mesma forma, Koch (2003, p.3) adota a noção apresentada por Antos (1997), de que “os textos, como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo.”, ou seja, é um elemento que possibilita a interação comunicativa entre os receptores (falante/ouvinte – escritor e leitor), levando em considerações fatores lingüísticos e sociais.

Nessa mesma perspectiva, em um trabalho que tem como *corpus* de análise as Cartas Notariais, Dutra e Roman (2009, p. 10) esclarecem que existe uma “complexidade de fatores que estão envolvidos no fenômeno comunicativo que o texto representa, e que facilmente transcende o nível puramente lexical e sintático.”

Essa noção de texto só vem corroborar para as definições de que o texto não é apenas um emaranhado de termos lingüísticos, que estão dotados de coesão e coerência, mas sim um conjunto de elementos lingüísticos (palavras de diferentes classes

---

<sup>4</sup> Koch (2002) recorre aos estudos de Malinowski (1923), que se referia ao contexto como o intermediário entre a situação e o sistema lingüístico. Com o advento da pragmática, os estudos e a descrição das ações que os usuários realizam com a língua são valorizados, o que fez que a concepção de contexto passasse por algumas acomodações e o contexto cognitivo tornou-se reconhecido. Isso significa que, para que duas ou mais pessoas possam se entender, é preciso que seus contextos cognitivos estejam parcialmente assemelhados e, ao menos em parte, compartilhados, ainda que a cada momento de interação esse contexto seja alterado e ampliado, obrigando os parceiros a se ajustarem ao novo contexto instaurado.

gramaticais, elementos de pontuação etc.) e extralinguísticos (conhecimento social tanto do autor quanto do leitor do texto) que são essenciais na elaboração e na interpretação das informações apresentadas.

Outra teoria bastante importante dos estudos da linguística textual é a de que os textos são divididos em **gêneros textuais**, os quais, para Bakhtin (1992; 1997), podem ser compreendidos como o uso particular do discurso em função das mais diversas situações de interação social e comunicativa. Ou seja, os textos são produzidos de acordo com uma determinada função. Para esclarecer essa noção, Marcuschi (2002) explica que gêneros textuais são composições funcionais, com objetivos enunciativos realizáveis na interação de aspectos de ordem histórica, social, institucional, entre outras, e que, por esse caráter funcional, não constituem uma lista específica, mas sim inúmeras possibilidades de gêneros textuais<sup>5</sup>.

Dentro dessa conceituação, encontram-se os textos de domínio discursivo, como o religioso, e os gêneros textuais imanentes dele, tanto na forma falada (palestras e homilia) quanto na forma escrita da língua (carta, encíclica e artigo de opinião).

### 1.3.1 A carta

Uma das definições que encontramos para a palavra carta, que está presente no Dicionário Houaiss (2004), é: “mensagem escrita que se envia a uma pessoa, geralmente num envelope; missiva, epístola”. Durante muito tempo, esse era o meio de comunicação utilizado pelas pessoas para tratar de vários assuntos. Exatamente por ser uma das formas com as quais as pessoas se comunicavam, passou a ocupar um papel importante na sociedade, pois elas continham vários assuntos, inclusive questões políticas, o que creditou à carta o status de documento, de acordo com Dutra e Roman (2009).

Segundo Bazerman (2006), a carta tornou-se importantíssima, pois “não só a organização e as transações podem alcançar distâncias maiores, como também os laços sociais entre os indivíduos podem ser reforçados e até criados através de relações

---

<sup>5</sup> Marcuschi (2009) cita os seguintes exemplos: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador e aulas virtuais.

indiretas com outras pessoas.” Ou seja, a carta é considerada um dos gêneros textuais que mais estreitou a relação entre as pessoas, daí a sua relevância para os estudos linguísticos, uma vez que trabalha com o discurso, com a comunicação textual.

### 1.3.2 A carta encíclica

O gênero carta encíclica caracteriza-se tanto por elementos linguísticos quanto por elementos retóricos, os quais se relacionam com o discurso, já que o objetivo maior é o da persuasão. Essa persuasão caracteriza o texto como argumentativo, que, por sua vez, apresenta dados - muitas vezes extraídos de fontes bíblicas - para a argumentação.

O termo *encíclica* é de origem grega e era empregado para indicar as cartas enviadas por magistrados e príncipes ao maior número possível de destinatários a fim de anunciar normas, regras, leis etc. Trata-se de um termo latino que corresponde ao termo "circularis", aplicado a uma carta ou a uma mensagem de amplo alcance. Hoje, o termo *encíclica* só está associado à Igreja.

As cartas encíclicas, ou seja, os documentos pontifícios mais solenes do Magistério Ordinário Universal, normalmente se dirigem a todos os Bispos e fiéis da Igreja Católica. Frequentemente, todavia, também são dirigidas a "todas as pessoas de boa vontade". Concernentes a matérias menos importantes, as encíclicas são direcionadas, por exemplo, a um determinado grupo de Bispos, de um país ou região concreta.

Essas cartas também podem abordar temas doutrinários e, por um motivo concreto, podem exortar ou convidar os fiéis à oração pública; podem, igualmente, comemorar uma data importante da Igreja, como um aniversário. São assinadas sempre pelo Papa e escritas normalmente em latim; suas publicações ocorrem nas "*Acta Apostolicae Sedis*" e em livros nas mais diversas línguas.

A versão oficial de uma encíclica, redigida em latim, é preparada na Secretaria de Estado. Em seguida, a versão desse texto é traduzida em várias línguas e enviada às Conferências Episcopais do mundo todo por intermédio dos Representantes Pontifícios.

Em princípio, o órgão que preparava esses documentos era denominado *Chancelaria das Cartas Apostólicas*, prática iniciada no século IV, mas suprimida, em 27 de fevereiro de 1973, por Paulo VI, com o motivo próprio "*Quo aptius*".



## Capítulo 2

### 2.1 Os elementos encapsuladores

Os encapsuladores são os objetos-de-discurso que procuram retomar ou introduzir uma informação nos textos; é considerada, por muitos estudiosos da linguística, um dos mecanismos linguísticos responsáveis pela coesão textual. Essa ideia está presente em muitas teorias de linguistas renomados, como Koch, Ilari, Marcuschi, Dubois e Apothéloz.

Para Koch (2008, p.101), a Referenciação, bem como a progressão referencial, consiste na construção e na reconstrução de objetos-de-discurso, os quais estão diretamente ligados ao processo que a anáfora desempenha no texto:

os objetos de discurso são dinâmicos, isto é, uma vez introduzidos, vão sendo modificados, desativados, reativados, recategorizados, de modo a construir-se ou reconstruir-se o sentido no curso da progressão textual. (KOCH, 2008, p. 101)

Esses objetos-de-discurso podem ser um pronome ou um sintagma nominal, podem retomar parte de um texto, ou apenas uma palavra. Uma dessas formas de retomada é a chamada anáfora encapsuladora. Bertucci (2006, p. 207) as define da seguinte forma:

*anáforas encapsuladoras* ou *encapsulamentos* serão entendidas como um tipo de expressão referencial que recupera uma parte do texto (ou do discurso) – e não apenas como um referente pontual – por meio de nominalizações, rótulos ou dêiticos. (BERTUCCI, 2006, P. 207)

Nessa linha de pensamento, em que encapsulamento é definido como uma forma especial de anáfora, pois não é direta nem indireta, uma vez que precisa de vários elementos para a recuperação textual, está a ideia defendida por KOCH (2008), para quem esse recurso linguístico

constitui uma atividade essencialmente metadiscursiva, visto que o produtor do texto se debruça sobre partes do discurso já produzido,

sumarizando-as por meio de um pronome ou de uma expressão nominal. Neste segundo caso, ao atribuir-lhes um rótulo, cria novos objetos-de-discurso. Em outras palavras, o rótulo vai categorizar o segmento resumido de uma certa maneira, de acordo com a avaliação que o locutor faz do seu conteúdo ou de sua enunciação.

Em seguida, no desenrolar do discurso, essa categorização pode ser mantida ou, então, podem ocorrer recategorizações ao longo da cadeia discursiva. Tanto a categorização como a recategorização são, em grande parte, responsáveis pela orientação argumentativa do texto. (KOCH, 2008, p.105)

Pante & Bazza (2008) definem as anáforas encapsuladoras como um tipo de anáfora que

condensa mais que um grupo nominal ou uma frase; pode retomar um parágrafo ou mesmo uma extensão maior de um texto. Teixeira (*on line*) destaca que *esse tipo de anáfora toma frequentemente a nominalização*, tendo como centro um nome formado a partir de um verbo: *Nossa gata foi atropelada. Esse acidente deixou-lhe os traços.* (PANTE e BAZZA, 2008, p.117)

Outra estudiosa que corrobora com essa opinião e classificação das anáforas encapsuladoras é Cavalcante (2003 *apud* Bertucci, 2006), para quem os encapsuladores não fazem uma remissão ancorada, como as anáforas indiretas, e nem retomam uma informação textual pré-estabelecida, como as anáforas diretas. Para ela,

os encapsulamentos estão entre as anáforas indiretas e diretas, porque, se por um lado não existe um referente pontual e específico ao qual a anáfora remeta, também pode-se dizer que ela recupera (sem retomar), de alguma forma, um trecho qualquer que já foi ou será apontado no co(n)texto. Para Koch (2004; 2005), esse tipo de anáfora pode funcionar tanto para rotular determinado trecho do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e, assim, auxiliando na progressão textual, como ir mais além, contribuindo para avaliações subjetivas. (BERTUCCI, 2006, p.208)

É importante citar que Conte (2003) define os encapsuladores como

Uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou nome avaliativo, um nome axiológico<sup>6</sup>) como núcleo lexical e revela

---

<sup>6</sup> Definido por Conte com termos avaliativos, que não só fazem referência, mas também emitem uma avaliação.



uma clara preferência por um determinante demonstrativo. O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença). (CONTE, 2003, p. 178)

É possível compreender que os encapsuladores são complexos, pois são considerados resumitivos, e é preciso que o receptor do texto consiga fazer a Referenciação necessária do que está sendo retomado por eles. Veja-se o exemplo:

*As aeronaves estão sendo revistadas, pois o trem de pouso de duas delas falhou. **Este fato** causou um transtorno nos voos, atrasando viagens.*

O elemento anafórico **este fato** faz referência a uma situação, e não a indivíduos, por exemplo, e isso faz que seja preciso reconstruir a informação apresentada no texto, pois ela é um conjunto de ideias, ou seja, uma paráfrase resumidora.

Koch (2008) aborda essa noção de retomada de ideia, e não apenas de um vocábulo, quando explica que as anáforas encapsuladoras são complexas, pois são

expressões nominais que selecionam antecedentes sentenciais ou antecedentes ainda mais longos que a sentença, proposicionalmente estruturados, tais como eventos, estados, fatos, ações. (KOCH, 2008, p.106)

A autora ainda acrescenta que essas anáforas podem ser, ao mesmo tempo, temáticas e remáticas, pois elas retomam e inserem um dado no texto, que é responsável pela coesão textual. Veja-se o exemplo

*Rodolfo não compreendeu por que seus amigos foram ao jogo sem ele, mas decidiu que esse **acontecimento** não seria **um determinante** para sua amizade.*

A anáfora encapsuladora **esses acontecimentos**, além de se referir ao fato de os amigos terem ido ao jogo sem Rodolfo, também apresenta uma nova continuidade

textual, que já tem um elemento linguístico referindo-se a ela “um determinante” (essas duas referências retomam o mesmo fato, a mesma situação).

Para deixar mais clara a informação, transcrevemos o que Koch (2008) menciona a respeito das anáforas:

No que diz respeito à sua função textual, as anáforas complexas não só servem como meios de continuidade, como também efetuam a progressão do fluxo informacional, ou seja, são simultaneamente temáticas e remáticas. Visto que o processo de complexificação (re)constrói o conteúdo pré-mencionado como uma entidade discursiva unificada, as anáforas complexas desempenham uma função central no estabelecimento da coerência textual. (KOCH, 2008, p.106)

Bertucci (2006), pautado nos ensinamentos de Koch, apresenta a seguinte explicação:

Os encapsulamentos, portanto, na visão de Koch, têm dois pontos principais: rotulam uma parte do texto (anafórica ou cataforicamente) e, ao mesmo tempo, criam um novo referente textual por meio da nominalização. (BERTUCCI, 2006, p.211)

As anáforas encapsuladoras, portanto, determinam uma porção textual, referindo-se a ela por meio dos pronomes e de termos axiológicos; também apresentam um novo elemento a ser referenciado, por intermédio desse mesmo elemento.

Uma teoria importante sobre encapsuladores anafóricos, abordada por Conte (2003), é a de que eles estão no eixo velho-novo, ou seja, eles são novos, visto que ainda não ocorreram nos textos; e, a partir do momento em que fazem parte do contexto, passam a ser elementos de possível Referenciação. Essa teoria é explicada da seguinte forma:

Os encapsulamentos anafóricos podem ser considerados novos por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, o próprio item lexical (o núcleo do sintagma nominal) é geralmente novo na medida em que não ocorreu no texto precedente. Em segundo lugar, e mais importante ainda, estamos lidando não apenas com categorização de informação cotextual dada, mas também com hipóstase. O que já está presente no modelo discursivo é “objetificado”, ou em outras palavras, torna-se um referente. Na base da informação velha, um novo referente discursivo é criado, e se torna o argumento de predicacões futuras.

Assim, o encapsulamento anafórico se torna um procedimento muito interessante de introdução de referentes no texto. Esses referentes são criados na dinâmica do texto. (CONTE, 2003, p. 183)

Esses elementos linguísticos objetificados são as anáforas encapsuladoras, que normalmente aparecem formadas por um pronome demonstrativo ou artigo definido, mais nome axiológico. Observe-se o exemplo:

*São Paulo é um pólo industrial, e **essa situação** gerou um crescimento desordenado da cidade.*

O elemento encapsulador **essa situação** é composto por um pronome demonstrativo, mais um nome axiológico, que se refere à ideia de que a cidade de São Paulo é um pólo industrial.

O que se pode compreender dessa elaboração das anáforas encapsuladoras é que, embora a ênfase esteja no elemento axiológico, o elemento demonstrativo é imprescindível para que seja feita a referência de forma correta. Essa ideia está presente na teoria de Conte (2003), quando ela explica que

Embora o artigo definido não seja excluído de sintagmas nominais encapsuladores, existe, todavia, uma clara preferência pelo determinante demonstrativo. O demonstrativo apresenta um objeto textual novo ao leitor, ou o põe em foco. O demonstrativo também deve ser considerado como uma instrução ao leitor para que descubra o antecedente da expressão anafórica, i.é. para que procure a porção relevante no contexto imediato da expressão referencial anafórica. Quando o nome encapsulador é um nome axiológico, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva entre demonstrativo e termos avaliativos (axiológicos). (CONTE, 2003, p.183)

É possível observar que não são apenas os pronomes demonstrativos que são classificados como anáforas encapsuladoras, mas também os artigos definidos, como se pode observar no seguinte exemplo:

*Todos os amigos de Mariana se reuniram para uma festa surpresa, pois era aniversário dela, e queriam que ela ficasse feliz, mas a intenção não foi bem aceita pela aniversariante, pois ela detesta festas surpresas.*

A expressão encapsuladora **a intenção** é formada por um artigo mais um termo axiológico.

Em seu artigo intitulado “Anáforas Encapsuladoras: Uma análise em textos de opinião”, Bertucci (2006) discorre brevemente sobre uma teoria apresentada por Koch (2005) sobre remissão metadiscursiva:

Koch (2005) fala também da chamada *remissão metadiscursiva*, em que a rotulação “focaliza a própria atividade enunciativa” (KOCH, 2005, p. 41). Francis, apud Koch (2005, p. 42), denomina as rotulações metadiscursivas de “nomes-de-ação”, por meio das quais “*menciona-se* (grifo da autora) um segmento anterior do texto, qualificando-o metadiscursivamente”. No exemplo em (4), os termos **essa** e **opinião**, embora separados, formam uma mesma expressão referencial que recupera “Não me sinto um aliado ali. Me sinto um inimigo”. A expressão referencial também caracteriza o trecho como um processo cognitivo e, nos termos de Koch (2005, p. 42), toma o discurso, não o texto, como objeto-de-discurso. (BERTUCCI, 2006, p. 212 e 213)

O que se pode depreender dessa informação é que as anáforas encapsuladoras retomam não apenas os elementos linguísticos, mas também uma ideia discursiva que está presente no discurso, não apenas na materialidade textual.

Quando Koch (2005) explica essa remissão metadiscursiva, ela apresenta quatro formas de classificação para os elementos anafóricos:

1. como determinado tipo de ato de fala (afirmação, declaração, promessa, conselho, advertência etc.);
2. como um tipo de atividade linguístico-cognitiva (descrição, explicação, relato, esclarecimento, comentário, sondagem etc.);
3. como um processo cognitivo (análise, reflexão, avaliação, opinião, atitude etc.);
4. por intermédio de termos ou denominações metalingüísticas (frase, sentença, pergunta, termo, palavra etc.). (KOCH, 2005, p.42)

Pautada nessas classificações, a autora conclui que as remissões servem como grande auxílio no entendimento do texto, principalmente por manterem a coesão textual, dando continuidade à unidade textual. A autora finaliza seu artigo com as seguintes palavras:

As expressões nominais remissivas funcionam como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor/ouvinte construir, com, base na maneira pela qual se encadeiam e remetem umas às outras, um novo “roteiro” que irá orientá-lo para determinados sentidos implicados no texto e, conseqüentemente, para as leituras, que, à partir dele, se projetam. (KOCH, 2005, p.42)

Em um estudo sobre expressões referenciais, Cavalcante (2003) considera que a anáfora encapsuladora não retoma um termo ou uma informação antecedente, e sim a resume, encapsulando-a, e essa “não retomada” se deve ao fato de que não existe um elemento pontual sendo referenciado pela anáfora, mas sim uma ideia, ou várias ideias que não são fáceis de serem retomadas. Esse fato, inclusive, levou a autora a caracterizá-la como uma anáfora indireta.

encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal (o quem tem recebido a denominação de “rótulo” – Francis, 1994), ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo. (CAVALCANTE, 2003, p.115)

A noção de encapsulamento por empacotamento está diretamente ligada ao que Koch (2008) explica em seu artigo sobre a rotulação, uma vez que os rótulos são nominalizações dadas a um conjunto de informações textuais antecedentes, que criam um novo objeto-de-discurso, mas com uma certa subjetividade, já que a informação é sumariada:

Na rotulação, por sua vez, ao nomear um segmento textual encapsulado, criando um novo objeto-de discurso, o rótulo opera sempre uma categorização. Rótulos sucessivos para uma mesma porção encapsulada, numa cadeia referencial, produzem uma seqüência de recategorizações. (KOCH, 2008, p.108)

E a autora complementa que

É preciso frisar, aqui, que todos os rótulos contêm algum grau de subjetividade, pois, no momento em que o produtor, ao rotular segmentos textuais, constrói um novo objeto de discurso, ele procede a uma avaliação desses segmentos e escolhe aquele rótulo que considera adequado para a realização de seu projeto de dizer. Mesmo no caso dos rótulos ditos ‘de conteúdo’, há sempre uma escolha e esta será significativa em maior ou menor grau. (KOCH, 2008, p.108)

Considera-se necessário explicar o que é *rótulo*. Para autores como Koch e Bertucci, rótulos são elementos encapsuladores axiológicos, ou seja, são nomes que resumizam o que está sendo “retomado”<sup>7</sup>:

o fato de o produtor rotular o conteúdo que está resumizando como **fato, episódio, acontecimento, evento, cena** constitui sempre uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa. (KOCH, 2008, p.108).

Portanto expressões como **essa manipulação**, no fragmento

*Os candidatos ao governo costumam alterar os verdadeiros números das pesquisas, quando esses são divulgados na grande mídia, mas **essa manipulação** já é de conhecimento dos eleitores, que estão cansados de serem enganados,*

rotulam o que está sendo encapsulado, de acordo com a subjetividade discursiva que o elaborador do texto quer escolher e quer ponderar pertinente. É importante salientar que a sumarização é feita pelo pronome demonstrativo *essa*, mais termo axiológico *manipulação*, que também é uma nominalização, ou seja, uma passagem da forma verbal **manipular** para o nome cognato **manipulação**.

Os comentários aqui mencionados nos permitem vislumbrar os diversos pontos de vista dos autores pesquisam a Referenciação. A tudo isso, acrescentamos que, para nós, trata-se de um importante recurso na progressão textual, recurso este que, ao mesmo tempo em que sumariza um referente anterior (anáfora) ou aponta para um

---

<sup>7</sup> A palavra está entre aspas, pois, segundo a leitura aqui apresentada, encapsulamentos não são só retomadas, mas também apresentações de novos elementos.

referente posterior (catáfora), também organiza esses conteúdos precedentes ou subsequentes, conferindo ao texto uma orientação argumentativa.

As anáforas encapsuladoras têm como objetivo sumarizar porções de texto às quais fazem remissão, apontando a forma como o leitor pode interpretar a extensão do discurso que foi encapsulada, direcionando-o ao novo objeto-de-discurso, que será trabalhado na sequência do texto.

O funcionamento textual-discursivo dos encapsuladores engloba não só o grau de argumentatividade, mas também a sua possibilidade manipulativa, o que os torna multifuncionais. Essa capacidade de ser multifuncional lhes confere a importância que têm na construção de sentidos e nos demonstra o quão são importantes no percurso interativo autor-texto-leitor.

Para finalizar nosso ponto de vista em relação aos encapsuladores anafóricos e catafóricos, resta-nos mencionar que a utilização em maior ou em menor escala em um determinado texto relaciona-se diretamente à argumentatividade e à condução do ponto de vista do autor, ou seja, a escolha do encapsulador está ligada ao seu projeto de dizer.

## 2.2 Elemento dêitico e anáfora

A leitura apresentada até agora sobre anáfora encapsuladora mostra que um dos principais elementos linguísticos utilizados para esse recurso discursivo são os chamados *elementos dêiticos*. Para a definição do conceito de dêixis, tomamos a perspectiva de Camara Jr. (2002):

**Dêixis.** faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêitica, ou mostrativa, figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema linguístico. Podemos dizer que o SIGNO linguístico apresenta-se em dois tipos – o SÍMBOLO, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra (...). O pronome é justamente o vocabulário que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia no esquema linguístico das três pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante-ouvinte. (CAMARA JUNIOR, 2002, p.90)

A definição apresentada sobre elemento dêitico corrobora a ideia apresentada por Cavalcante (2005), no artigo intitulado *Anáfora e dêixis: quando as retas se*

*encontram*, em que explica que os elementos anafóricos de Referenciação dependem de um conjunto de fatores, tanto linguísticos quanto extralinguísticos, os quais ela denomina, respectivamente, de *língua* e de *práticas sociais*, e que Camara Jr. denomina de *esquema linguístico gramatical* e de *fora do eixo falante-ouvinte*:

Em uma perspectiva de cognição social interacionalmente situada, ou praxeológica, dizemos que é da inter-relação entre língua e práticas sociais que emergem os referentes, ou “*objetos-de-discurso*”, por meio dos quais percebemos a realidade que, por sua vez, nos afeta. Os referentes passam a ser, assim, não uma instância de referencialidade constitutivamente indeterminada e efêmera. (CAVALCANTE, 2005, p.125)

Ou seja, para que a referência anafórica seja dêitica, é preciso fazer retomadas de elementos textuais, caso contrário a retomada fica na subjetividade.

O fenômeno da dêixis deve ser tratado à luz da teoria da enunciação; não há como conceber a dêixis e a articulação de seus elementos separadamente do processo de enunciação, pois é nesse processo que ela se institui e se manifesta. As classes de palavras chamadas dêiticas têm, na verdade, uma função especial: funcionam como um elemento essencial na instituição do processo enunciativo que lhes atribui uma referência.

Martins (2003) explica a dêixis a partir de vários autores:

Como destaca Bühler (1934), há o momento anterior e momento posterior ao discurso. O autor reconhece, a partir daí, três modos de indicação desses elementos dêiticos: a anáfora remissiva ou catáfora, referindo-se ao que ainda será dito; “*deixis ad oculos*”, que engloba os 20 mostrativos e suas referências dentro do discurso; e a “*deixis en fantasma*”, que requer um trabalho psicológico dos falantes, para que se restaure a significação dos índices ausentes no discurso, quando o locutor envolve-se, somente através de signos, com um mundo ausente, o que Jakobson (1971) retomaria como referência textual contrapondo-se à referência situacional. Segundo ele, o enunciado lingüístico está orientado em três dimensões.

O enunciado está direcionado ao conteúdo que está sendo representado/referenciado; ao destinatário a quem se dirige o enunciado, de modo a chamar-lhe a atenção, e ao locutor, que expressa seu interior.

A enunciação não está nem no âmbito da língua nem tampouco pertence ao da fala. Ela envolve os dois, é “a enunciação enquanto centro necessário de referência do próprio sentido de certos signos da língua”. (LAHUD, 1979, p.98).



Esses signos, aos quais se refere Lahud, são os signos dêiticos, aqueles que só encontram seu significado numa instância de enunciação. Lahud constata, então, que, de Saussure à “lingüística da enunciação”, houve um deslocamento do objeto de estudo, em parte causado pela própria “descoberta” pelos lingüistas dos elementos dêiticos presentes na linguagem, e, em parte também pelas inúmeras pesquisas realizadas independentemente posteriores às afirmações de Saussure. (MARTINS, 2003, p. 19-20)

A mesma autora cita Mangueneau para explicar as concepções de dêiticos que adota em seu trabalho:

Segundo Mangueneau (1996), concepção que será adotada, os dêiticos se dividem em espaciais e temporais: os que variam de sentido conforme a posição do enunciador no discurso - espaciais - e os que variam conforme o momento da enunciação - temporais. 21 Fazem parte dos elementos chamados “dêiticos” os tempos verbais, os pronomes pessoais, demonstrativos e possessivos, alguns advérbios e locuções adverbiais, como os que serão analisados neste trabalho. É por meio desses elementos, relacionados a seguir, que é possível identificar pessoas, coisas, momentos e lugares a partir do momento da fala, ou seja, da situação de enunciação. (MARTINS, 2003, p.19 e 20)

Fica bastante nítido que os referentes dêiticos fazem uma relação, tanto linguística quanto cognitiva, e é exatamente esse o tipo de Referenciação estabelecida pelas anáforas encapsuladoras, uma vez que elas estabelecem uma relação com elementos não explícitos no texto, os quais precisam de uma função cognitiva para o referente.

## Capítulo 3

### 3.1 Material

Segundo Koch (1996), a sociedade interage pelo meio linguístico, o qual se caracteriza pelo processo de argumentatividade. Ela explica que o homem, dotado de razões e de vontades, tem a capacidade de avaliar, de julgar e de criticar, criando uma cadeia de conceitos que o ajuda na constituição de juízos de valor.

Mas é exatamente por meio dessa capacidade discursiva (ação verbal dotada de intencionalidade) que o ser humano procura influenciar o comportamento do outro ou fazer com o outro compartilhe de suas opiniões.

Para justificar o material escolhido para análise, *corpus* argumentativo, Cartas Encíclicas de João Paulo II, consideramos interessante observar a explicação de Perelman (1999), o qual considera que a argumentação é um conjunto de técnicas retóricas e discursivas que procura aumentar a eficiência de persuasão para aceitação da tese defendida. Para ele, a argumentação objetiva modificar o estado epistemológico do interlocutor, verificando-se essa mudança nas suas ações posteriores.

Para Breton (2003), há três componentes básicos que interagem entre si no processo de argumentação:

- a **opinião** do falante/escritor, pré-existente ao seu emprego como argumento, propriamente dito, uma vez que se pode ter uma opinião e não procurar convencer outrem de sua validade;
- o **argumento** que consiste na opinião empregada com o intuito de convencer, ou mais, de persuadir;
- e o **contexto de recepção** que pode ser definido como “o conjunto de opiniões, dos valores, dos julgamentos que são partilhados por um auditório e que existem previamente ao ato da argumentação e vão desempenhar um papel na recepção do argumento”, (BRETON 2003, p. 29).

Para o presente trabalho, foi utilizado um texto denominado *Carta Encíclica de João Paulo II*, o qual é considerado o maior representante de Deus enquanto esteve à frente da Igreja Católica, portanto alguém que teve, e ainda tem, muita credibilidade diante dos religiosos.

A Encíclica analisada nesta pesquisa é *Ecclesia de Eucharistia*. Disponível em <<http://www.acidigital.com/Documentos/eucharistia.htm>> Acesso em 5 de maio de 2010. Essa seleção se justifica porque esses textos são considerados textos argumentativos, em que se procura persuadir os receptores sobre as verdades dogmáticas religiosas, ou seja, argumentar, e, diante de alguns estudos (KOCH, 2005; MARCUSCHI, 2002; MARTINS, 2003; PANTE; BAZZA, 2008) sobre o emprego das anáforas, principalmente as encapsuladoras, foi possível verificar que elas estão muito presentes em textos cujo objetivo maior é o de persuadir.

Segundo Pante e Bazza (2008), o discurso religioso é um tipo de gênero autoritário, por isso mesmo, de persuasão, mas que não depende apenas da palavra ali escrita, mas também de um conjunto de fatores, principalmente porque ele é elaborado por alguém que representa a palavra de uma “autoridade máxima”:

O discurso religioso enquadra-se em um dos tipos de discurso autoritário e essa classificação se justifica por três fatores básicos, segundo Oliveira (*on line*): a *anulação da reversibilidade*, a *assimetria* e a *não autonomia*.

De acordo com Oliveira (*on line*), a *anulação da reversibilidade* é verificada “pela impossibilidade de interlocução, de dialogismo entre locutor e ouvinte(s)”. A linguagem religiosa está revestida de um sentido e da autoridade daquele que representa Deus, que fala em seu lugar, e, como eleito para falar em nome de Deus, exorta os fiéis, sem lhes dar a possibilidade de troca, de inversão de papéis: quem fala ao povo é quem tem esse direito, cabe-lhe falar e cabe ao povo ouvir.

A *assimetria*: no discurso religioso, ocorre um desnivelamento entre o locutor e os ouvintes, conferindo ao locutor um lugar privilegiado, pois, nesse jogo discursivo, assume a posição de representante de Deus. (PANTE & BAZZA, 2008, p. 2)

Como é possível perceber nas explicações das autoras, o discurso religioso é uma representação da palavra de Deus, sem que o interlocutor possa agir sobre ela de forma efetiva. No caso do emissor do discurso, ele usa de forma persuasiva os elementos linguísticos, pois ele tem uma intenção ao transmitir essa palavra e, dependendo da intenção, ele faz escolhas linguísticas específicas, uma das quais está relacionada com o objeto-de-discurso deste trabalho, as anáforas encapsuladoras.

Ainda sobre o discurso religioso, é importante salientar que Orlandi (1996, p. 246) explica que esse tipo de discurso estabelece uma relação com o sagrado, o que ela chama de “sistematização dogmática das verdades religiosas”, o qual costuma ser pouco

estudado por linguistas, mas deve passar a ser, pois é pertencente a uma cultura social, e pode haver grandes contribuições da e para a linguística.

É importante explicar que dogma, para os católicos, está intrinsecamente ligado ao conceito de fé, como pode ser percebido nas palavras de O'Donnell (1999, p. 15), para quem o dogma tem a “capacidade de proclamar a fé a todas as gerações de modo autorizado”. Sendo de modo autorizado, entende-se que, quanto mais autoridade o emissor do discurso tiver em relação ao receptor, maior será o valor de argumentação.

Para finalizar é importante esclarecer que, por autoridade maior de verdade, a Igreja Católica tem como primeira instância a Bíblia, que representa a Palavra de Deus, e as Cartas Encíclicas são parte dessa representação, por isso consideramos importante fazer esses esclarecimentos na justificativa do *corpus* para o presente trabalho.

### **3.2 Procedimentos analíticos**

Antes de procedermos à análise do *corpus*, foi preciso fazer uma seleção de textos para organização da fundamentação teórica, que é o que possibilita o encaminhamento para a análise.

Após estudar o processo de Referenciação e nortear o trabalho em direção à anáfora encapsuladora, foi preciso definir qual seria o gênero textual utilizado, e isso ocorreu após a leitura de muitos trabalhos, que direcionam os estudos desse tipo de anáfora para textos argumentativos.

Em seguida, foram realizadas várias leituras do *corpus* para verificar a presença de anáforas encapsuladoras, observando qual é a sua estrutura, sua materialidade sintático/semântica, para que posteriormente fosse efetuada a seleção e a análise desse material encontrado, pautando-se nas teorias estudadas.

É importante lembrar que nossa intenção não é fazer um trabalho quantitativo, mas sim qualitativo em relação às anáforas encapsuladoras, sua função textual e sua materialidade linguística.

Essa análise terá embasamento no que postula Koch (2003 *apud* Silva 2008):

É preciso levar em consideração ainda que sobre as expressões referenciais, as pesquisas apontam dois tipos de análise: uma formal que é o texto, por isso, a referenciação é entendida com um elemento de coesão, sendo responsável pela organização do texto; e outra, em que se

analisam os processos de introdução e manutenção de referentes, tendo em vista as funções responsáveis pela construção textual e pela argumentatividade. Em outras palavras, os dois tipos de análises teriam função, respectivamente, textual e pragmático-discursiva. Nesse sentido concordamos com Koch (2003<sup>a</sup>, p.106) quando diz que a função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva. (SILVA, 2008, p.62)

Consoantes os objetivos e os procedimentos metodológicos do presente trabalho, os parâmetros de análise adotados para o estudo das anáforas serão considerados no processo de *objeto-de-discurso* **encapsuladores**. É importante lembrar que esta dissertação tem como escopo a análise das funções discursivas das anáforas encapsuladoras e se restringe às que se realizam por meio de sintagmas nominais, também definidos como rótulos. Norteamos-nos na perspectiva teórica de que o fenômeno pesquisado situa-se na atividade discursiva de Referenciação, concebida como uma construção/reconstrução do real, que está relacionada com a interação entre os interlocutores de forma intersubjetiva. Propomos uma classificação das possíveis funções assumidas pelas anáforas encapsuladoras e tomamos como base classificatória a sugestão de Koch (2006/2008) sobre as funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais.

Considera-se anáfora não co-referencial resumitiva o S/N, formado por núcleo lexical, pleno ou genérico, que faz a retomada de porções de texto de forma resumitiva, encapsulando as informações precedentes a ele. Segundo Schwarz (2000, *apud* KOCH, 2003:94), trata-se de *anáforas complexas, que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como estado, fato, evento, atividade, questão etc.*

Essa forma anafórica faz parte das estratégias de progressão referencial, estabelecidas por meio do sintagma nominal definido, que apresenta um determinante (artigo definido ou pronome demonstrativo), um modificador (adjetivo), um núcleo nominal (pleno ou genérico), ou ainda outro modificador ou um sintagma preposicional, lembrando que esses nomes são chamados de axiológicos. Essa ideia justifica o caso das nominalizações ou expressões definidas, que ora ocorrem por meio da sua estrutura clássica, envolvendo um determinante e um núcleo nominal, ora por meio do apagamento do determinante com apenas a permanência do núcleo sintagmático pleno.

A seguir passaremos para a análise do *corpus*.

## Capítulo 4

### 4.1 Análise

Passemos à análise das anáforas encapsuladoras encontradas na *Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia*.

Os três primeiros exemplos encontram-se no fragmento 01:

(01) **A Igreja vive da Eucaristia. Esta verdade** não exprime apenas uma experiência diária de fé, mas contém em síntese o próprio núcleo do mistério da Igreja. É com alegria que ela experimenta, de diversas maneiras, a realização incessante desta promessa: «Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo» (Mt 28, 20); mas, na sagrada Eucaristia, pela conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue do Senhor, goza **desta presença** com uma intensidade sem par. Desde o Pentecostes, quando a Igreja, povo da nova aliança, iniciou a sua peregrinação para a pátria celeste, **este sacramento divino** foi ritmando os seus dias, enchendo-os de consoladora esperança.

Os sintagmas **esta verdade**, **desta presença** e **este sacramento**, embora estejam no mesmo fragmento, referem-se a porções distintas dele. Isso é comprovado com a análise da materialidade linguística de cada uma dessas anáforas: **esta verdade**, **desta presença** e **este sacramento divino**. A exemplo do que afirma Conte (2008), as três apresentam pronomes demonstrativos, “esta”, “desta” e “este”, acrescidos dos núcleos nominais “verdade”, “presença” e “sacramento”. Analisemos cada uma dessas anáforas separadamente.

A porção de texto “A igreja vive da Eucaristia” é uma afirmação que introduz o fragmento, para a qual temos a anáfora encapsuladora **esta verdade**, que funciona como reforço da afirmação anterior; para o fragmento “Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo”, temos o sintagma **desta presença**, cujo núcleo **presença** retoma, semanticamente, a estrutura verbal *estar sempre* (quem está sempre está presente); o sintagma **este sacramento divino**, retoma toda a ideia anterior e apresenta uma materialidade linguística peculiar: o núcleo **sacramento** é modificado pelo adjetivo **divino**. Ocorre que o adjetivo *divino* já se refere a Deus, fato que também ocorre com o

nome *sacramento*.<sup>8</sup> O pleonasma, aqui, funciona como reforço argumentativo de uma porção de texto anterior, no caso, o juramento de Cristo “Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo”: Este sacramento divino, isto é, este juramento de Deus...

(02) Durante o Grande Jubileu do ano 2000, pude celebrar a Eucaristia no Cenáculo de Jerusalém, onde, segundo a tradição, o próprio Cristo a realizou pela primeira vez. O Cenáculo é o lugar da instituição **deste santíssimo sacramento**. Foi lá que Jesus tomou nas suas mãos o pão, partiu-o e deu-o aos seus discípulos, dizendo: «Tomai, todos, e comei: Isto é o meu Corpo que será entregue por vós» (cf. Mt 26, 26; Lc 22, 19; 1 Cor 11, 24). Depois, tomou nas suas mãos o cálice com vinho e disse-lhes: «Tomai, todos, e bebei: Este é o cálice do meu Sangue, o Sangue da nova e eterna aliança, que será derramado por vós e por todos para remissão dos pecados» (cf. Mc 14, 24; Lc 22, 20; 1 Cor 11, 25). Dou graças ao Senhor Jesus por me ter permitido repetir no mesmo lugar, obedecendo ao seu mandato: «Fazei isto em memória de Mim» (Lc 22, 19), as palavras por Ele pronunciadas há dois mil anos.

A Santidade, João Paulo II (o Papa), utilizou a anáfora encapsuladora **deste santíssimo sacramento**, para fazer referência à ideia da celebração da Eucaristia. A estrutura apresentada pela anáfora encapsuladora **deste santíssimo sacramento** nos revela que, embora seja semelhante à estrutura de **este sacramento divino**, não o é. A leitura que se fez de **sacramento divino** foi “juramento de Deus”, considerando a aproximação semântica das expressões que constituem essa anáfora. O sintagma **deste santíssimo sacramento** não permite essa mesma leitura; trata-se, portanto, de um adjetivo no grau superlativo anteposto ao substantivo, posição esta que é entendida por Câmara Jr. como uma variante estilística em língua portuguesa, já que a tendência é sempre a de pospor o adjetivo ao substantivo.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> **Sacramento**: [Do lat. sacramentu.]. S.m. 1. Ant. Juramento. 2. Rel. Sinal sagrado instituído por Jesus Cristo para distribuição da salvação divina àqueles que, recebendo-o, fazem uma profissão de fé. [São sete: o batismo, a confirmação ou crisma, a eucaristia, a penitência ou confissão, a ordem, o matrimônio e a extrema-unção.]. 3. Rel. Restr. A eucaristia. 4. Rel. Qualquer sinal sagrado na medida em que significa a salvação oferecida por Cristo.

**Divino**: [Do lat. divinu.]. Adj. 1. Respeitante ou pertencente a Deus; deífico. 2. Proveniente de Deus; concedido por Deus; 3. Sobrenatural, sublime. 4. Perfeito, encantador, divinal; 5. Bonito, lindo, maravilhoso.

<sup>9</sup> Note-se que a posição regular do adjetivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado. “A anteposição decorre do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carrear. Ou, em outros termos, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa, em contraste com a predominância de uma conotação, mais ou menos forte, que a anteposição do adjetivo implica. Compreende-se assim que adjetivos indicadores de predicados de fácil repercussão conotativa possam à primeira vista parecer indiferentes quanto à colocação. Mas essa impressão é falaz e não desce ao âmago do valor expressional da locução. Câmara Jr. (1975, p. 77).

Resumindo, o material linguístico que estrutura essas duas anáforas é o mesmo (pronome demonstrativo, núcleo nominal, modificador), mas a motivação para cada um desses elementos é diversa.

No fragmento textual (03)

(03) Durante o Grande Jubileu do ano 2000, pude celebrar a Eucaristia no Cenáculo de Jerusalém, onde, segundo a tradição, o próprio Cristo a realizou pela primeira vez. O Cenáculo é o lugar da instituição deste santíssimo sacramento. Foi lá que Jesus tomou nas suas mãos o pão, partiu-o e deu-o aos seus discípulos, dizendo: «Tomai, todos, e comei: Isto é o meu Corpo que será entregue por vós». Depois, tomou nas suas mãos o cálice com vinho e disse-lhes: «Tomai, todos, e bebei: Este é o cálice do meu Sangue, o Sangue da nova e eterna aliança, que será derramado por vós e por todos para remissão dos pecados». Dou graças ao Senhor Jesus por me ter permitido repetir no mesmo lugar, obedecendo ao seu mandato: «Fazei isto em memória de Mim», as palavras por Ele pronunciadas há dois mil anos. Teriam os Apóstolos, que tomaram parte na Última Ceia, entendido o significado das **palavras saídas dos lábios de Cristo?**

a anáfora encapsuladora **palavras saídas dos lábios de Cristo** retoma todo o discurso de Cristo, que se encontra marcado entre aspas. Note-se que apenas a anáfora encapsuladora **palavras de Cristo** seria suficiente para estabelecer essa coesão. Entretanto, ocorre a presença de outro sintagma (**saídas dos lábios**), empregado com o intuito de reforçar a argumentação, de persuadir o leitor/fiel.

O fragmento (04) fornece-nos um exemplo de anáfora remissiva ou catáfora:

(04) Do mistério pascal nasce a Igreja. Por isso mesmo a Eucaristia, que é o sacramento por excelência do mistério pascal, está colocada no centro da vida eclesial. Isto é visível desde **as primeiras imagens da Igreja** que nos dão os Actos dos Apóstolos: «Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão, e às orações». Na «fracção do pão», é evocada a Eucaristia. Dois mil anos depois, continuamos a realizar aquela imagem primordial da Igreja.

Retomando as palavras de Bühler (1934), há

três modos de indicação desses elementos dêiticos: a anáfora remissiva ou catáfora, referindo-se ao que ainda será dito; “deixis ad oculos”, que engloba os 20 mostrativos e suas referências dentro do discurso; e a “deixis en fantasma”, que requer um trabalho



psicológico dos falantes, para que se restaure a significação dos índices ausentes no discurso,

A catáfora **as primeiras imagens da Igreja** que nos dá os Actos dos Apóstolos vem seguida dessas imagens, ou seja, as imagens surgem após a presença do sintagma **as primeiras imagens da Igreja**, e não como forma de retomada de um fragmento que remete a essas imagens. Essas primeiras imagens são referências ao que, anteriormente, o Papa chamou de *Triduum Sacrum*, período de três dias, em um dos quais ocorreu o Acto do Apóstolos.

Em (05), o discurso é elaborado por outro elemento resumitivo, **este artigo da profissão de fé**, o qual é a Referenciação anafórica encapsuladora de toda a porção anterior, textualmente exposta:

(05) «Foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia». **Estes artigos da profissão de fé** ecoam nas seguintes palavras de contemplação e proclamação: Ecce lignum crucis in quo salus mundi pependit. Venite adoremus - «Eis o madeiro da Cruz, no qual esteve suspenso o Salvador do mundo. Vinde adoremos!» **É o convite** que a Igreja faz a todos na tarde de Sexta-feira Santa.

Na estruturação dessa anáfora, temos um determinante, que é o pronome demonstrativo “este”, mais um núcleo nominal “artigos”, seguidos de uma caracterização, também chamada de modificador, “profissão de fé”.

O nome **artigo**, do latim *articulu*, significa, no contexto, *ponto doutrinário* (artigo de fé), ou seja, presta-se, no fragmento, a núcleo dessa anáfora encapsuladora que retoma todo o conteúdo expresso anteriormente: “Foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia”. Trata-se aqui, também, assim como na anáfora **sacramento divino**, do emprego pleonástico da expressão *profissão de fé*<sup>10</sup>, visto que o artigo, nesse contexto, já significa *artigo de fé* (*ponto doutrinário*).

Nesse mesmo fragmento, temos a anáfora **o convite**, que se refere à parte apresentada anteriormente “Vinde adoremos!”. É uma anáfora estruturada por um determinante “o”, artigo definido masculino, mais o núcleo nominal “convite”, que

---

<sup>10</sup> **Profissão de fé**. 1. Declaração pública revestida de certa solenidade em que se afirma uma crença religiosa, uma convicção política, uma opinião estética etc.

rotula a informação precedente, ou seja, é uma anáfora encapsuladora que resume a informação apresentada anteriormente.

No fragmento (06),

(06) Com estas palavras ou outras semelhantes, a Igreja, ao mesmo tempo que apresenta Cristo no mistério da sua Paixão, revela também o seu próprio mistério: Ecclesia de Eucharistia. Se é com o dom do Espírito Santo, no Pentecostes, que a Igreja nasce e se encaminha pelas estradas do mundo, um momento decisivo da sua formação foi certamente a instituição da Eucaristia no Cenáculo. O seu fundamento e a sua fonte é todo o Triduum Paschale, mas este está de certo modo guardado, antecipado e «concentrado» para sempre no dom eucarístico. Neste, Jesus Cristo entregava à Igreja a actualização perene do mistério pascal. Com ele, instituíu uma misteriosa «contemporaneidade» entre aquele Triduum e o arco inteiro dos séculos. **Este pensamento** suscita em nós sentimentos de grande e reconhecido enlevo.

a anáfora encapsuladora **este pensamento** retoma toda a ideia expressa anteriormente. Mais uma vez, temos a presença do demonstrativo “este”, que acompanha o nome **pensamento**, responsável por essa retomada. O receptor do texto, portanto, precisa ativar seus conhecimentos cognitivos, que farão a coesão correta desse objeto-de-discurso, e não apenas fazer uma retomada de alguns elementos linguísticos.

No fragmento (07), temos a anáfora **nesta reflexão eucarística**, também estruturada com pronome demonstrativo **neste (em + este)**. Sua base nominal é **reflexão**, responsável pela retomada da ideia anterior, seguida do determinante adjetivo **eucarística**.

Sua estrutura se mostra diferente daquela encontrada na anáfora **santíssimo sacramento**, em que ocorre a anteposição do adjetivo. Temos, ao contrário, a posposição dele, estrutura comum na língua portuguesa:

(07) Desde quando iniciei o ministério de Sucessor de Pedro, sempre quis contemplar a Quinta-feira Santa, dia da Eucaristia e do Sacerdócio, com um sinal de particular atenção enviando uma carta a todos os sacerdotes do mundo. Neste vigésimo quinto ano do meu Pontificado, desejo envolver mais plenamente a Igreja inteira **nesta reflexão eucarística** para agradecer ao Senhor especialmente pelo dom da Eucaristia e do sacerdócio...

No fragmento (08), temos a presença do encapsulador **este cenário**:

(08) Quando penso na Eucaristia e olho para a minha vida de sacerdote, de Bispo, de Sucessor de Pedro, espontaneamente ponho-me a recordar tantos momentos e lugares onde tive a dita de celebrá-la. Recordo a igreja paroquial de Niegowic, onde desempenhei o meu primeiro encargo pastoral, a colegiada de S. Floriano em Cracóvia, a catedral do Wawel, a basílica de S. Pedro e tantas basílicas e igrejas de Roma e do mundo inteiro. Pude celebrar a Santa Missa em capelas situadas em caminhos de montanha, nas margens dos lagos, à beira do mar; celebrei-a em altares construídos nos estádios, nas praças das cidades... **Este cenário** tão variado das minhas celebrações eucarísticas faz-me experimentar intensamente o seu carácter universal e, por assim dizer, cósmico. Sim, cósmico! Porque mesmo quando tem lugar no pequeno altar duma igreja da aldeia, a Eucaristia é sempre celebrada, de certo modo, sobre o altar do mundo. Une o céu e a terra. Abraça e impregna toda a criação. O Filho de Deus fez-Se homem para, num supremo acto de louvor, devolver toda a criação Àquele que a fez surgir do nada. Assim, Ele, o sumo e eterno Sacerdote, entrando com o sangue da sua cruz no santuário eterno, devolve ao Criador e Pai toda a criação redimida. Fá-lo através do ministério sacerdotal da Igreja, para glória da Santíssima Trindade. Verdadeiramente este é o *mysterium fidei* que se realiza na Eucaristia: o mundo saído das mãos de Deus criador volta a Ele redimido por Cristo.

A função desse elemento anafórico é retomar não apenas as expressões momentos e lugares, mas também a descrição desses momentos e lugares, ou seja, **“a igreja paroquial de Niegowic, onde desempenhei o meu primeiro encargo pastoral, a colegiada de S. Floriano em Cracóvia, a catedral do Wawel, a basílica de S. Pedro e tantas basílicas e igrejas de Roma e do mundo inteiro. Pude celebrar a Santa Missa em capelas situadas em caminhos de montanha, nas margens dos lagos, à beira do mar; celebrei-a em altares construídos nos estádios, nas praças das cidades.**

Todos esses elementos mencionados pelo Papa constroem um cenário, que ele recorda quando pensa “na Eucaristia” e olha “para a minha vida de sacerdote, de Bispo, de Sucessor de Pedro”.

O interlocutor, para compreender a mensagem, precisa estabelecer uma conexão entre a expressão **cenário** e tudo o que esse cenário retoma.

No fragmento (09),

(09) O Filho de Deus fez-Se homem para, num supremo acto de louvor, devolver toda a criação Àquele que a fez surgir do nada. Assim, Ele, o sumo e eterno Sacerdote, entrando com o sangue da sua cruz no santuário eterno, devolve ao Criador e Pai toda a criação redimida. Fá-lo através do ministério sacerdotal da Igreja, para glória da Santíssima Trindade. Verdadeiramente **este é o *mysterium fidei*** que se realiza na

Eucaristia: o mundo saído das mãos de Deus criador volta a Ele redimido por Cristo.

temos novamente uma catáfora, agora em língua latina, pois remete ao que vem posteriormente, ou seja, remete ao fragmento “o mundo saído das mãos de Deus criador volta a Ele redimido por Cristo”. No contexto, temos a anteposição do modalizador sentencial “verdadeiramente”, que revela a opinião do Papa em relação ao valor daquilo que transmite aos seus fiéis.

No fragmento (10), temos, primeiramente, a anáfora encapsuladora **daquele discurso**, que remete ao fragmento “Eu mesmo, nos primeiros anos do meu ministério apostólico na Cátedra de Pedro, tive oportunidade de tratar alguns aspectos do mistério eucarístico e da sua incidência na vida daquele que é o seu ministro, com a carta apostólica *Dominicæ Cenæ* (24 de Fevereiro de 1980). Trata-se do nominalizador **discurso** precedido do pronome demonstrativo *daquele*, ou seja, remete a algo distante dos interlocutores, algo que ocorreu em um período anterior ao da Encíclica.

(10) Eu mesmo, nos primeiros anos do meu ministério apostólico na Cátedra de Pedro, tive oportunidade de tratar alguns aspectos do mistério eucarístico e da sua incidência na vida daquele que é o seu ministro, com a carta apostólica *Dominicæ Cenæ* (24 de Fevereiro de 1980). Hoje retomo o fio **daquele discurso** com o coração transbordante de emoção e gratidão, dando eco às palavras do Salmista: «Que darei eu ao Senhor por todos os seus benefícios? Elevarei o cálice da salvação invocando o nome do Senhor».

**A este esforço de anúncio** por parte do Magistério correspondeu um crescimento interior da comunidade cristã.

Em seguida, ocorre o emprego de um outro elemento encapsulador, a **este esforço de anúncio**, que remete também àquele momento anterior, em que o Papa redigiu a carta apostólica, retomou aquele discurso e, isso tudo, é, novamente, retomado por esse elemento, cujo núcleo é **anúncio**. Note-se que, embora haja um outro elemento núcleo desse encapsulamento (**esforço**), não é ele o principal elemento, e sim **anúncio**, visto que remete semanticamente aos elementos **discurso** e **carta**. O elemento **esforço** manifesta a humildade do Papa em relação ao Senhor: “«Que darei eu ao Senhor por todos os seus benefícios? Elevarei o cálice da salvação invocando o nome do Senhor».

O fragmento (11) apresenta vários elementos encapsuladores:

(11) A este esforço de anúncio por parte do Magistério correspondeu um crescimento interior da comunidade cristã. Não há dúvida que a reforma litúrgica do Concílio trouxe grandes vantagens para uma participação mais consciente, activa e frutuosa dos fiéis no santo sacrifício do altar. Mais ainda, em muitos lugares, é dedicado amplo espaço à adoração do Santíssimo Sacramento, tornando-se fonte inesgotável de santidade. A devota participação dos fiéis na procissão eucarística da solenidade do Corpo e Sangue de Cristo é uma graça do Senhor que anualmente enche de alegria quantos nela participam. E mais sinais positivos de fé e de amor eucarísticos se poderiam mencionar.

A par **destas luzes**, não faltam **sombras**, infelizmente. De facto, há lugares onde se verifica um abandono quase completo do culto de adoração eucarística. Num contexto eclesial ou outro, existem abusos que contribuem para obscurecer a recta fé e a doutrina católica acerca **deste admirável sacramento**. Às vezes transparece uma compreensão muito redutiva do mistério eucarístico. Despojado do seu valor sacrificial, é vivido como se em nada ultrapassasse o sentido e o valor de um encontro fraterno ao redor da mesa. Além disso, a necessidade do sacerdócio ministerial, que assenta na sucessão apostólica, fica às vezes obscurecida, e a sacramentalidade da Eucaristia é reduzida à simples eficácia do anúncio. Aparecem depois, aqui e além, iniciativas ecuménicas que, embora bem intencionadas, levam a práticas na Eucaristia contrárias à disciplina que serve à Igreja para exprimir a sua fé. Como não manifestar profunda mágoa por tudo isto? A Eucaristia é um dom demasiado grande para suportar **ambigüidades e reduções**.

Primeiramente, temos o encapsulador **destas luzes**, expressão que retoma todos os motivos que justificam a satisfação e a alegria do Papa: o crescimento interior da comunidade cristã, a participação mais consciente, activa e frutuosa dos fiéis no santo sacrifício do altar, a dedicação de um espaço mais amplo de adoração do Santíssimo Sacramento e a devota participação dos fiéis na procissão eucarística da solenidade do Corpo e Sangue de Cristo, dentre outros motivos.

Em seguida, como quebra parcial dessa satisfação, é empregado o encapsulador catafórico **sombras**, nome substantivo abstrato, que se encontra no plural, sem a anteposição de artigo. Ele aponta para o que o Papa entende por **sombras**: lugares onde se verifica um abandono quase completo do culto de adoração eucarística; abusos que contribuem para obscurecer a reta fé e a doutrina católica.

Finalmente, temos o encapsulador **ambigüidades e reduções**, novamente formado por substantivos abstratos sem a anteposição de artigos, que retoma situações que, para o Papa, são atitudes ambíguas que reduzem o sacramento, a eucaristia a algo de menor valor: “Às vezes transparece uma compreensão muito redutiva do mistério eucarístico. Despojado do seu valor sacrificial, **é vivido como se em nada**

**ultrapassasse o sentido e o valor de um encontro fraterno ao redor da mesa.** Além disso, a necessidade do sacerdócio ministerial, que assenta na sucessão apostólica, fica às vezes obscurecida, e **a sacramentalidade da Eucaristia é reduzida à simples eficácia do anúncio.** Aparecem depois, aqui e além, **iniciativas ecuménicas** que, embora bem intencionadas, **levam a práticas na Eucaristia contrárias à disciplina que serve à Igreja** para exprimir a sua fé.

Ou seja, por **ambiguidades** entendemos as “iniciativas ecuménicas que, embora bem intencionadas, levam a práticas na Eucaristia contrárias à disciplina que serve à Igreja para exprimir a sua fé”; **por reduções**, entendemos “é vivido como se em nada ultrapassasse o sentido e o valor de um encontro fraterno ao redor da mesa. Além disso, a necessidade do sacerdócio ministerial, que assenta na sucessão apostólica, fica às vezes obscurecida, e a sacramentalidade da Eucaristia é reduzida à simples eficácia do anúncio.”

A anáfora **deste admirável sacramento**, em

(12) De facto, há lugares onde se verifica um abandono quase completo do culto de adoração eucarística. Num contexto eclesial ou outro, existem abusos que contribuem para obscurecer a recta fé e a doutrina católica acerca **deste admirável sacramento.**

é um dos mais utilizados no decorrer da Carta, pois ele emite um juízo de valor “admirável”, ao “sacramento”, que o Papa quer empregar às suas palavras, pautado no que está na Bíblia. É também uma forma de marcar o discurso argumentativo/persuasivo, característico das Cartas Encíclicas.

Para que o receptor compreenda essa retomada, é preciso referenciar as palavras anteriormente proferidas e a ideia inicial de Eucaristia é um processo anafórico por encapsulamento, de nível semântico.

Todas as anáforas analisadas até agora fazem parte do capítulo introdutório da Carta Encíclica, que é uma apresentação que Vossa Santidade o Papa, faz sobre a Eucaristia. Os próximos 11 fragmentos encontram-se no capítulo I, intitulado **Mistério da Fé.**

No fragmento (13), o encapsulamento anafórico que rotula a informação a ser referenciada é **esta verdade**, empregado pelo Papa para explicar sobre os acontecimentos da vida de Jesus Cristo, os quais são, em alguns momentos, questionados, e para convencer o leitor da veracidade deles:

(13) Quando a Igreja celebra a Eucaristia, memorial da morte e ressurreição do seu Senhor, **este acontecimento central de salvação** torna-se realmente presente e «realiza-se também a obra da nossa redenção».<sup>11</sup> **Este sacrifício** é tão decisivo para a salvação do género humano que Jesus Cristo realizou-o e só voltou ao Pai *depois de nos ter deixado o meio para dele participarmos* como se tivéssemos estado presentes. Assim cada fiel pode tomar parte nela, alimentando-se dos seus frutos inexauríveis. Esta é a fé que as gerações cristãs viveram ao longo dos séculos, e que o magistério da Igreja tem continuamente reafirmado com jubilosa gratidão por dom tão inestimável.<sup>12</sup> É **esta verdade** que desejo recordar mais uma vez, colocando-me convosco, meus queridos irmãos e irmãs, em adoração diante **deste Mistério**: mistério grande, mistério de misericórdia. Que mais poderia Jesus ter feito por nós? Verdadeiramente, na Eucaristia demonstra-nos um amor levado até ao «extremo» (cf. *Jo* 13, 1), um amor sem medida.

A primeira remissão anafórica que aparece nesse fragmento é **este acontecimento central de salvação**, cuja estrutura apresenta um pronome demonstrativo “este”, anteposto ao substantivo **acontecimento**, que foi modificado pelo sintagma “**central de salvação**”, o qual tem a função de caracterizar esse acontecimento, como muito importante para os fiéis, colocando-o como principal para a celebração da Igreja, ou seja, a Eucaristia.

Outro elemento anafórico nesse fragmento é **este sacrifício**, que é uma anáfora encapsuladora de toda a representação feita sobre o conceito de Eucaristia, anáfora essa que acaba por rotular o princípio eucarístico como um “sacrifício”, por meio de sua estruturação linguística: um pronome demonstrativo “este” anteposto ao substantivo “sacrifício”.

A anáfora **esta verdade**, por sua vez, refere-se à fé dos cristãos, pelo princípio da Eucaristia, que está diretamente relacionada com o mistério da fé. O pronome “esta” está anteposto ao substantivo abstrato, “verdade”, o qual é explicado, posteriormente, como o mistério “grande” e da “misericórdia”. A palavra “verdade” foi empregada para dar um tom de veracidade ao discurso do Papa, persuadindo os seus leitores.

Ainda foi possível observar o encapsulamento **deste Mistério**, que é uma Referenciação catafórica, a qual se refere à porção seguinte do fragmento: “mistério grande, mistério de misericórdia. Que mais poderia Jesus ter feito por nós? Verdadeiramente, na Eucaristia demonstra-nos um amor levado até ao «extremo» (cf. *Jo* 13, 1), um amor sem medida.”

À medida que o discurso vai sendo apresentado, a Santidade incorpora referências às suas palavras, o que vai tornando o seu texto bastante interessante e menos cansativo. Para verificarmos essa situação, apresentamos mais uma anáfora encapsuladora,

(14) **Este aspecto de caridade universal do sacramento eucarístico** está fundado nas próprias palavras do Salvador. Ao instituí-lo, não Se limitou a dizer «isto é o meu corpo», «isto é o meu sangue», mas acrescenta: «entregue por vós (...) derramado por vós».

O elemento anafórico **Este aspecto de caridade universal do sacramento eucarístico** refere-se a uma informação que foi apresentada no fragmento (13), “*Que mais poderia Jesus ter feito por nós? Verdadeiramente, na Eucaristia demonstra-nos um amor levado até ao «extremo» (cf. Jo 13, 1), um amor sem medida.*”, ou seja, o sintagma “caridade universal” reforça a ideia do aspecto do sacramento, do amor extremo que Jesus teve em relação à humanidade; como o próprio texto apresenta posteriormente, trata-se de um “amor sem medida”. Ou seja, apenas o sintagma **este aspecto do sacramento eucarístico** já seria suficiente, mas o Papa preferiu acrescentar um reforço que torna a anáfora mais persuasiva.

No fragmento (15), temos as anáforas **este sacrifício** e **este motivo**. Vamos compreendê-las primeiramente pelo seu material linguístico. As duas são formadas pelo pronome demonstrativo “este”, o que vem comprovar a palavras de Bühler (1934), como foi explicado anteriormente, além de serem sucedidas pelos substantivos “sacrifício” e “motivo”, respectivamente.

Quando o autor do discurso utiliza a palavra “sacrifício”, ele se refere, por meio de uma anáfora encapsuladora, ao que fez Jesus Cristo; no fragmento analisado, esse “sacrifício” foi descrito como o “sacrifício do redentor”, o que é compreensível pela ativação de um conhecimento prévio do receptor desse discurso, chega-se ao sacrifício do redentor, ao sacrifício feito por Cristo no ritual da sua morte.

Para analisarmos o encapsulador **este motivo**, precisamos identificar que ele se refere às palavras de S. João Crisóstomo: “*Nós oferecemos sempre o mesmo Cordeiro, e não um hoje e amanhã outro, mas sempre o mesmo.*”, pois o termo “motivo”, reforça a ideia de que os sacrifícios são o mesmo, portanto um só:



(15) A Igreja vive continuamente do sacrifício redentor, e tem acesso a ele não só através duma lembrança cheia de fé, mas também com um contacto actual, porque **este sacrifício** *volta a estar presente*, perpetuando-se, sacramentalmente, em cada comunidade que o oferece pela mão do ministro consagrado. Deste modo, a Eucaristia aplica aos homens de hoje a reconciliação obtida de uma vez para sempre por Cristo para humanidade de todos os tempos. Com efeito, «o sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são *um único sacrifício*». Já o afirmava em palavras expressivas S. João Crisóstomo: «Nós oferecemos sempre o mesmo Cordeiro, e não um hoje e amanhã outro, mas sempre o mesmo. Por **este motivo**, o sacrifício é sempre um só. [...] Também agora estamos a oferecer a mesma vítima que então foi oferecida e que jamais se exaurirá».

No fragmento (16), temos a anáfora encapsuladora **esta doação total**:

(16) Em virtude da sua íntima relação com o sacrifício do Gólgota, a Eucaristia é *sacrifício em sentido próprio*, e não apenas em sentido genérico como se se tratasse simplesmente da oferta de Cristo aos fiéis para seu alimento espiritual. Com efeito, o dom do seu amor e da sua obediência até ao extremo de dar a vida é em primeiro lugar um dom a seu Pai. Certamente, é um dom em nosso favor, antes em favor de toda a humanidade, mas *primariamente um dom ao Pai*: «Sacrifício que o Pai aceitou, retribuindo **esta doação total** de seu Filho, que Se fez “obediente até à morte”, com a sua doação paterna, ou seja, com o dom da nova vida imortal na ressurreição».

Essa anáfora rotula os feitos de Jesus Cristo, os quais, no início do texto, estão sendo colocados como feitos pertencentes a toda a sua trajetória, inclusive ao *Triduum Sacrum*, ou, ainda, a sua entrega total aos propósitos de Deus, como o amor sem medida, levado ao extremo, ideias que são retomadas no fragmento “o dom de seu amor e de sua obediência até o extremo de dar a vida”, e que são reforçadas pelo sintagma nominal **esta doação total**.

No fragmento (17) temos, novamente, o encapsulador **esta verdade**, mas aqui, ele retoma a ideia de que o sacrifício eucarístico não é só a paixão e a morte de Cristo, mas também a sua ressurreição, e, como recurso para reforçar essa afirmação, o Papa utilizou, além do pronome demonstrativo “esta”, o substantivo “verdade”, como já fez em outras anáforas;

(17) A Páscoa de Cristo inclui, juntamente com a paixão e morte, a sua ressurreição. Assim o lembra a aclamação da assembleia depois da consagração: «*Proclamamos a vossa ressurreição*». Com efeito, o sacrifício eucarístico torna presente não só o mistério da paixão e morte

do Salvador, mas também o mistério da ressurreição, que dá ao sacrifício a sua coroação. Por estar vivo e ressuscitado é que Cristo pode tornar-Se «pão da vida», «pão vivo», na Eucaristia. S. Ambrósio lembrava aos neófitos **esta verdade**, aplicando às suas vidas o acontecimento da ressurreição: «Se hoje Cristo é teu, Ele ressuscita para ti cada dia». Por sua vez, S. Cirilo de Alexandria sublinhava que a participação nos santos mistérios «é uma verdadeira confissão e recordação de que o Senhor morreu e voltou à vida por nós e em nosso favor».

Outra estruturação anafórica que reaparece no texto é **este sacramento divino**, que faz a referência semântica a tudo o que já foi apresentado no discurso, e retomado nessa pequena porção textual (“*mysterium fidei*”), o que mostra que o Papa João Paulo II utiliza-se do recurso anafórico em seu texto como reforçador das ideias, ou seja, argumentativo para a persuasão. Vejamos:

(18) Verdadeiramente a Eucaristia é *mysterium fidei*, mistério que supera os nossos pensamentos e só pode ser aceite pela fé, como lembram frequentemente as catequeses patrísticas sobre **este sacramento divino**. «Não há-de ver – exorta S. Cirilo de Jerusalém – o pão e o vinho [consagrados] simplesmente como elementos naturais, porque o Senhor disse expressamente que são o seu corpo e o seu sangue: a fé t'o assegura, ainda que os sentidos possam sugerir-te outra coisa».

Uma estruturação peculiar de anáfora está presente no fragmento (19), observemos o trecho:

(19) «*Adoro te devote, latens Deitas*»: continuaremos a cantar com S. Tomás, o Doutor Angélico. Diante **deste mistério de amor**, a razão humana experimenta toda a sua limitação. Compreende-se como, ao longo dos séculos, **esta verdade** tenha estimulado a teologia a árduos esforços de compreensão.

A primeira forma de Referenciação empregada é **deste mistério de amor**, cujo material linguístico apresenta o pronome demonstrativo “deste”, mais o substantivo “mistério”, modificado pelo complemento nominal “de amor”. Observe que, para que o receptor do texto entenda a que esse encapsulador anafórico está se referindo, é preciso fazer uma retomada de todas as informações apresentadas anteriormente no discurso, que estão ligadas à fé, à devoção, ao amor, à paixão, ou seja, ao mistério da Eucaristia, que se faz presente, para os cristãos católicos, na crença em Jesus Cristo.

A segunda Referenciação que se apresenta aqui é **esta verdade**, mais uma vez utilizada pelo emissor do discurso para retomar uma porção anterior do texto. O pronome demonstrativo “esta” inicia o encapsulador para referir-se à ideia das palavras apresentadas, de que a razão dos seres humanos é fator limitante para a fé. E, para reforçar essa afirmação, é empregado o rótulo “verdade”, ou seja, é algo verídico, no qual as pessoas precisam acreditar, lembrando que, na igreja, principalmente para a Eucaristia, essas questões são dogmáticas, portanto não precisam ser provadas, mas sim sentidas, ou seja, mistério da fé.

(20) São esforços louváveis, tanto mais úteis e incisivos se capazes de conjugarem o exercício crítico do pensamento com a «vida de fé» da Igreja, individuada especialmente «no carisma da verdade» do Magistério e na «íntima inteligência que experimentam das coisas espirituais»<sup>25</sup> sobretudo os Santos. Permanece o limite apontado por Paulo VI: «Toda a explicação teológica que queira penetrar de algum modo **neste mistério**, para estar de acordo com a fé católica deve assegurar que na sua realidade objectiva, independentemente do nosso entendimento, o pão e o vinho deixaram de existir depois da consagração, de modo que a partir desse momento são o corpo e o sangue adoráveis do Senhor Jesus que estão realmente presentes diante de nós sob as espécies sacramentais do pão e do vinho».

No fragmento (20), temos o encapsulador **neste mistério**, em que foi utilizado o pronome “neste”, que apresenta a ideia de inserção ao discurso, e está se referindo ao próprio mistério da fé, ou seja à a ideia de crença como algo dogmático, que não é preciso provar, e sim sentir.

No fragmento (21), temos um exemplo de catáfora:

(21) Muitos são **os problemas** que obscurecem o horizonte do nosso tempo. Basta pensar quanto seja urgente trabalhar pela paz, colocar sólidas premissas de justiça e solidariedade nas relações entre os povos, defender a vida humana desde a concepção até ao seu termo natural. E também que dizer das mil contradições dum mundo «globalizado», onde parece que os mais débeis, os mais pequenos e os mais pobres pouco podem esperar? É neste mundo que tem de brilhar a esperança cristã! Foi também para isto que o Senhor quis ficar connosco na Eucaristia, inserindo nesta sua presença sacrificial e comensal a promessa duma humanidade renovada pelo seu amor.

A catáfora encapsuladora **Os problemas** aponta para uma informação nova, que será explicada, posteriormente: trabalhar pela paz, colocar sólidas premissas de justiça e

solidariedade nas relações entre os povos, defender a vida humana desde a concepção até ao seu termo natural; além disso, há, também, as contradições do mundo globalizado.

Ao fazer a análise do capítulo II, da Encíclica *A Eucaristia Edifica a Igreja*, verificamos a ocorrência de três processos de Referenciação relevantes para a pesquisa:

(22) De facto, tal como o pão é um só apesar de constituído por muitos grãos, e estes, embora não se vejam, todavia estão no pão, de tal modo que a sua diferença desapareceu devido à sua perfeita e recíproca fusão, assim também nós estamos unidos reciprocamente entre nós e, todos juntos, com Cristo. **A argumentação** é linear: a nossa união com Cristo, que é dom e graça para cada um, faz com que, n'Ele, sejamos parte também do seu corpo total que é a Igreja. A Eucaristia consolida a incorporação em Cristo operada no Baptismo pelo dom do Espírito.

O processo referencial utilizado no fragmento (22) é uma catáfora, pois, quando o emissor do discurso apresenta a informação **A argumentação**, em seguida ele explica qual será essa informação, ou seja, a união com Cristo, que são as palavras apresentadas posteriormente ao objeto do discurso analisado.

(23) O dom de Cristo e do seu Espírito, que recebemos na comunhão eucarística, realiza plena e sobreabundantemente os anseios de unidade fraterna que vivem no coração humano e ao mesmo tempo eleva **esta experiência de fraternidade**, que é a participação comum na mesma mesa eucarística, a níveis que estão muito acima da mera experiência dum banquete humano.

No fragmento (23), temos uma materialidade linguística próxima ao que se apresentou até agora na análise, que é a introdução do objeto de discurso por um pronome demonstrativo, no caso “esta”, mais o substantivo “experiência”, seguido do modificador “de fraternidade”, mas o diferencial é que aqui, a exemplo do que ocorreu no fragmento (22), temos uma Referenciação por catáfora, ou seja, a experiência a que o texto se refere será apresentada na sequência: “*participação comum na mesma mesa eucarística*”.

Convém ressaltar que a expressão “fraternidade”, embora esteja presente na anáfora encapsuladora, não constitui o seu núcleo, e sim uma retomada, por nominalização, da expressão “unidade fraterna”. Isto é, a porção mais importante e

núcleo da anáfora está no sintagma **esta experiência**, que, como dissemos, retoma a porção de texto antecedente.

Passemos para a análise do frágmento (24), cuja anáfora é **Desta prática**, que retoma, encapsulando, a ideia de orar, que é um “*diálogo espiritual, uma adoração silenciosa, atitude de amor*”. A anáfora encapsuladora é estruturada, mais uma vez, por um pronome demonstrativo “desta”, seguido de um substantivo “prática”:

(24) É bom demorar-se com Ele e, inclinado sobre o seu peito como o discípulo predilecto, deixar-se tocar pelo amor infinito do seu coração. Se actualmente o cristianismo se deve caracterizar sobretudo pela «arte da oração», como não sentir de novo a necessidade de permanecer longamente, em diálogo espiritual, adoração silenciosa, atitude de amor, diante de Cristo presente no Santíssimo Sacramento? Quantas vezes, meus queridos irmãos e irmãs, fiz esta experiência, recebendo dela força, consolação, apoio!

**Desta prática**, muitas vezes louvada e recomendada pelo Magistério, deram-nos o exemplo numerosos Santos.

O capítulo III, *A Apostolicidade da Eucaristia e da Igreja*, apresenta uma ocorrência de anáfora encapsuladora:

(25) Quando uma comunidade está privada do sacerdote, procura-se justamente remediar para que de algum modo continuem as celebrações dominicais; e os religiosos ou os leigos que guiam os seus irmãos e irmãs na oração exercem de modo louvável o sacerdócio comum de todos os fiéis, baseado na graça do Baptismo. Mas **tais soluções** devem ser consideradas provisórias, enquanto a comunidade espera um sacerdote.

O sintagma **tais soluções** funciona como um elemento que retoma, por meio do pronome demonstrativo “tais” e do substantivo “soluções”, as atitudes tomadas para que a comunidade não fique sem um sacerdote: *e os religiosos ou os leigos que guiam os seus irmãos e irmãs na oração exercem de modo louvável o sacerdócio comum de todos os fiéis, baseado na graça do Baptismo*.

Embora o substantivo **soluções** esteja no plural, nessa ocorrência, a referência que se faz é em relação a uma situação específica no singular e remete ao momento em que falta um sacerdote na comunidade. O emprego no plural pode ser entendido como uma situação que ocorre com frequência e, quando ocorre, a solução fica a cargo dos

religiosos ou dos leigos que guiam os seus irmãos e irmãs na oração, exercendo de modo louvável o sacerdócio comum de todos os fiéis, baseado na graça do Batismo.

O capítulo IV, intitulado *A Eucaristia e a Comunhão Eclesial*, que encerra essa *Encíclica*, apresenta diversas ocorrências. A primeira delas já foi encontrada em outros fragmentos dessa *Encíclica*: **esta verdade**. Aqui, todavia, ela é um referencial catafórico, que apresentará a ideia que a tradição bizantina tem da Eucaristia, como *mistério tão perfeito que conduz ao apogeu de todos os bens*.

Não deixa, entretanto, de ser um processo de Referenciação; apenas é um processo catafórico, e não anafórico. Também se apresenta estruturado por um pronome demonstrativo “esta”, seguido de um substantivo “verdade”, ou seja, a materialidade linguística mais utilizada na estruturação dos objetos de discurso utilizados como referenciais. Para melhor visualização da análise apresentada, observamos no fragmento (26):

(26) Daí que a Eucaristia se apresente como o sacramento culminante para levar à perfeição a comunhão com Deus Pai através da identificação com o seu Filho Unigénito por obra do Espírito Santo. Com grande intuição de fé, um insigne escritor de tradição bizantina assim exprimia **esta verdade**: na Eucaristia, «mais do que em qualquer outro sacramento, o mistério [da comunhão] é tão perfeito que conduz ao apogeu de todos os bens: nela está o termo último de todo o desejo humano, porque nela alcançamos Deus e Deus une-Se connosco pela união mais perfeita».

No decorrer do discurso, o Papa João Paulo II vai apresentando ao leitor suas constatações do que é a Eucaristia e sua importância, apontando para a noção de que esse princípio precisa ser entendido de dois modos, tanto pelo visível, quanto pelo invisível, ou seja, este é a conceituação de dogmas, que está presente no discurso religioso católico, em que os fiéis devem acreditar, pura e simplesmente pela sua fé, não esperando uma comprovação material para essa devoção. Observemos o que ele apresenta quando se refere a essa ideia:

(27) A relação íntima entre os elementos invisíveis e os elementos visíveis da comunhão eclesial é constitutiva da Igreja enquanto sacramento de salvação. Somente **neste contexto**, tem lugar a celebração legítima da Eucaristia e a autêntica participação nela. Por isso, uma exigência intrínseca da Eucaristia é que seja celebrada na comunhão e, concretamente, na integridade dos seus vínculos.

No fragmento (27), encontramos a anáfora encapsuladora **neste contexto**, que faz a retomada de toda a informação apresentada sobre a ideia de comunhão, por meio dos elementos visíveis e invisíveis, os quais são essenciais para a salvação dos fiéis.

Mais uma vez, temos uma estrutura de sintagma nominal feita por um pronome demonstrativo “neste”, que se refere ao discurso utilizado, mais o substantivo “contexto”, que é o próprio discurso da Carta analisada.

O fragmento (28), que apresentamos na sequência, tem uma materialidade linguística bastante interessante:

(28) A integridade dos vínculos invisíveis é um dever moral concreto do cristão que queira participar plenamente na Eucaristia, comungando o corpo e o sangue de Cristo. Um tal dever, recorda-o o referido Apóstolo com **a advertência seguinte**: «Examine-se cada qual a si mesmo e, então, coma desse pão e beba desse cálice».

Nesse fragmento, temos a anáfora encapsuladora **a advertência seguinte**, que é um elemento linguístico que apresentará uma nova informação, ou seja, o Apóstolo S. João Crisóstomo deixa consciente o fiel de que ele deve, sim, acreditar nos vínculos invisíveis da fé, mas que ele é livre para fazer sua análise dessa crença. Portanto, a catáfora “a advertência seguinte”, é um processo de Referenciação, mas não anafórico.

Analisando o material lingüístico desse elemento anafórico, temos um artigo definido “a”, que introduz um substantivo “advertência”, seguido de um modificador “seguinte”, que é o termo que afirma que uma nova informação será apresentada.

Interessantíssima também é a anáfora que encontramos no fragmento (29), **A esta situação de manifesta infracção moral**:

(29) Tratando-se de uma avaliação de consciência, obviamente o juízo sobre o estado de graça compete apenas ao interessado; mas, em casos de comportamento externo de forma grave, ostensiva e duradoura contrário à norma moral, a Igreja, na sua solicitude pastoral pela boa ordem comunitária e pelo respeito do sacramento, não pode deixar de sentir-se chamada em causa. **A esta situação de manifesta infracção moral** se refere a norma do *Código de Direito Canónico* relativa à não admissão à comunhão eucarística de quantos «obstinadamente perseverem em pecado grave manifesto».

É uma forma de encapsular todo o discurso apresentado nas linhas anteriores, quando o Papa discorre sobre os pecados e a forma de penitência para o fiel infrator, explicando que cabe somente a ele reconhecer e pedir perdão se necessário, mas, quando é algo grave, a igreja pode intervir. O sintagma nominal em destaque nesse fragmento apresenta a seguinte estruturação: artigo definido “a”, mais pronome demonstrativo “esta”, anteposto ao substantivo “situação”, que foi modificado pelo complemento nominal “de manifesta infracção”.

Se compararmos essa anáfora com aquela encontrada no fragmento (22) (**esta experiência de fraternidade**), veremos que ambas apresentam certa semelhança: a expressão “fraternidade” é uma nominalização da expressão “fraterno”, ao passo que, no fragmento (29) temos a repetição da expressão “moral”, tratando-se, portanto, de uma anáfora por repetição (a expressão “moral” se repete na anáfora encapsuladora). A leitura que fazemos é a de que tanto o sintagma de “manifesta infracção” quanto a expressão “moral” foram empregadas para ratificar o que foi mencionado antes. Não seria, portanto, necessário o seu emprego, visto que a anáfora encapsuladora **A esta situação** já se refere à “infracção moral”, anteriormente mencionada.

No fragmento (30), temos novamente o emprego da anáfora **esta verdade**, mas intensificada, nesse fragmento, pelo adjetivo “grande”: **Esta grande verdade**, empregada para retomar a ideia de que somente pessoas com alto nível de conhecimento religioso podem celebrar a comunhão eclesial. No caso específico, o discurso aplica-se ao Bispo e à Santidade (João Paulo II), que se refere a si mesmo, pois o discurso foi elaborado por ele.

Entendemos que a anáfora “**esta verdade**” já faz referência ao que foi apresentado anteriormente, mas, para dar um tom de maior veracidade e mais poder argumentativo, estruturou-se a anáfora com o elemento linguístico “grande”, que é um modificador que se apresenta anteposto ao substantivo, o que normalmente não ocorre, pois, na maioria das ocorrências, o modificador vem posposto ao substantivo.

No mesmo fragmento da anáfora analisada, temos outra ocorrência: **esta comunhão universal**, que encapsula a união de todos os fiéis, com o Bispo, o Papa, a Ordem episcopal e o clero, união essa que foi apresentada anteriormente para explicar o princípio da comunhão.

Quanto a sua estrutura linguística, a anáfora apresenta o pronome demonstrativo “esta”, determinando o substantivo feminino “comunhão”, que recebe um modificador,



que a caracteriza como “universal”, ou seja, não é uma simples comunhão, mas sim a comunhão religiosa de todos em prol da fé e de Cristo. Vejamos:

(30) A comunhão eclesial da assembleia eucarística é comunhão com o próprio *Bispo* e com o *Romano Pontífice*. Com efeito, o Bispo é o princípio visível e o fundamento da unidade na sua Igreja particular. Seria, por isso, uma grande incongruência celebrar o sacramento por excelência da unidade da Igreja sem uma verdadeira comunhão com o Bispo. Escrevia S. Inácio de Antioquia: «Seja tida como legítima somente aquela Eucaristia que é presidida pelo Bispo ou por quem ele encarregou». De igual modo, visto que «o Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é perpétuo e visível fundamento da unidade não só dos Bispos mas também da multidão dos fiéis», a comunhão com ele é uma exigência intrínseca da celebração do sacrifício eucarístico. **Esta grande verdade** é expressa de vários modos pela Liturgia: «Cada celebração eucarística é feita em união não só com o próprio Bispo mas também com o Papa, com a Ordem episcopal, com todo o clero e com todo o povo. Toda a celebração válida da Eucaristia exprime **esta comunhão universal** com Pedro e com toda a Igreja ou, como no caso das Igrejas cristãs separadas de Roma, assim a reclama objectivamente.

No fragmento (31):

(31) A Eucaristia *cria comunhão e educa para a comunhão*. Ao escrever aos fiéis de Corinto, S. Paulo fazia-lhes ver como as suas divisões, que se davam nas assembleias eucarísticas, estavam em contraste com o que celebravam – a Ceia do Senhor. E convidava-os, por isso, a reflectirem sobre a verdadeira realidade da Eucaristia, para fazê-los voltar ao espírito de comunhão fraterna. Encontramos um válido eco desta exigência em S. Agostinho quando, depois de recordar **a afirmação do Apóstolo** «vós sois corpo de Cristo e seus membros», observava: «Se sois o corpo de Cristo e seus membros, é o vosso sacramento que está colocado sobre a mesa do Senhor; é o vosso sacramento que recebeis». E daí concluía: «Cristo Senhor [...] consagrou na sua mesa o sacramento da nossa paz e unidade. Quem recebe o sacramento da unidade, sem conservar o vínculo da paz, não recebe um sacramento para seu benefício, mas antes uma condenação».

o Papa explica a inserção de discursos de pessoas diferentes e, para isso, precisa fazer a retomada da ideia apresentada pelo Apóstolo, para dar crédito às palavras de S. Agostinho: “**a afirmação do Apóstolo**”. É importante observar que aqui se tem um processo de Referenciação catafórico, mesmo que essa informação já tenha aparecido anteriormente na Carta, pois a explicação aparece posteriormente e entre aspas “*vós sois corpo de Cristo e seus membros*”. Aqui é empregado, também, o artigo definido “a”, mais o substantivo “afirmação”, que serve para rotular essas palavras, como algo

verdadeiro, seguida do modificador, que reforça a veracidade do discurso, “do Apóstolo”, pois é um figura representativa na igreja, com alto poder de autoridade.

O próximo excerto do *corpus*, que se encontra na sequência do fragmento anterior, apresenta três ocorrências relevantes para esta pesquisa:

(32) **Esta eficácia peculiar** que tem a Eucaristia para promover a comunhão é um dos motivos da importância da Missa dominical. Já me detive **sobre esta e outras razões** que a tornam fundamental para a vida da Igreja e dos fiéis, na carta apostólica sobre a santificação do domingo *Dies Domini*, recordando, para além do mais, que participar na Missa é uma obrigação dos fiéis, a não ser que tenham um impedimento grave, pelo que aos Pastores impõe-se o correlativo dever de oferecerem a todos a possibilidade efectiva de cumprirem **o preceito**. Mais tarde, na carta apostólica *Novo millennio ineunte*, ao traçar o caminho pastoral da Igreja no início do terceiro milénio, quis assinalar de modo particular a Eucaristia dominical, sublinhando a sua eficácia para criar comunhão: «É o lugar privilegiado, onde a comunhão é constantemente anunciada e fomentada. Precisamente através da participação eucarística, o *dia do Senhor* torna-se também o *dia da Igreja*, a qual poderá assim desempenhar de modo eficaz a sua missão de sacramento de unidade».

O discurso é introduzido por **Esta eficácia peculiar**, que faz o leitor retomar todos os pontos positivos apresentados no discurso sobre o poder da Igreja católica em promover a Eucaristia, ou seja, o poder de convencimento que as autoridades católicas exercem sobre os fiéis. Verificamos que o Papa considera esse processo tão valioso que o rotula como eficaz “eficácia”, ou seja, algo eficiente para dar mais ênfase ao que ele acredita.

A segunda ocorrência é **sobre esta e outras razões**, na qual entendemos que o sintagma **esta razão** refere-se à “importância da Missa dominical” e o sintagma **outras razões** remete a algo que já foi mencionada em outros momentos da Carta. Trata-se, portanto, de uma retomada que requer do leitor um esforço maior no sentido de retomar essas razões.

A terceira ocorrência, **o preceito**, retoma toda a ideia de que os fiéis são obrigados a frequentar a missa para que haja em suas vidas a celebração da Eucaristia, em sua prática efetiva, mediante a ideia de comunhão apresentada pelo Papa no decorrer de seu discurso. Essa anáfora encapsuladora rotula, por um substantivo, toda a ideia da Eucaristia como um “preceito”, ou seja, os fiéis devem cumprir a norma, aprender a lição da Igreja. Curiosamente, essa anáfora, embora retome algo anteriormente

mencionado, o que requereria um pronome demonstrativo, apresenta um pronome definido “o”, o que nos faz interpretar como algo conhecido do leitor.

Camara Jr., a esse respeito, esclarece que

Foi de um demonstrativo que saiu o artigo nas línguas românicas. [...] Daí o artigo português: *o* (masc.), *a* (fem.), sing., e, pl., respectivamente, *os*, *as*. Categoricamente, ele continua a ser uma partícula pronominal demonstrativa. Assinala o carácter definido de uma posição num campo mostrativo ideal, de que participam o falante e o ouvinte. No exemplo do latim vulgar (*proferte mihi stolam illam primam* = trazei-me a primeira estola), trata-se de uma estola nitidamente situada na memória comum dos dois interlocutores. (CAMARA JR. 1985, p.104-105)

O artigo definido, portanto, é um pronome dêitico, não com a mesma força de outros dêiticos, tais como *este*, *esta*, mas, ainda assim, tem função de mostrativo (*casa* não é o mesmo que *a casa*; a *casa* implica dizer que o ouvinte sabe que não se trata de uma casa qualquer, mas de uma casa que eu conheço).

Para analisar a ocorrência seguinte, é preciso apresentar o parágrafo que a antecede, pois algumas informações são imprescindíveis:

(33) Se não é legítima em caso algum a concelebração quando falta a plena comunhão, o mesmo não acontece relativamente à administração da Eucaristia, *em circunstâncias especiais, a indivíduos* pertencentes a Igrejas ou Comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. De facto, neste caso tem-se como objectivo prover a uma grave necessidade espiritual em ordem à salvação eterna dos fiéis, e não realizar uma *intercomunhão*, o que é impossível enquanto não forem plenamente reatados os laços visíveis da comunhão eclesial.

Como é possível depreender, o Papa João Paulo II, aborda a questão dos *indivíduos* pertencentes a Igrejas ou Comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica e explica como a Igreja deve proceder nesses casos.

No fragmento seguinte (34), o discurso inicia-se com a anáfora encapsuladora **Nesta direcção**, que faz exatamente a retomada da ideia apresentada no fragmento (33), pois a **direcção** é o caminho, o trabalho a ser realizado com esses indivíduos, para que eles cheguem à salvação.

Mais uma vez temos a materialidade linguística que mais ocorreu neste trabalho, uma anáfora encapsuladora estruturada por um pronome demonstrativo “nesta”, mais o substantivo, no caso, **direcção**:

(34) **Nesta direcção** se moveu o Concílio Vaticano II ao fixar como comportar-se com os Orientais que de boa fé se acham separados da Igreja Católica, quando espontaneamente pedem para receber a Eucaristia do ministro católico e estão bem preparados. **Tal modo de proceder** seria depois ratificado por ambos os Códigos canónicos, nos quais é contemplado também, com os devidos ajustamentos, o caso dos outros cristãos não orientais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.

A anáfora seguinte, ainda no mesmo fragmento, **Tal modo de proceder**, resume toda a informação sobre como agir com as pessoas Orientais que não estão frequentando a Igreja.

Finalizando as ocorrências de objetos de discurso que consideramos relevantes para o presente trabalho, encontramos mais duas: **esta norma** e **nestas condições**:

(35) Na encíclica *Ut unum sint*, manifestei a minha complacência por **esta norma** que consente prover à salvação das almas, com o devido discernimento: «É motivo de alegria lembrar que os ministros católicos podem, em determinados casos particulares, administrar os sacramentos da Eucaristia, da Penitência e da Unção dos Enfermos a outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, mas que desejam ardentemente recebê-los, pedem-nos livremente e manifestam a fé que a Igreja Católica professa nestes sacramentos. Reciprocamente, em determinados casos e por circunstâncias particulares, os católicos também podem recorrer, para os mesmos sacramentos, aos ministros daquelas Igrejas onde eles são válidos».

O sintagma **esta norma** encontra-se distante de seu referente, o que faz que o Papa retome esse referente introduzindo-o com uma catáfora. Explicamos: no fragmento (33), aqui retomado:

(33) Se não é legítima em caso algum a concelebração quando falta a plena comunhão, o mesmo não acontece relativamente à administração da Eucaristia, *em circunstâncias especiais, a indivíduos* pertencentes a Igrejas ou Comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. De facto, neste caso tem-se como objectivo prover a uma grave necessidade espiritual em ordem à salvação eterna dos fiéis, e não realizar uma *intercomunhão*, o que é impossível

enquanto não forem plenamente reatados os laços visíveis da comunhão eclesial.

O Papa discorre sobre o tratamento com os indivíduos que se encontram em “circunstâncias especiais”, isto é, que pertencem a Igrejas ou Comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. Isso significa que há uma diferença, daí **a norma**, entre esses indivíduos em circunstâncias especiais e aqueles aos quais falta a plena comunhão.

(36) É preciso reparar bem **nestas condições** que são imprescindíveis, mesmo tratando-se de determinados casos particulares, porque a rejeição duma ou mais verdades de fé relativas a estes sacramentos, contando-se entre elas a necessidade do sacerdócio ministerial para serem válidos, deixa o requerente impreparado para uma legítima recepção dos mesmos. E, vice-versa, também um fiel católico não poderá receber a comunhão numa comunidade onde falte o sacramento da Ordem.

No fragmento (36), temos a ratificação dessa **norma**, pois o Papa faz menção àqueles indivíduos que se encontram em circunstâncias especiais:

É motivo de alegria lembrar que os ministros católicos podem, em determinados casos particulares, administrar os sacramentos da Eucaristia, da Penitência e da Unção dos Enfermos a outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, mas que desejam ardentemente recebê-los, pedem-nos livremente e manifestam a fé que a Igreja Católica professa nestes sacramentos. Reciprocamente, em determinados casos e por circunstâncias particulares, os católicos também podem recorrer, para os mesmos sacramentos, aos ministros daquelas Igrejas onde eles são válidos

## Considerações finais

Este trabalho analisou a Referenciação como recurso argumentativo/persuasivo em cartas encíclicas, textos religiosos católicos, à luz do modelo teórico da Linguística Textual. Para tanto, realizou-se, passo a passo, cada um dos procedimentos previamente apresentados na introdução.

Ao todo, foram analisadas 36 (trinta e seis) ocorrências de processos referenciais, extraídas de 4 (quatro) capítulos da carta encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. Esta, por sua vez, foi escolhida por representar, a um só tempo, a opinião oficial da Igreja acerca de assuntos diversos em consonância com os temas e os assuntos referentes ao princípio da Eucaristia para os Católicos. Ademais, essas cartas se mostraram favoráveis aos objetivos do trabalho, visto que foram escritas pelo Papa, considerado o representante supremo da Igreja, portanto dono da verdade, e apresentam elevado teor argumentativo e persuasivo para convencimento dos fiéis.

Com relação ao objetivo geral – investigar, sob a perspectiva da Linguística textual, como os encapsuladores (Es), divididos em encapsuladores catafóricos (ECs) e encapsuladores anafóricos (EAs) prestam-se à função argumentativa inerente ao gênero carta encíclica (religioso cristão-católico), os resultados obtidos comprovaram os seguintes condicionamentos inerentes a essa função:

- primeiramente, ao contrário das considerações referentes aos traços distintivos do discurso religioso (cristão-católico), sobretudo no que diz respeito aos dogmas, os resultados comprovam que, em se tratando de processo de Referenciação, as bases são, de fato, o ensinamento bíblico e o caráter de verdade nele empregado;
- outro dado que merece especial destaque é que o argumento de autoridade bíblica vem sempre acompanhado de um fato comprovador da vida da Santidade, o emissor desse discurso;
- a predominância de argumentos de competência e de senso comum pode estar associada não apenas ao gênero carta encíclica, mas também às tendências próprias do discurso religioso católico que, assim como os

demais, sofre as pressões externas ao sistema linguístico, propriamente dito, em função da relação que o escritor (no caso, o Papa) estabelece com um determinado domínio do sagrado sobre o qual é responsável. Essa linha tênue entre a palavra Divina e o senso comum pode implicar a necessidade da retomada de poder e a relevância espiritual que lhes são próprias em detrimento de suas possíveis falhas e deficiências, haja vista a relação, por vezes fraca, que se estabelece entre os encapsuladores e os seus referentes, sejam eles ativados ou retomados.

No que diz respeito aos objetivos específicos, os resultados comprovam as seguintes hipóteses:

a) a estruturação sintática dos elementos encapsuladores na carta encíclica, ou seja, o material linguístico que os compõe corresponde ao que afirma Conte (2008): a presença dos pronomes demonstrativos, quase em sua totalidade, tais como os pronomes **nesta, esta, tal** etc. Além disso, há a presença de termos que se referem aos já utilizados no discurso, usados como sinonímias.

Em relação à forma como estão dispostos os elementos linguísticos no interior do sintagma encapsulador, observamos que existem ocorrências em que o adjetivo vem anteposto ao substantivo, e em outras, o que ocorre é a inversão dessa posição. Como explica Camara Jr., a posição do adjetivo em relação ao substantivo implica um enfraquecimento ou não da informação do substantivo. Ou seja, quando há a necessidade de tornar a informação mais concreta, mais forte, de chamar mais a atenção do leitor/ouvinte para o discurso, o adjetivo vem anteposto ao substantivo, creditando uma maior argumentatividade ao discurso.

b) em relação à investigação sobre se, no gênero carta encíclica, os encapsuladores são recursos coesivos que funcionam como uma paráfrase resumidora de uma informação precedente ou subsequente, constatamos que existem os dois tipos de ocorrências, tanto o encapsulador que resume uma informação anterior, portanto uma anáfora, como indica uma nova informação, que será apresentada posteriormente, portanto uma catáfora. Foi possível observar que, no *corpus* analisado, a maior ocorrência é de encapsuladores anafóricos, mas a diferença em relação aos encapsuladores catafóricos não é tão discrepante;

c) finalmente, com relação a verificar se o uso desse processo de Referenciação realmente demonstra um discurso persuasivo/autoritário, como no caso da argumentação utilizada na carta encíclica, percebemos que sim, principalmente porque, em várias ocorrências, a Santidade, utiliza termos lexicais que dão exatamente esse caráter de autoridade como verdade absoluta. Em decorrência do conteúdo apresentado no último capítulo do *corpus* analisado, esse caráter persuasivo dos encapsuladores fica mais claro ainda, pois considera que a Igreja Católica é a detentora do que é correto sobre os ensinamentos bíblicos e, mais importante ainda, que as palavras escritas por uma autoridade religiosa são incontestáveis, por isso, autoritárias.

Dada a complexidade do *corpus* de pesquisa escolhido para análise, os resultados aqui apresentados ilustram apenas um tipo de carta, no caso as encíclicas. Outros subtipos de cartas podem apresentar resultados diferentes dos que aqui expostos.

Por outro lado, a contribuição do trabalho para a linguística e, mais especificamente, para a descrição funcional do português emerge tanto do amplo leque de possibilidades de análise oferecido pela Linguística Textual, para o estudo dos processos de Referenciação em língua portuguesa, quanto dos diálogos estabelecidos entre os conceitos teóricos de vários linguistas da área.

Além disso, é preciso destacar que, com relação ao *corpus* da pesquisa, este se mostrou, a um só tempo, específico e abrangente: específico por constituir um único gênero textual e pela singularidade do contexto cristão-católico no qual está inserido; e abrangente por se tratar de um objeto do conhecimento, fortemente presente na cultura religiosa.



## Referências

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. *TRANEL* (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23. Neuchâtel, 1995, 1995. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* (org.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos**. vol. 2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

ANDREAZZA, Vilde Pedro; GREGOLIN, Reny Maria. Os Processos de Referenciação “Catáfora” e “Anáfora” em textos de alunos de uma comunidade de baixa renda da cidade de Maceió. (2009). Disponível em <http://www.artigonal.com/linguas-artigos/os-processos-de-referenciacao-catafora-e-anafora-em-textos-de-alunos-de-uma-comunidade-de-baixa-renda-da-cidade-de-maceio829067.html>. Acesso em jan 2010.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso: estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel, (org); Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W.N. **Einführung in die Textlinguistik**. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BERTUCCI, R. A. **Anáforas Encapsuladoras: uma Análise em textos de opinião**. *Revista Letras*, Curitiba: Editora: UFPR. n. 70, p. 207-221. Set./Dez. 2006.

BIEZUS, Marly de Fátima Gonçalves Tavares; SELLA, Aparecida Feola. **A coesão textual na tessitura do texto: a referenciação como artifício de construção de objetos discursivos**. Acesso em 10/2010. [http://www.google.com/#sclient=psy&hl=pt-PT&source=hp&q=Referencia%C3%A7%C3%A3o+para+BIEZUS+%26+SELLA+&aq=f&aqi=&aql=&oq=&pbx=1&bav=on.2,or.r\_gc.r\_pw.&fp=d948dc9d8dfcd29a].

BÜHLER, K. *Sprachtheorie*, Jena, Gustav Fisher; tradução espanhola, **Teoria del Lenguaje**. 3ªed., Madrid, Alianza Editorial, 1934.

BRETON, P. **Argumentação na Comunicação**. 2ªed. Bauru: Edusc, 2003.

CAMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de Lingüística e Gramática**: referente à língua portuguesa. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da língua portuguesa**. 5ªed., Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4.ªed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, v. 44, 2003.

CHAGAS, E.C. de. Anáfora Indireta um elemento de progressão referencial no texto falado? **Cadernos do CNLF**, nº07, vol. XI, CIFEFIL, Rio de Janeiro, 2008.

CONTE, M.E. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of linguistics*, 10, 1996. p. 1-10. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante; in: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (org). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CORDEIRO, M. A. S.: A contribuição da anáfora encapsuladora para a organização da informação em dissertações produzidas por alunos do 3º ano do ensino médio em Santarém.; 2; 89; Português; TOSCANO, M. E. S. (Docente); AQUINA, Z. G. O. (Outro Participante); MACÊDO, C. M. M. (Docente); SOARES, I. C. R. (Docente); Toscano, M. E. S. (Docente); <Sem Financiamento>.

DUTRA, J.A.S.; ROMAN, E.C. **Viagem ao passado**: conhecendo o processo de referenciação em cartas notariais dos séculos XVIII e XIX. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

GALVÃO, A. N. **As formas nominais anafóricas no gênero fórum de discussão do Orkut**. Maria Eulália Sobral Toscano: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal

do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Curso de Mestrado em Letras, Belém, 2008.

HALLIDAY; HASAN. **Cohesion in English**. *Londres*; Longman, 1976.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCK, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: contexto, 2005.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. p. 34-62, São Paulo: Cultrix, 1971.

KOCH, Ingedore G. V. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Referenciação e orientação argumentativa**. In: KOCK, I. G. V. MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006. 5º ed. Cap. I, VI e VII. p. 13-20; 77-81; 83-105.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **Introdução à linguística**: São Paulo: Contexto, 2004, p. 57-62.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e Linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. *Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - **ReVEL**. Vol. 1, n. 1, agosto de 2003.

LAHUD, M. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: Dionísio, A. P. et al. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCK, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. **VII Jornada do Celsul**. UFPR. Curitiba, 16 e 17 de novembro de 2000.

\_\_\_\_\_. **Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais**. Revista do GELNE, Vol. 2, No. 2, Pernambuco, 2000.

MARTINS, H.C.F. **A referenciação de instâncias enunciativas e a construção da coerência textual em narrativas escolares**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

MENEZES, Vanda Maria Cardozo de. **Da referência à referenciação**. In: *XII CNLF*, 2009, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2009, v. 12, p. 37-44.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCK, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-49.

O'DONNELL, John. **Introdução à Teologia Dogmática**. São Paulo: Loyola, 1999.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

PANTE, M.R.; BAZZA, A.B. Anáforas nominais: um processo de referenciação N' *ORTO DO ESPOSO* (Fins do século XIV e começo de XV). **SOLETRAS**, Ano VIII, Nº 15. São Gonçalo: UERJ, jan./jun.2008.

PERELMAN. C. **Retóricas**. Trad. de Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, p. 303-308, 1999.

SILVA, W. B. **A relação entre referenciação e argumentação**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, 2008. Acesso em 11 de dezembro de 2010: <[www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/download/42/62](http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/download/42/62)>.

ZAMPONI, G. **Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência**. In: KOCK, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

### **Sites consultados**

Os processos de referenciação catáfora e anáfora em textos de alunos de uma comunidade de baixa renda da cidade de Maceió. Disponível em <<http://www.artigonal.com>>. Acesso em 10 mai 2010.

*Ecclesia de Eucharistia*. Disponível em <[http://www.vatican.va/edocs/POR0062/\\_INDEX.HTM](http://www.vatican.va/edocs/POR0062/_INDEX.HTM)>. Acesso em 10 de maio de 2010.

**ANEXO - TEXTO**

## **ECCLESIA DE EUCHARISTIA**

### **sobre a Eucaristia na sua relação com a Igreja**

#### **INTRODUÇÃO**

1. A Igreja vive da Eucaristia. Esta verdade não exprime apenas uma experiência diária de fé, mas contém em síntese o próprio núcleo do mistério da Igreja. É com alegria que ela experimenta, de diversas maneiras, a realização incessante desta promessa: « Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo» (Mt 28, 20); mas, na sagrada Eucaristia, pela conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue do Senhor, goza desta presença com uma intensidade sem par. Desde o Pentecostes, quando a Igreja, povo da nova aliança, iniciou a sua peregrinação para a pátria celeste, este sacramento divino foi ritmando os seus dias, enchendo-os de consoladora esperança.

O Concílio Vaticano II justamente afirmou que o sacrifício eucarístico é « fonte e centro de toda a vida cristã».1 Com efeito, « na santíssima Eucaristia, está contido todo o tesouro espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, a nossa Páscoa e o pão vivo que dá aos homens a vida mediante a sua carne vivificada e vivificadora pelo Espírito Santo ».2 Por isso, o olhar da Igreja volta-se continuamente para o seu Senhor, presente no sacramento do Altar, onde descobre a plena manifestação do seu imenso amor.

2. Durante o Grande Jubileu do ano 2000, pude celebrar a Eucaristia no Cenáculo de Jerusalém, onde, segundo a tradição, o próprio Cristo a realizou pela primeira vez. O Cenáculo é o lugar da instituição deste santíssimo sacramento. Foi lá que Jesus tomou nas suas mãos o pão, partiu-o e deu-o aos seus discípulos, dizendo: «Tomai, todos, e comei: Isto é o meu Corpo que será entregue por vós» (cf. Mt 26, 26; Lc 22, 19; 1 Cor 11, 24). Depois, tomou nas suas mãos o cálice com vinho e disse-lhes: «Tomai, todos, e bebei: Este é o cálice do meu Sangue, o Sangue da nova e eterna aliança, que será derramado por vós e por todos para remissão dos pecados» (cf. Mc 14, 24; Lc 22, 20; 1 Cor 11, 25). Dou graças ao Senhor Jesus por me ter permitido repetir no mesmo lugar, obedecendo ao seu mandato: «Fazei isto em memória de Mim» (Lc 22, 19), as palavras por Ele pronunciadas há dois mil anos.

Teriam os Apóstolos, que tomaram parte na Última Ceia, entendido o significado das palavras saídas dos lábios de Cristo? Talvez não. Aquelas palavras seriam esclarecidas plenamente só no fim do Triduum Sacrum, ou seja, aquele período de tempo que vai da

tarde de Quinta-feira Santa até à manhã do Domingo de Páscoa. Nestes dias, está contido o *mysterium paschale*; neles está incluído também o *mysterium eucharisticum*.

3. Do mistério pascal nasce a Igreja. Por isso mesmo a Eucaristia, que é o sacramento por excelência do mistério pascal, está colocada no centro da vida eclesial. Isto é visível desde as primeiras imagens da Igreja que nos dão os Actos do Apóstolos: « Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão, e às orações » (2, 42). Na « fracção do pão », é evocada a Eucaristia. Dois mil anos depois, continuamos a realizar aquela imagem primordial da Igreja. E, ao fazê-lo na celebração eucarística, os olhos da alma voltam-se para o Tríduo Pascal: para o que se realizou na noite de Quinta-feira Santa, durante a Última Ceia, e nas horas sucessivas. De facto, a instituição da Eucaristia antecipava, sacramentalmente, os acontecimentos que teriam lugar pouco depois, a começar da agonia no Getsémani. Revemos Jesus que sai do Cenáculo, desce com os discípulos, atravessa a torrente do Cedron e chega ao Horto das Oliveiras. Existem ainda hoje naquele lugar algumas oliveiras muito antigas; talvez tenham sido testemunhas do que aconteceu junto delas naquela noite, quando Cristo, em oração, sentiu uma angústia mortal « e o seu suor tornou-se-Lhe como grossas gotas de sangue, que caíam na terra » (Lc 22, 44). O sangue que, pouco antes, tinha entregue à Igreja como vinho de salvação no sacramento eucarístico, começava a ser derramado; a sua efusão completar-se-ia depois no Gólgota, tornando-se o instrumento da nossa redenção: « Cristo, vindo como Sumo Sacerdote dos bens futuros [...] entrou uma só vez no Santo dos Santos, não com o sangue dos carneiros ou dos bezerros, mas com o seu próprio sangue, tendo obtido uma redenção eterna » (Heb 9, 11-12).

4. A hora da nossa redenção. Embora profundamente turvado, Jesus não foge ao ver chegar a sua « hora »: « E que direi Eu? Pai, salva-Me desta hora? Mas por causa disto é que cheguei a esta hora! » (Jo 12, 27). Quer que os discípulos Lhe façam companhia, mas deve experimentar a solidão e o abandono: « Nem sequer pudestes vigiar uma hora Comigo. Vigiai e orai para não cairdes em tentação » (Mt 26, 40-41). Aos pés da cruz, estará apenas João ao lado de Maria e das piedosas mulheres. A agonia no Getsémani foi o prelúdio da agonia na cruz de Sexta-feira Santa. A hora santa, a hora da redenção do mundo. Quando se celebra a Eucaristia na basílica do Santo Sepulcro, em Jerusalém, volta-se de modo quase palpável à « hora » de Jesus, a hora da cruz e da glorificação. Até àquele lugar e àquela hora se deixa transportar em espírito cada presbítero ao celebrar a Santa Missa, juntamente com a comunidade cristã que nela participa.



« Foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia ». Estes artigos da profissão de fé ecoam nas seguintes palavras de contemplação e proclamação: *Ecce lignum crucis in quo salus mundi pependit. Venite adoremus* - « Eis o madeiro da Cruz, no qual esteve suspenso o Salvador do mundo. Vinde adoremos! » É o convite que a Igreja faz a todos na tarde de Sexta-feira Santa. E, quando voltar novamente a cantar já no tempo pascal, será para proclamar: *Surrexit Dominus de sepulcro qui pro nobis pependit in ligno. Alleluia* - « Ressuscitou do sepulcro o Senhor que por nós esteve suspenso no madeiro. Aleluia ».

5. *Mysterium fidei!* - « Mistério da fé ». Quando o sacerdote pronuncia ou canta estas palavras, os presentes aclamam: « Anunciamos, Senhor, a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição. Vinde, Senhor Jesus! ».

Com estas palavras ou outras semelhantes, a Igreja, ao mesmo tempo que apresenta Cristo no mistério da sua Paixão, revela também o seu próprio mistério: *Ecclesia de Eucharistia*. Se é com o dom do Espírito Santo, no Pentecostes, que a Igreja nasce e se encaminha pelas estradas do mundo, um momento decisivo da sua formação foi certamente a instituição da Eucaristia no Cenáculo. O seu fundamento e a sua fonte é todo o Triduum Paschale, mas este está de certo modo guardado, antecipado e « concentrado » para sempre no dom eucarístico. Neste, Jesus Cristo entregava à Igreja a actualização perene do mistério pascal. Com ele, instituíam uma misteriosa « contemporaneidade » entre aquele Triduum e o arco inteiro dos séculos.

Este pensamento suscita em nós sentimentos de grande e reconhecido enlevo. Há, no evento pascal e na Eucaristia que o actualiza ao longo dos séculos, uma « capacidade » realmente imensa, na qual está contida a história inteira, enquanto destinatária da graça da redenção. Este enlevo deve invadir sempre a assembleia eclesial reunida para a celebração eucarística; mas, de maneira especial, deve inundar o ministro da Eucaristia, o qual, pela faculdade recebida na Ordenação sacerdotal, realiza a consagração; é ele, com o poder que lhe vem de Cristo, do Cenáculo, que pronuncia: « Isto é o meu Corpo que será entregue por vós »; « este é o cálice do meu Sangue, [...] que será derramado por vós ». O sacerdote pronuncia estas palavras ou, antes, coloca a sua boca e a sua voz à disposição d'Aquele que as pronunciou no Cenáculo e quis que fossem repetidas de geração em geração por todos aqueles que, na Igreja, participam ministerialmente do seu sacerdócio.

6. É este « enlevo » eucarístico que desejo despertar com esta carta encíclica, que dá continuidade à herança jubilar que quis entregar à Igreja com a carta apostólica *Novo*

millennio ineunte e o seu coroamento mariano – a carta apostólica Rosarium Virginis Mariæ. Contemplar o rosto de Cristo e contemplá-lo com Maria é o « programa » que propus à Igreja na aurora do terceiro milénio, convidando-a a fazer-se ao largo no mar da história lançando-se com entusiasmo na nova evangelização. Contemplar Cristo implica saber reconhecê-Lo onde quer que Ele Se manifeste, com as suas diversas presenças mas sobretudo no sacramento vivo do seu corpo e do seu sangue. A Igreja vive de Jesus eucarístico, por Ele é nutrida, por Ele é iluminada. A Eucaristia é mistério de fé e, ao mesmo tempo, « mistério de luz ».<sup>3</sup> Sempre que a Igreja a celebra, os fiéis podem de certo modo reviver a experiência dos dois discípulos de Emaús: « Abriram-se-lhes os olhos e reconheceram-No » (Lc 24, 31).

7. Desde quando iniciei o ministério de Sucessor de Pedro, sempre quis contemplar a Quinta-feira Santa, dia da Eucaristia e do Sacerdócio, com um sinal de particular atenção enviando uma carta a todos os sacerdotes do mundo. Neste vigésimo quinto ano do meu Pontificado, desejo envolver mais plenamente a Igreja inteira nesta reflexão eucarística para agradecer ao Senhor especialmente pelo dom da Eucaristia e do sacerdócio: « Dom e mistério ».<sup>4</sup> Se, ao proclamar o Ano do Rosário, quis pôr este meu vigésimo quinto ano sob o signo da contemplação de Cristo na escola de Maria, não posso deixar passar esta Quinta-feira Santa de 2003 sem me deter diante do « rosto eucarístico » de Jesus, propondo à Igreja, com renovado ardor, a centralidade da Eucaristia. Dela vive a Igreja; nutre-se deste « pão vivo ». Por isso senti a necessidade de exortar a todos a experimentá-lo sempre de novo.

8. Quando penso na Eucaristia e olho para a minha vida de sacerdote, de Bispo, de Sucessor de Pedro, espontaneamente ponho-me a recordar tantos momentos e lugares onde tive a dita de celebrá-la. Recordo a igreja paroquial de Niegowic, onde desempenhei o meu primeiro encargo pastoral, a colegiada de S. Floriano em Cracóvia, a catedral do Wawel, a basílica de S. Pedro e tantas basílicas e igrejas de Roma e do mundo inteiro. Pude celebrar a Santa Missa em capelas situadas em caminhos de montanha, nas margens dos lagos, à beira do mar; celebrei-a em altares construídos nos estádios, nas praças das cidades... Este cenário tão variado das minhas celebrações eucarísticas faz-me experimentar intensamente o seu carácter universal e, por assim dizer, cósmico. Sim, cósmico! Porque mesmo quando tem lugar no pequeno altar duma igreja da aldeia, a Eucaristia é sempre celebrada, de certo modo, sobre o altar do mundo. Une o céu e a terra. Abraça e impregna toda a criação. O Filho de Deus fez-Se homem para, num supremo acto de louvor, devolver toda a criação Àquele que a fez surgir do

nada. Assim, Ele, o sumo e eterno Sacerdote, entrando com o sangue da sua cruz no santuário eterno, devolve ao Criador e Pai toda a criação redimida. Fá-lo através do ministério sacerdotal da Igreja, para glória da Santíssima Trindade. Verdadeiramente este é o *mysterium fidei* que se realiza na Eucaristia: o mundo saído das mãos de Deus criador volta a Ele redimido por Cristo.

9. A Eucaristia, presença salvífica de Jesus na comunidade dos fiéis e seu alimento espiritual, é o que de mais precioso pode ter a Igreja no seu caminho ao longo da história. Assim se explica a cuidadosa atenção que ela sempre reservou ao mistério eucarístico, uma atenção que sobressai com autoridade no magistério dos Concílios e dos Sumos Pontífices. Como não admirar as exposições doutrinárias dos decretos sobre a Santíssima Eucaristia e sobre o Santo Sacrifício da Missa promulgados pelo Concílio de Trento? Aquelas páginas guiaram a teologia e a catequese nos séculos sucessivos, permanecendo ainda como ponto de referência dogmático para a incessante renovação e crescimento do povo de Deus na sua fé e amor à Eucaristia. Em tempos mais recentes, há que mencionar três encíclicas: a encíclica *Miræ caritatis* de Leão XIII (28 de Maio de 1902),<sup>5</sup> a encíclica *Mediator Dei* de Pio XII (20 de Novembro de 1947)<sup>6</sup> e a encíclica *Mysterium fidei* de Paulo VI (3 de Setembro de 1965).<sup>7</sup>

O Concílio Vaticano II, embora não tenha publicado qualquer documento específico sobre o mistério eucarístico, todavia ilustra os seus vários aspectos no conjunto dos documentos, especialmente na constituição dogmática sobre a Igreja *Lumen gentium* e na constituição sobre a sagrada Liturgia *Sacrosanctum concilium*.

Eu mesmo, nos primeiros anos do meu ministério apostólico na Cátedra de Pedro, tive oportunidade de tratar alguns aspectos do mistério eucarístico e da sua incidência na vida daquele que é o seu ministro, com a carta apostólica *Dominicæ Cenæ* (24 de Fevereiro de 1980).<sup>8</sup> Hoje retomo o fio daquele discurso com o coração transbordante de emoção e gratidão, dando eco às palavras do Salmista: « Que darei eu ao Senhor por todos os seus benefícios? Elevarei o cálice da salvação invocando o nome do Senhor » (*Sal 116/115, 12-13*).

10. A este esforço de anúncio por parte do Magistério correspondeu um crescimento interior da comunidade cristã. Não há dúvida que a reforma litúrgica do Concílio trouxe grandes vantagens para uma participação mais consciente, activa e frutuosa dos fiéis no santo sacrifício do altar. Mais ainda, em muitos lugares, é dedicado amplo espaço à adoração do Santíssimo Sacramento, tornando-se fonte inesgotável de santidade. A devota participação dos fiéis na procissão eucarística da solenidade do Corpo e Sangue

de Cristo é uma graça do Senhor que anualmente enche de alegria quantos nela participam. E mais sinais positivos de fé e de amor eucarísticos se poderiam mencionar. A par destas luzes, não faltam sombras, infelizmente. De facto, há lugares onde se verifica um abandono quase completo do culto de adoração eucarística. Num contexto eclesial ou outro, existem abusos que contribuem para obscurecer a recta fé e a doutrina católica acerca deste admirável sacramento. Às vezes transparece uma compreensão muito redutiva do mistério eucarístico. Despojado do seu valor sacrificial, é vivido como se em nada ultrapassasse o sentido e o valor de um encontro fraterno ao redor da mesa. Além disso, a necessidade do sacerdócio ministerial, que assenta na sucessão apostólica, fica às vezes obscurecida, e a sacramentalidade da Eucaristia é reduzida à simples eficácia do anúncio. Aparecem depois, aqui e além, iniciativas ecuménicas que, embora bem intencionadas, levam a práticas na Eucaristia contrárias à disciplina que serve à Igreja para exprimir a sua fé. Como não manifestar profunda mágoa por tudo isto? A Eucaristia é um dom demasiado grande para suportar ambiguidades e reduções. Espero que esta minha carta encíclica possa contribuir eficazmente para dissipar as sombras de doutrinas e práticas não aceitáveis, a fim de que a Eucaristia continue a resplandecer em todo o fulgor do seu mistério.

## **CAPÍTULO I**

### **MISTÉRIO DA FÉ**

11. «O Senhor Jesus, na noite em que foi entregue» (*1 Cor 11, 23*), instituiu o sacrifício eucarístico do seu corpo e sangue. As palavras do apóstolo Paulo recordam-nos as circunstâncias dramáticas em que nasceu a Eucaristia. Esta tem indelevelmente inscrito nela o evento da paixão e morte do Senhor. Não é só a sua evocação, mas presença sacramental. É o sacrifício da cruz que se perpetua através dos séculos.<sup>2</sup> Esta verdade está claramente expressa nas palavras com que o povo, no rito latino, responde à proclamação «mistério da fé» feita pelo sacerdote: «*Anunciamos, Senhor, a vossa morte*».

A Igreja recebeu a Eucaristia de Cristo seu Senhor, não como um dom, embora precioso, entre muitos outros, mas como *o dom por excelência*, porque dom d'Ele mesmo, da sua Pessoa na humanidade sagrada, e também da sua obra de salvação. Esta não fica circunscrita no passado, pois «tudo o que Cristo é, tudo o que fez e sofreu por

todos os homens, participa da eternidade divina, e assim transcende todos os tempos e em todos se torna presente ».<sup>10</sup>

Quando a Igreja celebra a Eucaristia, memorial da morte e ressurreição do seu Senhor, este acontecimento central de salvação torna-se realmente presente e « realiza-se também a obra da nossa redenção ».<sup>11</sup> Este sacrifício é tão decisivo para a salvação do género humano que Jesus Cristo realizou-o e só voltou ao Pai *depois de nos ter deixado o meio para dele participarmos* como se tivéssemos estado presentes. Assim cada fiel pode tomar parte nela, alimentando-se dos seus frutos inexauríveis. Esta é a fé que as gerações cristãs viveram ao longo dos séculos, e que o magistério da Igreja tem continuamente reafirmado com jubilosa gratidão por dom tão inestimável.<sup>12</sup> É esta verdade que desejo recordar mais uma vez, colocando-me convosco, meus queridos irmãos e irmãs, em adoração diante deste Mistério: mistério grande, mistério de misericórdia. Que mais poderia Jesus ter feito por nós? Verdadeiramente, na Eucaristia demonstra-nos um amor levado até ao « extremo » (cf. *Jo* 13, 1), um amor sem medida.

12. Este aspecto de caridade universal do sacramento eucarístico está fundado nas próprias palavras do Salvador. Ao instituí-lo, não se limitou a dizer « isto é o meu corpo », « isto é o meu sangue », mas acrescenta: « entregue por vós (...) derramado por vós » (*Lc* 22, 19-20). Não se limitou a afirmar que o que lhes dava a comer e a beber era o seu corpo e o seu sangue, mas exprimiu também o seu *valor sacrificial*, tornando sacramentalmente presente o seu sacrifício, que algumas horas depois realizaria na cruz pela salvação de todos. « A Missa é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o memorial sacrificial em que se perpetua o sacrifício da cruz e o banquete sagrado da comunhão do corpo e sangue do Senhor ».<sup>13</sup>

A Igreja vive continuamente do sacrifício redentor, e tem acesso a ele não só através duma lembrança cheia de fé, mas também com um contacto actual, porque *este sacrifício volta a estar presente*, perpetuando-se, sacramentalmente, em cada comunidade que o oferece pela mão do ministro consagrado. Deste modo, a Eucaristia aplica aos homens de hoje a reconciliação obtida de uma vez para sempre por Cristo para humanidade de todos os tempos. Com efeito, « o sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são *um único sacrifício* ».<sup>14</sup> Já o afirmava em palavras expressivas S. João Crisóstomo: « Nós oferecemos sempre o mesmo Cordeiro, e não um hoje e amanhã outro, mas sempre o mesmo. Por este motivo, o sacrifício é sempre um só. [...] Também agora estamos a oferecer a mesma vítima que então foi oferecida e que jamais se exaurirá ».<sup>15</sup>

A Missa torna presente o sacrifício da cruz; não é mais um, nem o multiplica.<sup>16</sup> O que se repete é a celebração *memorial*, a « exposição memorial » (*memorialis demonstratio*),<sup>17</sup> de modo que o único e definitivo sacrifício redentor de Cristo se actualiza incessantemente no tempo. Portanto, a natureza sacrificial do mistério eucarístico não pode ser entendida como algo isolado, independente da cruz ou com uma referência apenas indirecta ao sacrifício do Calvário.

13. Em virtude da sua íntima relação com o sacrifício do Gólgota, a Eucaristia é *sacrifício em sentido próprio*, e não apenas em sentido genérico como se se tratasse simplesmente da oferta de Cristo aos fiéis para seu alimento espiritual. Com efeito, o dom do seu amor e da sua obediência até ao extremo de dar a vida (cf. *Jo* 10,17-18) é em primeiro lugar um dom a seu Pai. Certamente, é um dom em nosso favor, antes em favor de toda a humanidade (cf. *Mt* 26, 28; *Mc* 14, 24; *Lc* 22, 20; *Jo* 10, 15), mas *primariamente um dom ao Pai*: « Sacrifício que o Pai aceitou, retribuindo esta doação total de seu Filho, que Se fez “obediente até à morte” (*Flp* 2, 8), com a sua doação paterna, ou seja, com o dom da nova vida imortal na ressurreição ».<sup>18</sup>

Ao entregar à Igreja o seu sacrifício, Cristo quis também assumir o sacrifício espiritual da Igreja, chamada por sua vez a oferecer-se a si própria juntamente com o sacrifício de Cristo. Assim no-lo ensina o Concílio Vaticano II: « Pela participação no sacrifício eucarístico de Cristo, fonte e centro de toda a vida cristã, [os fiéis] oferecem a Deus a vítima divina e a si mesmos juntamente com ela ».<sup>19</sup>

14. A Páscoa de Cristo inclui, juntamente com a paixão e morte, a sua ressurreição. Assim o lembra a aclamação da assembleia depois da consagração: « *Proclamamos a vossa ressurreição* ». Com efeito, o sacrifício eucarístico torna presente não só o mistério da paixão e morte do Salvador, mas também o mistério da ressurreição, que dá ao sacrifício a sua coroação. Por estar vivo e ressuscitado é que Cristo pode tornar-Se « pão da vida » (*Jo* 6, 35.48), « pão vivo » (*Jo* 6, 51), na Eucaristia. S. Ambrósio lembrava aos neófitos esta verdade, aplicando às suas vidas o acontecimento da ressurreição: « Se hoje Cristo é teu, Ele ressuscita para ti cada dia ».<sup>20</sup> Por sua vez, S. Cirilo de Alexandria sublinhava que a participação nos santos mistérios « é uma verdadeira confissão e recordação de que o Senhor morreu e voltou à vida por nós e em nosso favor ».<sup>21</sup>

15. A reprodução sacramental na Santa Missa do sacrifício de Cristo coroado pela sua ressurreição implica uma presença muito especial, que – para usar palavras de Paulo VI – « chama-se “real”, não a título exclusivo como se as outras presenças não fossem

“reais”, mas por excelência, porque é substancial, e porque por ela se torna presente Cristo completo, Deus e homem ». <sup>22</sup> Reafirma-se assim a doutrina sempre válida do Concílio de Trento: « Pela consagração do pão e do vinho opera-se a conversão de toda a substância do pão na substância do corpo de Cristo nosso Senhor, e de toda a substância do vinho na substância do seu sangue; a esta mudança, a Igreja católica chama, de modo conveniente e apropriado, transubstanciação ». <sup>23</sup> Verdadeiramente a Eucaristia é *mysterium fidei*, mistério que supera os nossos pensamentos e só pode ser aceite pela fé, como lembram frequentemente as catequeses patrísticas sobre este sacramento divino. « Não há-de ver – exorta S. Cirilo de Jerusalém – o pão e o vinho [consagrados] simplesmente como elementos naturais, porque o Senhor disse expressamente que são o seu corpo e o seu sangue: a fé t'o assegura, ainda que os sentidos possam sugerir-te outra coisa ». <sup>24</sup>

« *Adoro te devote, latens Deitas* »: continuaremos a cantar com S. Tomás, o Doutor Angélico. Diante deste mistério de amor, a razão humana experimenta toda a sua limitação. Compreende-se como, ao longo dos séculos, esta verdade tenha estimulado a teologia a árduos esforços de compreensão.

São esforços louváveis, tanto mais úteis e incisivos se capazes de conjugarem o exercício crítico do pensamento com a « vida de fé » da Igreja, individuada especialmente « no carisma da verdade » do Magistério e na « íntima inteligência que experimentam das coisas espirituais » <sup>25</sup> sobretudo os Santos. Permanece o limite apontado por Paulo VI: « Toda a explicação teológica que queira penetrar de algum modo neste mistério, para estar de acordo com a fé católica deve assegurar que na sua realidade objectiva, independentemente do nosso entendimento, o pão e o vinho deixaram de existir depois da consagração, de modo que a partir desse momento são o corpo e o sangue adoráveis do Senhor Jesus que estão realmente presentes diante de nós sob as espécies sacramentais do pão e do vinho ». <sup>26</sup>

16. A eficácia salvífica do sacrifício realiza-se plenamente na comunhão, ao recebermos o corpo e o sangue do Senhor. O sacrifício eucarístico está particularmente orientado para a união íntima dos fiéis com Cristo através da comunhão: recebemo-Lo a Ele mesmo que Se ofereceu por nós, o seu corpo entregue por nós na cruz, o seu sangue « derramado por muitos para a remissão dos pecados » (*Mt* 26, 28). Recordemos as suas palavras: « Assim como o Pai, que vive, Me enviou e Eu vivo pelo Pai, assim também o que Me come viverá por Mim » (*Jo* 6, 57). O próprio Jesus nos assegura que tal união, por Ele afirmada em analogia com a união da vida trinitária, se realiza verdadeiramente.

A Eucaristia é verdadeiro banquete, onde Cristo Se oferece como alimento. A primeira vez que Jesus anunciou este alimento, os ouvintes ficaram perplexos e desorientados, obrigando o Mestre a insistir na dimensão real das suas palavras: « Em verdade, em verdade vos digo: Se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós » (Jo 6, 53). Não se trata de alimento em sentido metafórico, mas « a minha carne é, em verdade, uma comida, e o meu sangue é, em verdade, uma bebida » (Jo 6, 55).

17. Através da comunhão do seu corpo e sangue, Cristo comunica-nos também o seu Espírito. Escreve S. Efrém: « Chamou o pão seu corpo vivo, encheu-o de Si próprio e do seu Espírito. [...] E aquele que o come com fé, come Fogo e Espírito. [...] Tomai e comei-o todos; e, com ele, comei o Espírito Santo. De facto, é verdadeiramente o meu corpo, e quem o come viverá eternamente ».<sup>27</sup> A Igreja pede este Dom divino, raiz de todos os outros dons, na epiclese eucarística. Assim reza, por exemplo, a *Divina Liturgia* de S. João Crisóstomo: « Nós vos invocamos, pedimos e suplicamos: enviai o vosso Santo Espírito sobre todos nós e sobre estes dons, [...] para que sirvam a quantos deles participarem de purificação da alma, remissão dos pecados, comunicação do Espírito Santo ».<sup>28</sup> E, no *Missal Romano*, o celebrante suplica: « Fazei que, alimentando-nos do Corpo e Sangue do vosso Filho, cheios do seu Espírito Santo, sejamos em Cristo um só corpo e um só espírito ».<sup>29</sup> Assim, pelo dom do seu corpo e sangue, Cristo aumenta em nós o dom do seu Espírito, já infundido no Baptismo e recebido como « selo » no sacramento da Confirmação.

18. A aclamação do povo depois da consagração termina com as palavras « *Vinde, Senhor Jesus* », justamente exprimindo a tensão escatológica que caracteriza a celebração eucarística (cf. *1 Cor* 11, 26). A Eucaristia é tensão para a meta, antegozo da alegria plena prometida por Cristo (cf. *Jo* 15, 11); de certa forma, é antecipação do Paraíso, « penhor da futura glória ».<sup>30</sup> A Eucaristia é celebrada na ardente expectativa de Alguém, ou seja, « enquanto esperamos a vinda gloriosa de Jesus Cristo nosso Salvador ».<sup>31</sup> Quem se alimenta de Cristo na Eucaristia não precisa de esperar o Além para receber a vida eterna: *já a possui na terra*, como primícias da plenitude futura, que envolverá o homem na sua totalidade. De facto, na Eucaristia recebemos a garantia também da ressurreição do corpo no fim do mundo: « Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e Eu ressuscité-lo-ei no último dia » (Jo 6, 54). Esta garantia da ressurreição futura deriva do facto de a carne do Filho do Homem, dada em alimento, ser o seu corpo no estado glorioso de ressuscitado. Pela Eucaristia, assimila-



se, por assim dizer, o «segredo» da ressurreição. Por isso, S. Inácio de Antioquia justamente definia o Pão eucarístico como «remédio de imortalidade, antídoto para não morrer».<sup>32</sup>

19. A tensão escatológica suscitada pela Eucaristia *exprime e consolida a comunhão com a Igreja celeste*. Não é por acaso que, nas Anáforas orientais e nas Orações Eucarísticas latinas, se lembra com veneração Maria sempre Virgem, Mãe do nosso Deus e Senhor Jesus Cristo, os anjos, os santos apóstolos, os gloriosos mártires e todos os santos. Trata-se dum aspecto da Eucaristia que merece ser assinalado: ao celebrarmos o sacrifício do Cordeiro unimo-nos à liturgia celeste, associando-nos àquela multidão imensa que grita: «A salvação pertence ao nosso Deus, que está sentado no trono, e ao Cordeiro» (Ap 7, 10). A Eucaristia é verdadeiramente um pedaço de céu que se abre sobre a terra; é um raio de glória da Jerusalém celeste, que atravessa as nuvens da nossa história e vem iluminar o nosso caminho.

20. Consequência significativa da tensão escatológica presente na Eucaristia é o estímulo que dá à nossa caminhada na história, lançando uma semente de activa esperança na dedicação diária de cada um aos seus próprios deveres. De facto se a visão cristã leva a olhar para o «novo céu» e a «nova terra» (Ap 21, 1), isso não enfraquece, antes *estimula o nosso sentido de responsabilidade pela terra presente*.<sup>33</sup> Desejo reafirmá-lo com vigor ao início do novo milénio, para que os cristãos se sintam ainda mais decididos a não descurar os seus deveres de cidadãos terrenos. Têm o dever de contribuir com a luz do Evangelho para a edificação de um mundo à medida do homem e plenamente conforme ao desígnio de Deus.

Muitos são os problemas que obscurecem o horizonte do nosso tempo. Basta pensar quanto seja urgente trabalhar pela paz, colocar sólidas premissas de justiça e solidariedade nas relações entre os povos, defender a vida humana desde a concepção até ao seu termo natural. E também que dizer das mil contradições dum mundo «globalizado», onde parece que os mais débeis, os mais pequenos e os mais pobres pouco podem esperar? É neste mundo que tem de brilhar a esperança cristã! Foi também para isto que o Senhor quis ficar connosco na Eucaristia, inserindo nesta sua presença sacrificial e comensal a promessa duma humanidade renovada pelo seu amor. É significativo que, no lugar onde os Sinópticos narram a instituição da Eucaristia, o evangelho de João proponha, ilustrando assim o seu profundo significado, a narração do «lava-pés», gesto este que faz de Jesus mestre de comunhão e de serviço (cf. Jo 13, 1-20). O apóstolo Paulo, por sua vez, qualifica como «indigna» duma comunidade

cristã a participação na Ceia do Senhor que se verifique num contexto de discórdia e de indiferença pelos pobres (cf. *1 Cor* 11, 17-22.27-34).<sup>34</sup>

Anunciar a morte do Senhor « até que Ele venha » (*1 Cor* 11, 26) inclui, para os que participam na Eucaristia, o compromisso de transformarem a vida, de tal forma que esta se torne, de certo modo, toda « eucarística ». São precisamente este fruto de transfiguração da existência e o empenho de transformar o mundo segundo o Evangelho que fazem brilhar a tensão escatológica da celebração eucarística e de toda a vida cristã: « Vinde, Senhor Jesus! » (cf. *Ap* 22, 20).

## CAPÍTULO II

### A EUCARISTIA EDIFICA A IGREJA

21. O Concílio Vaticano II veio recordar que a celebração eucarística está no centro do processo de crescimento da Igreja. De facto, depois de afirmar que « a Igreja, ou seja, o Reino de Cristo já presente em mistério, cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus », <sup>35</sup> querendo de algum modo responder à questão sobre o modo como cresce, acrescenta: « Sempre que no altar se celebra o sacrifício da cruz, no qual “Cristo, nossa Páscoa, foi imolado” (*1 Cor* 5, 7), realiza-se também a obra da nossa redenção. Pelo sacramento do pão eucarístico, ao mesmo tempo é representada e se realiza a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. *1 Cor* 10, 17) ». <sup>36</sup>

Existe *um influxo causal da Eucaristia* nas próprias origens da Igreja. Os evangelistas especificam que foram os Doze, os Apóstolos, que estiveram reunidos com Jesus na Última Ceia (cf. *Mt* 26, 20; *Mc* 14, 17; *Lc* 22, 14). Trata-se de um detalhe de notável importância, porque os Apóstolos « foram a semente do novo Israel e ao mesmo tempo a origem da sagrada Hierarquia ». <sup>37</sup> Ao oferecer-lhes o seu corpo e sangue como alimento, Cristo envolvia-os misteriosamente no sacrifício que iria consumir-se dentro de poucas horas no Calvário. De modo análogo à aliança do Sinai, que foi selada com um sacrifício e a aspersão do sangue, <sup>38</sup> os gestos e as palavras de Jesus na Última Ceia lançavam os alicerces da nova comunidade messiânica, povo da nova aliança.

No Cenáculo, os Apóstolos, tendo aceite o convite de Jesus: « Tomai, comei [...]. Bebei dele todos » (*Mt* 26, 26.27), entraram pela primeira vez em comunhão sacramental com Ele. Desde então e até ao fim dos séculos, a Igreja edifica-se através da comunhão sacramental com o Filho de Deus imolado por nós: « Fazei isto em minha memória [...].

Todas as vezes que o beberdes, fazei-o em minha memória » (*I Cor* 11, 24-25; cf. *Lc* 22, 19).

22. A incorporação em Cristo, realizada pelo Baptismo, renova-se e consolida-se continuamente através da participação no sacrifício eucarístico, sobretudo na sua forma plena que é a comunhão sacramental. Podemos dizer não só que *cada um de nós recebe Cristo*, mas também que *Cristo recebe cada um de nós*. Ele intensifica a sua amizade connosco: « Chamei-vos amigos » (*Jo* 15, 14). Mais ainda, nós vivemos por Ele: « O que Me come viverá por Mim » (*Jo* 6, 57). Na comunhão eucarística, realiza-se de modo sublime a inabitação mútua de Cristo e do discípulo: « Permanecei em Mim e Eu permanecerei em vós » (*Jo* 15, 4).

Unindo-se a Cristo, o povo da nova aliança não se fecha em si mesmo; pelo contrário, torna-se « sacramento » para a humanidade,<sup>39</sup> sinal e instrumento da salvação realizada por Cristo, luz do mundo e sal da terra (cf. *Mt* 5, 13-16) para a redenção de todos.<sup>40</sup> A missão da Igreja está em continuidade com a de Cristo: « Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio a vós » (*Jo* 20, 21). Por isso, a Igreja tira a força espiritual de que necessita para levar a cabo a sua missão da perpetuação do sacrifício da cruz na Eucaristia e da comunhão do corpo e sangue de Cristo. Deste modo, a Eucaristia apresenta-se como *fonte* e simultaneamente *vértice* de toda a evangelização, porque o seu fim é a comunhão dos homens com Cristo e, n'Ele, com o Pai e com o Espírito Santo.<sup>41</sup>

23. Pela comunhão eucarística, a Igreja é consolidada igualmente na sua unidade de corpo de Cristo. A este *efeito unificador* que tem a participação no banquete eucarístico, alude S. Paulo quando diz aos coríntios: « O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Uma vez que há um só pão, nós, embora sendo muitos, formamos um só corpo, porque todos participamos do mesmo pão » (*I Cor* 10, 16-17). Concreto e profundo, S. João Crisóstomo comenta: « Com efeito, o que é o pão? É o corpo de Cristo. E em que se transformam aqueles que o recebem? No corpo de Cristo; não muitos corpos, mas um só corpo. De facto, tal como o pão é um só apesar de constituído por muitos grãos, e estes, embora não se vejam, todavia estão no pão, de tal modo que a sua diferença desapareceu devido à sua perfeita e recíproca fusão, assim também nós estamos unidos reciprocamente entre nós e, todos juntos, com Cristo ».<sup>42</sup> A argumentação é linear: a nossa união com Cristo, que é dom e graça para cada um, faz com que, n'Ele, sejamos parte também do seu corpo total que é a Igreja. A Eucaristia

consolida a incorporação em Cristo operada no Baptismo pelo dom do Espírito (cf. *1 Cor 12, 13.27*).

A acção conjunta e indivisível do Filho e do Espírito Santo, que está na origem da Igreja, tanto da sua constituição como da sua continuidade, opera na Eucaristia. Bem ciente disto, o autor da *Liturgia de S. Tiago*, na epiclese da anáfora, pede a Deus Pai que envie o Espírito Santo sobre os fiéis e sobre os dons, para que o corpo e o sangue de Cristo « sirvam a todos os que deles participarem [...] de santificação para as almas e os corpos ». <sup>43</sup> A Igreja é fortalecida pelo Paráclito divino através da santificação eucarística dos fiéis.

24. O dom de Cristo e do seu Espírito, que recebemos na comunhão eucarística, realiza plena e sobreabundantemente os anseios de unidade fraterna que vivem no coração humano e ao mesmo tempo eleva esta experiência de fraternidade, que é a participação comum na mesma mesa eucarística, a níveis que estão muito acima da mera experiência dum banquete humano. Pela comunhão do corpo de Cristo, a Igreja consegue cada vez mais profundamente ser, « em Cristo, como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano ». <sup>44</sup>

Aos germes de desagregação tão enraizados na humanidade por causa do pecado, como demonstra a experiência quotidiana, contrapõe-se *a força geradora de unidade* do corpo de Cristo. A Eucaristia, construindo a Igreja, cria por isso mesmo comunidade entre os homens.

25. O culto prestado à Eucaristia fora da Missa é de um valor inestimável na vida da Igreja, e está ligado intimamente com a celebração do sacrifício eucarístico. A presença de Cristo nas hóstias consagradas que se conservam após a Missa – presença essa que perdura enquanto subsistirem as espécies do pão do vinho <sup>45</sup> – resulta da celebração da Eucaristia e destina-se à comunhão, sacramental e espiritual. <sup>46</sup> Compete aos Pastores, inclusive pelo testemunho pessoal, estimular o culto eucarístico, de modo particular as exposições do Santíssimo Sacramento e também as visitas de adoração a Cristo presente sob as espécies eucarísticas <sup>47</sup>

É bom demorar-se com Ele e, inclinado sobre o seu peito como o discípulo predilecto (cf. *Jo 13, 25*), deixar-se tocar pelo amor infinito do seu coração. Se actualmente o cristianismo se deve caracterizar sobretudo pela « arte da oração », <sup>48</sup> como não sentir de novo a necessidade de permanecer longamente, em diálogo espiritual, adoração silenciosa, atitude de amor, diante de Cristo presente no Santíssimo Sacramento?

Quantas vezes, meus queridos irmãos e irmãs, fiz esta experiência, recebendo dela força, consolação, apoio!

Desta prática, muitas vezes louvada e recomendada pelo Magistério,<sup>49</sup> deram-nos o exemplo numerosos Santos. De modo particular, distinguiu-se nisto S. Afonso Maria de Ligório, que escrevia: «A devoção de adorar Jesus sacramentado é, depois dos sacramentos, a primeira de todas as devoções, a mais agradável a Deus e a mais útil para nós».<sup>50</sup> A Eucaristia é um tesouro inestimável: não só a sua celebração, mas também o permanecer diante dela fora da Missa permite-nos beber na própria fonte da graça. Uma comunidade cristã que queira contemplar melhor o rosto de Cristo, segundo o espírito que sugeri nas cartas apostólicas *Novo millennio ineunte* e *Rosarium Virginis Mariae*, não pode deixar de desenvolver também este aspecto do culto eucarístico, no qual perduram e se multiplicam os frutos da comunhão do corpo e sangue do Senhor.

### CAPÍTULO III

#### A APOSTOLICIDADE DA EUCARISTIA E DA IGREJA

26. Se a Eucaristia edifica a Igreja e a Igreja faz a Eucaristia, como antes recordei, consequentemente há entre ambas uma conexão estreitíssima, podendo nós aplicar ao mistério eucarístico os atributos que dizemos da Igreja quando professamos, no Símbolo Niceno-Constantinopolitano, que é «una, santa, católica e apostólica». Também a Eucaristia é una e católica; e é santa, antes, é o Santíssimo Sacramento. Mas é principalmente sobre a sua apostolicidade que agora queremos concentrar a nossa atenção.

27. Quando o *Catecismo da Igreja Católica* explica em que sentido a Igreja se diz apostólica, ou seja, fundada sobre os Apóstolos, individua na expressão um *tríplice sentido*. O primeiro significa que a Igreja «foi e continua a ser construída sobre o “alicerce dos Apóstolos” (Ef 2, 20), testemunhas escolhidas e enviadas em missão pelo próprio Cristo».<sup>51</sup> Ora, no caso da Eucaristia, os Apóstolos também estão na sua base: naturalmente o sacramento remonta ao próprio Cristo, mas foi confiado por Jesus aos Apóstolos e depois transmitido por eles e seus sucessores até nós. É em continuidade com a acção dos Apóstolos e obedecendo ao mandato do Senhor que a Igreja celebra a Eucaristia ao longo dos séculos.

O segundo sentido que o *Catecismo* indica para a apostolicidade da Igreja é este: ela « guarda e transmite, com a ajuda do Espírito Santo que nela habita, a doutrina, o bom depósito, as sãs palavras recebidas dos Apóstolos ». <sup>52</sup> Também neste sentido a Eucaristia é apostólica, porque é celebrada de acordo com a fé dos Apóstolos. Diversas vezes na história bimilenária do povo da nova aliança, o magistério eclesial especificou a doutrina eucarística, nomeadamente quanto à sua exacta terminologia, precisamente para salvaguardar a fé apostólica neste excelso mistério. Esta fé permanece imutável, e é essencial para a Igreja que assim continue.

28. Por último, a Igreja é apostólica enquanto « continua a ser ensinada, santificada e dirigida pelos Apóstolos até ao regresso de Cristo, graças àqueles que lhes sucedem no ofício pastoral: o Colégio dos Bispos, assistido pelos presbíteros, em união com o Sucessor de Pedro, Pastor supremo da Igreja ». <sup>53</sup> Para suceder aos Apóstolos na missão pastoral é necessário o sacramento da Ordem, graças a uma série ininterrupta, desde as origens, de Ordenações episcopais válidas. <sup>54</sup> Esta sucessão é essencial, para que exista a Igreja em sentido próprio e pleno.

A Eucaristia apresenta também este sentido da apostolicidade. De facto, como ensina o Concílio Vaticano II, « os fiéis por sua parte concorrem para a oblação da Eucaristia, em virtude do seu sacerdócio real », <sup>55</sup> mas é o sacerdote ministerial que « realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo e oferece-o a Deus em nome de todo o povo ». <sup>56</sup> Por isso se prescreve no *Missal Romano* que seja unicamente o sacerdote a recitar a oração eucarística, enquanto o povo se lhe associa com fé e em silêncio. <sup>57</sup>

29. A afirmação, várias vezes feita no Concílio Vaticano II, de que « o sacerdote ministerial realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo (*in persona Christi*) », <sup>58</sup> estava já bem radicada no magistério pontifício. <sup>59</sup> Como já tive oportunidade de esclarecer noutras ocasiões, a expressão *in persona Christi* « quer dizer algo mais do que “em nome”, ou então “nas vezes” de Cristo. *In persona*, isto é, na específica e sacramental identificação com o Sumo e Eterno Sacerdote, que é o Autor e o principal Sujeito deste seu próprio sacrifício, no que verdadeiramente não pode ser substituído por ninguém ». <sup>60</sup> Na economia de salvação escolhida por Cristo, o ministério dos sacerdotes que receberam o sacramento da Ordem manifesta que a Eucaristia, por eles celebrada, é *um dom que supera radicalmente o poder da assembleia* e, em todo o caso, é insubstituível para ligar validamente a consagração eucarística ao sacrifício da cruz e à Última Ceia.

A assembleia que se reúne para a celebração da Eucaristia necessita absolutamente de um sacerdote ordenado que a ela presida, para poder ser verdadeiramente uma assembleia eucarística. Por outro lado, a comunidade não é capaz de dotar-se por si só do ministro ordenado. Este é um dom que ela *recebe através da sucessão episcopal que remonta aos Apóstolos*. É o Bispo que constitui, pelo sacramento da Ordem, um novo presbítero, conferindo-lhe o poder de consagrar a Eucaristia. Por isso, « o mistério eucarístico não pode ser celebrado em nenhuma comunidade a não ser por um sacerdote ordenado, como ensinou expressamente o Concílio Ecuménico Lateranense IV ».<sup>61</sup>

30. Tanto esta doutrina da Igreja Católica sobre o ministério sacerdotal na sua relação com a Eucaristia, como a referente ao sacrifício eucarístico foram, nos últimos decénios, objecto de profícuo diálogo no *âmbito da acção ecuménica*. Devemos dar graças à Santíssima Trindade pelos significativos progressos e aproximações que se verificaram e que nos ajudam a esperar um futuro de plena partilha da fé. Permanece plenamente válida ainda a observação feita pelo Concílio Vaticano II acerca das Comunidades eclesiais surgidas no ocidente depois do século XVI e separadas da Igreja Católica: « Embora falte às Comunidades eclesiais de nós separadas a unidade plena connosco proveniente do Baptismo, e embora creamos que elas não tenham conservado a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da Ordem, contudo, quando na santa Ceia comemoram a morte e a ressurreição do Senhor, elas confessam ser significada a vida na comunhão de Cristo e esperam o seu glorioso advento ».<sup>62</sup>

Por isso, os fiéis católicos, embora respeitando as convicções religiosas destes seus irmãos separados, devem abster-se de participar na comunhão distribuída nas suas celebrações, para não dar o seu aval a ambiguidades sobre a natureza da Eucaristia e, conseqüentemente, faltar à sua obrigação de testemunhar com clareza a verdade. Isso acabaria por atrasar o caminho para a plena unidade visível. De igual modo, não se pode pensar em substituir a Missa do domingo por celebrações ecuménicas da Palavra, encontros de oração comum com cristãos pertencentes às referidas Comunidades eclesiais, ou pela participação no seu serviço litúrgico. Tais celebrações e encontros, em si mesmos louváveis quando em circunstâncias oportunas, preparam para a almejada comunhão plena incluindo a comunhão eucarística, mas não podem substituí-la.

Além disso, o facto de o poder de consagrar a Eucaristia ter sido confiado apenas aos Bispos e aos presbíteros não constitui qualquer rebaixamento para o resto do povo de

Deus, já que na comunhão do único corpo de Cristo, que é a Igreja, este dom redundará em benefício de todos.

31. Se a Eucaristia é centro e vértice da vida da Igreja, é-o igualmente do ministério sacerdotal. Por isso, com espírito repleto de gratidão a Jesus Cristo nosso Senhor, volto a afirmar que a Eucaristia « é a principal e central razão de ser do sacramento do Sacerdócio, que nasceu efectivamente no momento da instituição da Eucaristia e juntamente com ela ».<sup>63</sup>

Muitas são as actividades pastorais do presbítero. Se depois se pensa às condições sócio-culturais do mundo actual, é fácil ver como grava sobre ele o *perigo da dispersão* pelo grande número e diversidade de tarefas. O Concílio Vaticano II individuou como vínculo, que dá unidade à sua vida e às suas actividades, a caridade pastoral. Esta – acrescenta o Concílio – « flui sobretudo do sacrifício eucarístico, que permanece o centro e a raiz de toda a vida do presbítero ».<sup>64</sup> Compreende-se, assim, quão importante seja para a sua vida espiritual, e depois para o bem da Igreja e do mundo, que o sacerdote ponha em prática a recomendação conciliar de celebrar diariamente a Eucaristia, « porque, mesmo que não possa ter a presença dos fiéis, é acto de Cristo e da Igreja ».<sup>65</sup> Deste modo, ele será capaz de vencer toda a dispersão ao longo do dia, encontrando no sacrifício eucarístico, verdadeiro centro da sua vida e do seu ministério, a energia espiritual necessária para enfrentar as diversas tarefas pastorais. Assim, os seus dias tornar-se-ão verdadeiramente eucarísticos.

Da centralidade da Eucaristia na vida e no ministério dos sacerdotes deriva também a sua centralidade na *pastoral em prol das vocações sacerdotais*. Primeiro, porque a oração pelas vocações encontra nela o lugar de maior união com a oração de Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote; e, depois, porque a solícita atenção dos sacerdotes pelo ministério eucarístico, juntamente com a promoção da participação consciente, activa e frutuosa dos fiéis na Eucaristia, constituem exemplo eficaz e estímulo para uma resposta generosa dos jovens ao apelo de Deus. Com frequência, Ele serve-Se do exemplo de zelosa caridade pastoral dum sacerdote para semear e fazer crescer no coração do jovem o germe da vocação ao sacerdócio.

32. Tudo isto comprova como é triste e anómala a situação dum comunidade cristã que, embora se apresente quanto a número e variedade de fiéis como uma paróquia, todavia não tem um sacerdote que a guie. De facto, a paróquia é uma comunidade de baptizados que exprime e afirma a sua identidade, sobretudo através da celebração do sacrifício eucarístico; mas isto requer a presença dum presbítero, o único a quem



compete oferecer a Eucaristia *in persona Christi*. Quando uma comunidade está privada do sacerdote, procura-se justamente remediar para que de algum modo continuem as celebrações dominicais; e os religiosos ou os leigos que guiam os seus irmãos e irmãs na oração exercem de modo louvável o sacerdócio comum de todos os fiéis, baseado na graça do Baptismo. Mas tais soluções devem ser consideradas provisórias, enquanto a comunidade espera um sacerdote.

A deficiência sacramental destas celebrações deve, antes de mais nada, levar toda a comunidade a rezar mais fervorosamente ao Senhor para que mande trabalhadores para a sua messe (cf. *Mt* 9, 38); e estimulá-la a pôr em prática todos os demais elementos constitutivos duma adequada pastoral vocacional, sem ceder à tentação de procurar soluções que passem pela atenuação das qualidades morais e formativas requeridas nos candidatos ao sacerdócio.

33. Quando, devido à escassez de sacerdotes, foi confiada a fiéis não ordenados uma participação no cuidado pastoral duma paróquia, eles tenham presente que, como ensina o Concílio Vaticano II, « nenhuma comunidade cristã se edifica sem ter a sua raiz e o seu centro na celebração eucarística ». <sup>66</sup> Portanto, hão-de pôr todo o cuidado em manter viva na comunidade uma verdadeira « fome » da Eucaristia, que leve a não perder qualquer ocasião de ter a celebração da Missa, valendo-se nomeadamente da presença eventual de um sacerdote não impedido pelo direito da Igreja de celebrá-la.

## **CAPÍTULO IV**

### **A EUCARISTIA E A COMUNHÃO ECLESIAL**

34. Em 1985, a Assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos reconheceu a « eclesiologia da comunhão » como a ideia central e fundamental dos documentos do Concílio Vaticano II. <sup>67</sup> Enquanto durar a sua peregrinação aqui na terra, a Igreja é chamada a conservar e promover tanto a comunhão com a Trindade divina como a comunhão entre os fiéis. Para isso, possui a Palavra e os sacramentos, sobretudo a Eucaristia; desta « vive e cresce », <sup>68</sup> e ao mesmo tempo exprime-se nela. Não foi sem razão que o termo *comunhão* se tornou um dos nomes específicos deste sacramento excelso.

Dá que a Eucaristia se apresente como o sacramento culminante para levar à perfeição a comunhão com Deus Pai através da identificação com o seu Filho Unigénito por obra

do Espírito Santo. Com grande intuição de fé, um insigne escritor de tradição bizantina assim exprimia esta verdade: na Eucaristia, « mais do que em qualquer outro sacramento, o mistério [da comunhão] é tão perfeito que conduz ao apogeu de todos os bens: nela está o termo último de todo o desejo humano, porque nela alcançamos Deus e Deus une-Se connosco pela união mais perfeita ».<sup>69</sup> Por isso mesmo, é conveniente *cultivar continuamente na alma o desejo do sacramento da Eucaristia*. Daqui nasceu a prática da « comunhão espiritual » em uso na Igreja há séculos, recomendada por santos mestres de vida espiritual. Escrevia S. Teresa de Jesus: « Quando não comungais e não participais na Missa, comungai espiritualmente, porque é muito vantajoso. [...] Deste modo, imprime-se em vós muito do amor de nosso Senhor ».<sup>70</sup>

35. Entretanto a celebração da Eucaristia não pode ser o ponto de partida da comunhão, cuja existência pressupõe, visando a sua consolidação e perfeição. O sacramento exprime esse vínculo de comunhão quer na dimensão *invisível* que em Cristo, pela acção do Espírito Santo, nos une ao Pai e entre nós, quer na dimensão *visível* que implica a comunhão com a doutrina dos Apóstolos, os sacramentos e a ordem hierárquica. A relação íntima entre os elementos invisíveis e os elementos visíveis da comunhão eclesial é constitutiva da Igreja enquanto sacramento de salvação.<sup>71</sup> Somente neste contexto, tem lugar a celebração legítima da Eucaristia e a autêntica participação nela. Por isso, uma exigência intrínseca da Eucaristia é que seja celebrada na comunhão e, concretamente, na integridade dos seus vínculos.

36. A comunhão invisível, embora por natureza esteja sempre em crescimento, supõe a vida da graça, pela qual nos tornamos « participantes da natureza divina » (cf. *2 Ped 1, 4*), e a *prática das virtudes da fé, da esperança e da caridade*. De facto, só deste modo se pode ter verdadeira comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Não basta a fé; mas é preciso perseverar na graça santificante e na caridade, permanecendo na Igreja com o « corpo » e o « coração »; <sup>72</sup> ou seja, usando palavras de S. Paulo, é necessária « a fé que actua pela caridade » (*Gal 5, 6*).

A integridade dos vínculos invisíveis é um dever moral concreto do cristão que queira participar plenamente na Eucaristia, comungando o corpo e o sangue de Cristo. Um tal dever, recorda-o o referido Apóstolo com a advertência seguinte: « Examine-se cada qual a si mesmo e, então, coma desse pão e beba desse cálice » (*1 Cor 11, 28*). Com a sua grande eloquência, S. João Crisóstomo assim exortava os fiéis: « Também eu levanto a voz e vos suplico, peço e esconjuro para não vos abeirardes desta Mesa sagrada com uma consciência manchada e corrompida. De facto, uma tal aproximação

nunca poderá chamar-se comunhão, ainda que toquemos mil vezes o corpo do Senhor, mas condenação, tormento e redobrados castigos ».<sup>73</sup>

Nesta linha, o *Catecismo da Igreja Católica* estabelece justamente: « Aquele que tiver consciência dum pecado grave, deve receber o sacramento da Reconciliação antes de se aproximar da Comunhão ».<sup>74</sup> Desejo, por conseguinte, reafirmar que vigora ainda e sempre há-de vigorar na Igreja a norma do Concílio de Trento que concretiza a severa advertência do apóstolo Paulo, ao afirmar que, para uma digna recepção da Eucaristia, « se deve fazer antes a confissão dos pecados, quando alguém está consciente de pecado mortal ».<sup>75</sup>

37. A Eucaristia e a Penitência são dois sacramentos intimamente unidos. Se a Eucaristia torna presente o sacrifício redentor da cruz, perpetuando-o sacramentalmente, isso significa que deriva dela uma contínua exigência de conversão, de resposta pessoal à exortação que S. Paulo dirigia aos cristãos de Corinto: « Suplicamo-vos em nome de Cristo: reconciliai-vos com Deus » (2 *Cor* 5, 20). Se, para além disso, o cristão tem na consciência o peso dum pecado grave, então o itinerário da penitência através do sacramento da Reconciliação torna-se caminho obrigatório para se abeirar e participar plenamente do sacrifício eucarístico.

Tratando-se de uma avaliação de consciência, obviamente o juízo sobre o estado de graça compete apenas ao interessado; mas, em casos de comportamento externo de forma grave, ostensiva e duradoura contrário à norma moral, a Igreja, na sua solicitude pastoral pela boa ordem comunitária e pelo respeito do sacramento, não pode deixar de sentir-se chamada em causa. A esta situação de manifesta infracção moral se refere a norma do *Código de Direito Canónico* relativa à não admissão à comunhão eucarística de quantos « obstinadamente perseverem em pecado grave manifesto ».<sup>76</sup>

38. A comunhão eclesial, como atrás recordei, é também *visível*, manifestando-se nos vínculos elencados pelo próprio Concílio Vaticano II quando ensina: « São plenamente incorporados à sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos ».<sup>77</sup>

A Eucaristia, como suprema manifestação sacramental da comunhão na Igreja, exige para ser celebrada *um contexto de integridade dos laços, inclusive externos, de comunhão*. De modo especial, sendo ela « como que a perfeição da vida espiritual e o

fim para que tendem todos os sacramentos », <sup>78</sup> requer que sejam reais os laços de comunhão nos sacramentos, particularmente no Batismo e na Ordem sacerdotal. Não é possível dar a comunhão a uma pessoa que não esteja batizada ou que rejeite a verdade integral de fé sobre o mistério eucarístico. Cristo é a verdade, e dá testemunho da verdade (cf. *Jo 14, 6; 18, 37*); *o sacramento do seu corpo e sangue não consente ficções.*

39. Além disso, em virtude do carácter próprio da comunhão eclesial e da relação que o sacramento da Eucaristia tem com a mesma, convém recordar que « o sacrifício eucarístico, embora se celebre sempre numa comunidade particular, nunca é uma celebração apenas dessa comunidade: de facto esta, ao receber a presença eucarística do Senhor, recebe o dom integral da salvação e manifesta-se assim, apesar da sua configuração particular que continua visível, como imagem e verdadeira presença da Igreja una, santa, católica e apostólica ». <sup>79</sup> Daí que uma comunidade verdadeiramente eucarística não possa fechar-se em si mesma, como se fosse auto-suficiente, mas deve permanecer em sintonia com todas as outras comunidades católicas.

A comunhão eclesial da assembleia eucarística é comunhão com o próprio *Bispo* e com o *Romano Pontífice*. Com efeito, o Bispo é o princípio visível e o fundamento da unidade na sua Igreja particular. <sup>80</sup> Seria, por isso, uma grande incongruência celebrar o sacramento por excelência da unidade da Igreja sem uma verdadeira comunhão com o Bispo. Escrevia S. Inácio de Antioquia: « Seja tida como legítima somente aquela Eucaristia que é presidida pelo Bispo ou por quem ele encarregou ». <sup>81</sup> De igual modo, visto que « o Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é perpétuo e visível fundamento da unidade não só dos Bispos mas também da multidão dos fiéis », <sup>82</sup> a comunhão com ele é uma exigência intrínseca da celebração do sacrifício eucarístico. Esta grande verdade é expressa de vários modos pela Liturgia: « Cada celebração eucarística é feita em união não só com o próprio Bispo mas também com o Papa, com a Ordem episcopal, com todo o clero e com todo o povo. Toda a celebração válida da Eucaristia exprime esta comunhão universal com Pedro e com toda a Igreja ou, como no caso das Igrejas cristãs separadas de Roma, assim a reclama objectivamente ». <sup>83</sup>

40. A Eucaristia *cria comunhão e educa para a comunhão*. Ao escrever aos fiéis de Corinto, S. Paulo fazia-lhes ver como as suas divisões, que se davam nas assembleias eucarísticas, estavam em contraste com o que celebravam – a Ceia do Senhor. E convidava-os, por isso, a reflectirem sobre a verdadeira realidade da Eucaristia, para fazê-los voltar ao espírito de comunhão fraterna (cf. *1 Cor 11, 17-34*). Encontramos um

válido eco desta exigência em S. Agostinho quando, depois de recordar a afirmação do Apóstolo « vós sois corpo de Cristo e seus membros » (*1 Cor 12, 27*), observava: « Se sois o corpo de Cristo e seus membros, é o vosso sacramento que está colocado sobre a mesa do Senhor; é o vosso sacramento que recebeis ».<sup>84</sup> E daí concluía: « Cristo Senhor [...] consagrou na sua mesa o sacramento da nossa paz e unidade. Quem recebe o sacramento da unidade, sem conservar o vínculo da paz, não recebe um sacramento para seu benefício, mas antes uma condenação ».<sup>85</sup>

41. Esta eficácia peculiar que tem a Eucaristia para promover a comunhão é um dos motivos da importância da Missa dominical. Já me detive sobre esta e outras razões que a tornam fundamental para a vida da Igreja e dos fiéis, na carta apostólica sobre a santificação do domingo *Dies Domini*,<sup>86</sup> recordando, para além do mais, que participar na Missa é uma obrigação dos fiéis, a não ser que tenham um impedimento grave, pelo que aos Pastores impõe-se o correlativo dever de oferecerem a todos a possibilidade efectiva de cumprirem o preceito.<sup>87</sup> Mais tarde, na carta apostólica *Novo millennio ineunte*, ao traçar o caminho pastoral da Igreja no início do terceiro milénio, quis assinalar de modo particular a Eucaristia dominical, sublinhando a sua eficácia para criar comunhão: « É o lugar privilegiado, onde a comunhão é constantemente anunciada e fomentada. Precisamente através da participação eucarística, o *dia do Senhor* torna-se também o *dia da Igreja*, a qual poderá assim desempenhar de modo eficaz a sua missão de sacramento de unidade ».<sup>88</sup>

42. A defesa e promoção da comunhão eclesial é tarefa de todo o fiel, que encontra na Eucaristia, enquanto sacramento da unidade da Igreja, um campo de especial solicitude. De forma mais concreta e com particular responsabilidade, a referida tarefa recai sobre os Pastores da Igreja, segundo o grau e o ministério eclesiástico próprio de cada um. Por isso, a Igreja estabeleceu normas que visam promover o acesso frequente e frutuoso dos fiéis à mesa eucarística e simultaneamente determinar as condições objectivas nas quais se deve abster de administrar a comunhão. O cuidado com que se favorece a sua fiel observância torna-se uma expressão efectiva de amor à Eucaristia e à Igreja.

43. Quando se considera a Eucaristia como sacramento da comunhão eclesial, há um tema que, pela sua importância, não pode ser transcurado: refiro-me à sua *relação com o empenho ecuménico*. Todos devemos dar graças à Santíssima Trindade porque, nestas últimas décadas em todo o mundo, muitos fiéis foram contagiados pelo desejo ardente da unidade entre todos os cristãos. O Concílio Vaticano II, ao princípio do seu decreto sobre o ecumenismo, considera isto como um dom especial de Deus.<sup>89</sup> Foi uma graça

eficaz que fez caminhar pela senda ecuménica tanto a nós, filhos da Igreja Católica, como aos nossos irmãos das outras Igrejas e Comunidades eclesiais.

A aspiração por chegar à meta da unidade impele-nos a voltar o olhar para a Eucaristia, que é o sacramento supremo da unidade do povo de Deus, a sua condigna expressão e fonte insuperável.<sup>90</sup> Na celebração do sacrifício eucarístico, a Igreja eleva a sua prece a Deus, Pai de misericórdia, para que conceda aos seus filhos a plenitude do Espírito Santo de modo que se tornem em Cristo um só corpo e um só espírito.<sup>91</sup> Quando apresenta esta súplica ao Pai das luzes, do Qual provém toda a boa dádiva e todo o dom perfeito (cf. Tg 1, 17), a Igreja acredita na eficácia da mesma, porque ora em união com Cristo, Cabeça e Esposo, o Qual assume a súplica da Esposa unindo-a à do seu sacrifício redentor.

44. Precisamente porque a unidade da Igreja, que a Eucaristia realiza por meio do sacrifício e da comunhão do corpo e sangue do Senhor, comporta a exigência imprescindível duma completa comunhão nos laços da profissão de fé, dos sacramentos e do governo eclesiástico, não é possível concelebrar a liturgia eucarística enquanto não for restabelecida a integridade de tais laços. A referida concelebração não seria um meio válido, podendo mesmo revelar-se *um obstáculo, para se alcançar a plena comunhão*, atenuando o sentido da distância da meta e introduzindo ou dando aval a ambiguidades sobre algumas verdades da fé. O caminho para a plena união só pode ser construído na verdade. Neste ponto, a interdição na lei da Igreja não deixa espaço a incertezas,<sup>92</sup> atendo-se à norma moral proclamada pelo Concílio Vaticano II.<sup>93</sup>

No entanto quero reafirmar as palavras que ajuntei, na carta encíclica *Ut unum sint*, depois de reconhecer a impossibilidade da partilha eucarística: « E todavia nós temos o desejo ardente de celebrar juntos a única Eucaristia do Senhor, e este desejo torna-se já um louvor comum, uma mesma imploração. Juntos dirigimo-nos ao Pai e fazemo-lo cada vez mais com um só coração ». <sup>94</sup>

45. Se não é legítima em caso algum a concelebração quando falta a plena comunhão, o mesmo não acontece relativamente à administração da Eucaristia, *em circunstâncias especiais, a indivíduos* pertencentes a Igrejas ou Comunidades eclesiais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. De facto, neste caso tem-se como objectivo prover a uma grave necessidade espiritual em ordem à salvação eterna dos fiéis, e não realizar uma *intercomunhão*, o que é impossível enquanto não forem plenamente reatados os laços visíveis da comunhão eclesial.

Nesta direcção se moveu o Concílio Vaticano II ao fixar como comportar-se com os Orientais que de boa fé se acham separados da Igreja Católica, quando espontaneamente pedem para receber a Eucaristia do ministro católico e estão bem preparados.<sup>95</sup> Tal modo de proceder seria depois ratificado por ambos os Códigos canónicos, nos quais é contemplado também, com os devidos ajustamentos, o caso dos outros cristãos não orientais que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.<sup>96</sup>

46. Na encíclica *Ut unum sint*, manifestei a minha complacência por esta norma que consente prover à salvação das almas, com o devido discernimento: «É motivo de alegria lembrar que os ministros católicos podem, em determinados casos particulares, administrar os sacramentos da Eucaristia, da Penitência e da Unção dos Enfermos a outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, mas que desejam ardentemente recebê-los, pedem-nos livremente e manifestam a fé que a Igreja Católica professa nestes sacramentos. Reciprocamente, em determinados casos e por circunstâncias particulares, os católicos também podem recorrer, para os mesmos sacramentos, aos ministros daquelas Igrejas onde eles são válidos»<sup>97</sup>

É preciso reparar bem nestas condições que são imprescindíveis, mesmo tratando-se de determinados casos particulares, porque a rejeição duma ou mais verdades de fé relativas a estes sacramentos, contando-se entre elas a necessidade do sacerdócio ministerial para serem válidos, deixa o requerente impreparado para uma legítima recepção dos mesmos. E, vice-versa, também um fiel católico não poderá receber a comunhão numa comunidade onde falte o sacramento da Ordem.<sup>98</sup>

A fiel observância do conjunto das normas estabelecidas nesta matéria <sup>99</sup> é prova e simultaneamente garantia de amor por Jesus Cristo no Santíssimo Sacramento, pelos irmãos de outra confissão cristã aos quais é devido o testemunho da verdade, e ainda pela própria causa da promoção da unidade.

<http://www.acidigital.com/Documentos/eucharistia.htm>

